



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 3

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 13 de março de 2024

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio, substituída no decorrer da Sessão pelo Deputado Paulo Silveira e Deputado Lubélio Mendonça*

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 02 minutos.

Sumário

Após a chamada das Sras. e Srs. Deputados/as deu-se início ao primeiro ponto da agenda - **Projeto de Resolução n.º 1/XIII - “Comissões Especializadas Permanentes”**, apresentado pelo Presidente da

Assamblea e consensualizado na conferência de líderes, não teve intervenções e na votação foi aprovado por unanimidade.

De seguida iniciou-se a “**Apresentação do Programa do XIV Governo da Região Autónoma dos Açores**”, pelo Sr. Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

Para pedido de esclarecimentos teve a palavra os/as Srs./Sras. Deputados/as: José Pacheco (*CH*), André Rodrigues (*PS*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), João Mendonça (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e João Bruto da Costa (*PSD*).

Posteriormente iniciou-se o debate por áreas temáticas, tendo começado pela Vice-Presidência do Governo tendo a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*). No debate intervieram os/as Srs./Sras. Deputados/as: Francisco Lima (*CH*), Luís Leal (*PS*), Sandra Costa Dias (*PS*), Flávio Soares (*PSD*), Berto Messias (*PS*): Joaquim Machado (*PSD*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e António Lima (*BE*).

Seguidamente na Área das Finanças, Planeamento e Administração teve a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração (*Duarte Freitas*), usando da palavra os/as Srs./Sras. Deputados/as: Hélia Cardoso (*CH*), Luís Leal (*PS*), Francisco Lima (*CH*), António Lima (*BE*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Neves (*PAN*), Carlos Silva (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*) e Sabrina Furtado (*PSD*).

Posteriormente na área dos Assuntos Parlamentares e Comunidades teve a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e

Comunidades (*Paulo Estevão*), usaram da palavra os/as Srs./Sras. Deputados/as: Pedro Neves (*PAN*), José Pacheco (*CH*) e Paulo Simões (*PSD*).

De seguida na área da Educação, Cultura e Desporto teve a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (*Sofia Ribeiro*), usaram da palavra os/as Srs./Sras. Deputados/as: Nuno Barata (*IL*), Olivéria Santos (*CH*), Pedro Neves (*PAN*), Lúcio Rodrigues (*PS*), António Lima (*BE*), Paulo Gomes (*PSD*), José Sousa (*CH*), José Pacheco (*CH*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Délia Melo (*PSD*), José Eduardo (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), Marta Matos (*PS*) e Joaquim Machado (*PSD*).

Posteriormente na área da Saúde e Segurança Social teve a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*), intervindo os/as Srs./Sras. Deputados/as: José Toste (*PS*), José Pacheco (*CH*), António Lima (*BE*), Olivéria Santos (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Francisco Lima (*CH*), Salomé Matos (*PSD*), Hélia Cardoso (*CH*), Pedro Neves (*PAN*), Isabel Teixeira (*PS*), Eugénia Leal (*PSD*), Nídia Inácio (*PSD*) e Russell Sousa (*PS*).

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada, tem a palavra o Sr. Secretário para o efeito.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos.

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José António Marcos **Soares**

Luís Alberto **Garcia** Castro Pereira da Costa

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Maria Eugénia **Leal**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

André Filipe Franqueira **Rodrigues**

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Gualberto Costa **Rita**

Joana Sousa **Pombo** **Tavares**

João Fernando Brum de Azevedo e **Castro**

João **Vasco** do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas **Toste**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luis Miguel Vieira **Leal**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta **Ávila** **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael Sousa

Sandra Micaela Costa Dias

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima

Hélia Maria Pinheiro Cardoso

José Eduardo Cunha Pacheco

José Paulo Machado de Sousa

Olivéria de Lurdes Cabral dos Santos

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Partido Popular Monárquico (PPM)

João Mendonça

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido pelos Animais e pela Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum, declaro aberta a Sessão, pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, vamos avançar para o primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos, que é o **Projeto de Resolução n.º 1/XIII - “Comissões Especializadas Permanentes”**

Este Projeto de Resolução é apresentado pelo Presidente da Assembleia, foi consensualizado na conferência de líderes.

Pergunto se há inscrições? Não havendo, vamos passar à sua votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 1/XIII - “Comissões Especializadas Permanentes” foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Vamos avançar para o ponto 2 da nossa agenda - **Apresentação, debate e votação do Programa do XIV Governo da Região Autónoma dos Açores.**

Sobre a apresentação e debate do programa do Governo Regional, regem os artigos 159.º a 162.º do nosso Regimento, vamos iniciar este ponto da nossa agenda com a apresentação do programa do Governo, pelo Sr. Presidente, Sr. Presidente, faça favor, tem a palavra.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Deputados.

Açorianas, Açorianos.

Hoje, iniciamos, aqui, no Parlamento, o debate do Programa do XIV Governo Regional dos Açores.

Entregue nesta Assembleia, na passada semana, após a sua aprovação, em sede do Conselho do Governo, e no calendário consensualizado com os partidos políticos com assento parlamentar.

Tal como preferido pela generalidade, este debate faz-se após a realização das eleições legislativas nacionais.

Separamos, com autonomia e total compreensão e dedicação autonómica, o debate nacional, da nossa específica prioridade, que são os Açores, o nosso Povo e o nosso futuro coletivo.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Valorizamos, com distinção, o prestígio dos nossos órgãos de governo próprio.

Nos Açores, em nenhum calendário ou ocasião, deixamos que confundam ou deixem, para segundo plano, a nossa alma autonómica.

Fizemos bem a nossa escolha e estamos de parabéns.

O Programa do XIV Governo dos Açores, que agora apresentamos, explicamos e debatemos, assenta em cinco premissas:

- Primeira: as pessoas e as famílias, que são a nossa prioridade. As coisas são depois e ao serviço das pessoas, em cada ilha, em cada concelho ou freguesia.

- Segunda: uma governação reformista e consistente, que, agora, com mais conhecimento e experiência, prosseguiremos, com mais efetividade.

- Terceira: uma governação baseada no diálogo constante e enriquecedor, capaz de construir os consensos necessários à implementação eficiente das melhores políticas públicas para os Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: - Quarta: uma governação que promove a qualificação como elevador social, principal meio de construir uma sociedade onde prevaleça a igualdade de oportunidades.

- Quinta: uma governação que fortalece o nosso tecido empresarial, que deve estar focado na geração de riqueza, que é a via mais importante para a criação de emprego e para a consolidação da estabilidade social.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: O que, na verdade, se prioriza, neste Programa do Governo, são ações que asseguram uma governação consistente e reformista, com políticas que produzam mensuráveis resultados positivos para a economia e para a sociedade açoriana.

Este Programa de Governo é resultado, também, do debate social e político realizado no período eleitoral, no qual todos participámos, abrangendo, assim, temas e propostas comuns a outros partidos e atores sociais.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Este Programa do Governo é, deste modo, para todos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Para todos os açorianos, para todas as ilhas, para todas as famílias, para todas as empresas e para todas as instituições da nossa Região.

É um Programa do Governo que enaltece a nossa identidade, a nossa história e o nosso adquirido autonómico.

É um Programa do Governo que projeta futuro e novas ambições.

Os contextos político e económico, nacional e internacional, exigem, da nossa parte, compreensão, sentido de responsabilidade, firmeza de objetivos, bem como contínua abertura ao diálogo, que seja conseqüente e respetiva ação persistente e consistente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Como região insular, periférica e arquipelágica temos, perante nós, desafios difíceis e complexos, desde logo o crescimento económico e a criação de riqueza, que nos aproximem aos índices de desenvolvimento social e cultural do País e da Europa.

Se a política for entendida como a ponderada articulação entre as possibilidades de quem decide e os interesses dos destinatários;

Se a política for entendida como a ponderada articulação entre a estabilidade política e a afirmação das alternativas;

Então não poderá ser concebida uma opção dogmática, com eterna prevalência de uns sobre os outros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: A estabilidade política serve se houver capacidade de consensos e permanente ajustamento dos interesses às possibilidades.

E se as possibilidades mudam, então o nível de satisfação dos interesses também terá igualmente de mudar, em proporção.

Consistentes e perenes devem ser os valores e os princípios, e, com estes, os objetivos estratégicos.

Numa crise política e económica provocada pelo desajustamento dos interesses às possibilidades, a resposta dos políticos reformistas consiste na reconfiguração dos interesses, para os tornar compatíveis com as possibilidades realmente existentes.

No meu entender, a estabilidade política, social e laboral é uma exigência para o progresso, ao qual o povo açoriano tem direito, já e pela sua ambição de futuro mais próspero.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: De facto, hoje, o nosso presente é mais uma encruzilhada do que um caminho único e seguro.

Há mais incertezas do que certeza.

São muitas as dúvidas, dúvidas com e para todos.

Tudo isso requer, de nós, em primeiro lugar, uma busca constante sobre o que nos une, em vez de evidenciarmos, em jeito de enredo, as coisas pequenas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que nos divergem, perdendo o foco no essencial e no consensual, que é o que nos faz progredir.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Se cada um permanecer na sua trincheira, então não será capaz de construir a resposta que o futuro sucesso das democracias e do desenvolvimento reclama.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E, na verdade, é muito mais o que nos aproxima...

Deputado Carlos Silva (PS): Quando convém!

O Orador: ... do que aquilo que nos afasta de forma irremediável.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Verifiquei, na análise feita com profundidade às propostas de cada um, que existem, connosco, convergências inequívocas, entre outras:

A defesa da democracia e de todas as formas de liberdades individuais e coletivas, bem como a promoção de uma maior participação da sociedade civil na iniciativa legislativa e referendária.

O combate à corrupção, à atribuição de mais competências ao Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência, tornando-o transversal a todos os departamentos do Governo.

A conceção de programas de gestão de imóveis do património público não utilizado, de forma a planear a sua rentabilização. A promoção do esforço de revisão e revogação de legislação desatualizada.

A baixa de impostos, controlo e redução da dívida pública regional.

O combate ao abandono precoce da educação e formação, de modo a reduzir os atuais níveis para valores a baixo dos 15%, em 2028.

Revisão curricular do ensino básico, para a lecionação de História, Geografia e Cultura dos Açores...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: ... e de Cidadania, integrando a literacia financeira, com início no 1º Ciclo do Ensino Básico.

Mais investimento no desporto escolar, nomeadamente desportos náuticos. Articulação reforçada com os sectores privado e social, para otimizar os recursos, intensificando a prestação de cuidados na Saúde, com alargamento progressivo do horário de atendimento para consultas e exames complementares de diagnóstico e outros atendimentos, tanto a nível hospitalar, como na rede de cuidados primários.

Realização de campanhas de esterilização de animais de companhia, em articulação com as autarquias locais.

Programa para a remoção de resíduos das artes de pesca e para a colocação de dispositivos de monitorização nas embarcações de pesca profissional e lúdica.

Compensação pela redução dos rendimentos que for causada pela efetivação da Reserva das Áreas Marinhas Protegidas.

Estratégia para captação de novas rotas e operadores aéreos na Região.

Promoção de uma estratégia de aproveitamento energético, através, por exemplo, do biogás.

Planeamento para manutenção do património arquitetónico da Região.

Planeamento para aproveitamento de águas pluviais em edifícios públicos.

Enfim - estes são breves exemplos, alguns menos debatidos habitualmente, mas que evidenciam exatamente posições e soluções de convergência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Que devem ter seguimento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Passado o combate político partidário da campanha eleitoral, justifica-se, agora, tratar da confluência de políticas e objetivos que os

distintos programas eleitorais apresentaram aos açorianos e permitir a devida ponderação proporcional do sufrágio democrático.

Temos, pois, com este Programa do Governo, a oportunidade de pôr de lado o acessório divergente e concretizar o essencial convergente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E este essencial é a capacitação para vencer os desafios que a sociedade açoriana enfrenta, dotando-a dos meios necessários para triunfar, para atingir melhores índices educativos, sociais, culturais e económicos. Fazer o contrário disso é prestar o pior serviço público de uma geração inteira.

E o problema não estará na democracia, mas sim nos concretos atores políticos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que se servem dos dispositivos democráticos para promoverem uma divisão, insanável, da sociedade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Uma sociedade dividida e sem solução é uma sociedade condenada à anarquia e à pobreza.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A legitimidade do poder político reforça-se na sua capacidade de resolução da conflitualidade, para que esta não se polarize de tal modo que se autodestrua.

Por outro lado, legislar, governar e exercer o poder de costas voltadas para o povo é também o caminho mais rápido para o insucesso, para a contestação, para a instabilidade política, social e laboral.

Ponderação é a chave.

Ser referencial de estabilidade é sinónimo de responsabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Da nossa parte, da minha parte, tudo faremos para termos nas nossas ilhas um clima de paz social, de diálogo, sem abdicarmos das nossas diferenças, mas fazendo delas apenas um ponto de partida e não um fim em si mesmo.

Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: O ciclo económico e financeiro é muito exigente e, simultaneamente, frágil, nomeadamente sob o ponto de vista financeiro, por ser irrepetível e inadiável.

Os fundos comunitários e o investimento privado são essenciais ao emprego.

Não há crescimento económico nem criação de emprego sem investimento. O XIV Governo dos Açores incentivará o protagonismo da sociedade, para que esta se liberte e desenvolva o seu real potencial.

Queremos canalizar parte significativa dos recursos financeiros disponíveis para o dinamismo e fortalecimento do tecido empresarial privado e público, tornando-os mais competitivos.

Apostar no apoio ao investimento para a produção de bens transacionáveis, seja para a exportação, seja para a substituição de importações.

O Plano de Recuperação e Resiliência e o Açores 2030 são oportunidades que não nos podemos dar ao luxo de atrasar e inviabilizar.

Este Programa do Governo é, pois, um paradigma de compromisso com os açorianos.

Por uma Região solidária e atrativa, também para o investimento externo.

Por um compromisso de exaltar a nossa habitual cooperação externa, com elementos de cooperação também económica.

Um compromisso pela valorização das carreiras dos trabalhadores públicos e privados.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Um compromisso pelo envolvimento dos jovens, que tanto precisamos nas nossas ilhas.

Um compromisso por uma sociedade autónoma, com acesso a informação livre e independente.

Um compromisso por um Poder Local parceiro do nosso desenvolvimento territorial, coeso e harmónico.

Um compromisso para com as famílias, e com elas trabalhar no combate ao terrível flagelo da toxicodependência e dos comportamentos aditivos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Um compromisso para com o sucesso educativo e de formação do nosso ativo principal – as pessoas.

Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Um compromisso pelo sucesso do acesso universal aos cuidados de saúde.

Um compromisso para com um novo e verdadeiro impulso na oferta de habitação para as famílias açorianas.

Um compromisso com a valorização de uma política de transportes eficiente e descarbonizada, com maior regularidade, previsibilidade e estabilidade.

Um compromisso com o progressivo cumprimento do Acordo de Parceria Estratégica 2023-2028.

Um compromisso com o cumprimento do encargo assumido com a Comissão Europeia relativo à recuperação da SATA e à privatização da Azores Airlines, nos termos mais favoráveis à Região.

Deputado Carlos Silva (PS): O que é isso “mais favoráveis”?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Um compromisso para com a vigorosa afirmação da nossa Autonomia Política, no quadro constitucional português, e na defesa dos Açores, perante um País e uma União Europeia, corresponsáveis pela sua integral coesão social e territorial.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Sólidos e firmes na assunção de uma governação autonómica pelo presente e, sobretudo, pelo futuro.

Ainda temos de resolver muitos problemas do passado, mas temos igualmente motivação e projeto político para preparar e rasgar novos horizontes do nosso futuro regional coletivo, com soluções inovadoras para o nosso desenvolvimento de longo prazo.

Motivados para alavancar o progresso não só nos ativos do presente, mas igualmente no potencial da geografia e das transições civilizacionais da nossa era!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Crença na esperança! Acredito nas nossas ilhas. Acredito nos açorianos.

Vivam os Açores!

(Aplausos de Pé dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente. Está apresentado o programa do XIV Governo.

Prevê o nosso Estatuto, art.º 160.º, que há agora um período de esclarecimentos, não superior a 30 minutos, e, definiu a conferência de líderes que, querendo cada partido, teria, ou representação parlamentar, 3 minutos para um pedido de esclarecimento.

A Mesa já tem inscrito o Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começaria, uma vez sendo a primeira intervenção, saudar todos os eleitos que aqui estão nesta Casa democraticamente, dar as boas vindas aos novos Deputados.

Nós estamos em tempo de Quaresma, em tempo de fé, em tempo, que eu gosto de usar muito, de esperança, e, para o nosso povo é bastante importante.

Esta semana vamos discutir um Programa de Governo, em que as pessoas, no dia 4 de fevereiro, depositaram a sua fé e a sua esperança. Depositaram no partido ou na coligação que assim venceu, a esperança num futuro melhor, numa nova viragem, no esquecer o passado e avançar para o futuro. Isto é que deve ser a governação, as incertezas da vida temos que as ter, e, é isto que diferencia a governação, se tudo fosse fácil, qualquer um servia, ser difícil é que faz a diferença.

Eu quero é perceber se esta diferença, se essa incerteza, se este caminhar difícil, se este Governo terá certezas, convicções e ações para fazer da esperança ação e levar os Açores para a frente.

Permita-me a graça, Sr. Presidente Governo, nunca o Chega foi tão cortejado, mas parecia-me, quando andávamos na escola e dizíamos assim, eu vou namorar com aquela moça, esquecíamos sempre era de dizer à moça que queríamos namorar com ela.

Deputado Carlos Silva (PS): Quem é a “moça”?

O Orador: E foi o que eu ouvi aqui, isto do cortejar e dizer que se inclui e que vai haver o diálogo é bom, mas é antes.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Antes do quê?

O Orador: Não pode ser é durante, e, especialmente não pode ser é depois. O diálogo faz-se previamente, mas, Sr. Presidente, vou manter aquilo que disse ao longo destas semanas, o Chega está aqui numa posição de diálogo, numa posição de colaboração, numa posição de podermos fazer algo diferente, mas fazer este algo diferente, era importante que o Governo tivesse já aberto esse diálogo, no entanto, até sexta-feira ainda podemos

conversar, ainda estamos disponíveis para isso, nós nunca vamos fechar esta porta, nós nunca vamos ser a causa do problema, sim, vamos ser parte da solução.

Cada um na sua casa, cada um com as suas ideias.

A verdade, é que, só incluir supostamente medidas do Chega chama-se plágio, quando não se conversa com o Chega, não serve para muito, porque nós podemos até optar por pôr isto ou não por aquilo, e, foi o que eu vi hoje. Mas pronto, é o que é.

Sr. Presidente, se quer mesmo fazer o diálogo e ultrapassar as incertezas vai ter que falar connosco pelo menos até sexta-feira.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da Bancada do Chega)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Continuam abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Sr. Deputado André Rodrigues, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo. Gostaria de, em primeiro lugar, por ser esta a minha primeira vez que me dirijo a esta Casa, de cumprimentar o Sr. Presidente, bem como todos os Membros da Mesa, assim como todos os Grupos e Representações

Parlamentares, que, na sequência das eleições do passado dia 4 de fevereiro assumem o encargo de representar neste Parlamento o Povo açoriano.

Sr. Presidente, o Povo votou e decidiu, decidiu que uma coligação composta por três partidos deve governar e que, ao PS, que continua a ser o único partido com representação parlamentar nas 9 ilhas dos Açores, está reservada a tarefa de ser o principal partido da oposição e constituir-se, deste modo, uma alternativa do Governo, por isso, o Programa do Governo, cujo debate hoje se inicia nesta Casa, não é, obviamente, o nosso Programa do Governo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: A proposta que submetemos à consideração dos Açorianos, e, que mereceu a confiança de mais de 41 mil Açorianos é substancialmente diferente.

Temos um projeto político diferente e distinto para os Açores.

Do mesmo modo que a Democracia só faz sentido e se fortalece com os seus autores e com os seus destinatários, é essencial que ela também se faça do confronto de ideias.

No respeito pela confiança que milhares de açorianos depositaram no PS, temos hoje um mandato claro e inequívoco que devemos honrar e que passa pela afirmação e pela defesa de um projeto político alternativo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não os desiluda.

O Orador: O rumo que defendemos para os Açores assenta na construção de uma sociedade de bem-estar. Uma sociedade que não divide nem faz diferenças entre açorianos de primeira e de segunda. Uma sociedade que não atira os problemas para debaixo do tapete, mas antes enfrenta-os e aposta na sustentabilidade e na coesão social, económica e ambiental.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, contrariamente ao projeto político da coligação que elege o Partido Socialista como um alvo a abater. Para nós os principais adversários dos Açores são a pobreza, as desigualdades, as injustiças sociais, a desertificação territorial, o inverno demográfico, entre muitos outros problemas que carecem de solução urgente e para as quais este programa do Governo não oferece resposta e por isso não pode merecer a apreciação favorável deste Grupo Parlamentar. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima, faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Saúdo os Deputados e Deputadas eleitas para esta legislatura, assim como o XIV Governo Regional, fazendo votos de bom trabalho.

Sr. Presidente, o Programa que nos traz a debate hoje apresenta opções que, na nossa opinião, não resolvem os problemas dos Açores, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso já não é novidade nenhuma.

O Orador: ... das pessoas e agravarão muitos deles.

Por exemplo, na saúde, que deveria ser uma das grandes prioridades da Região neste momento, a única solução que nos traz a coligação e o seu Programa é sob a forma de cheque, é enviar as pessoas para o privado desistindo do Serviço Regional de Saúde e do investimento no Serviço Regional de Saúde.

Na habitação, a maior crise que se atravessa, só vemos as mesmas soluções de sempre, aquelas que temos tido até aqui com os resultados que tivemos até aqui, controlar as rendas, aumentar os apoios ao arrendamento, regular o alojamento local, combater a especulação, nada disto está no programa do Governo, nada disto é prioridade deste Governo, mas é para o Bloco de Esquerda.

Na economia num cenário tão incerto, o Governo nada nos diz sobre o que espera que seja a economia e a sua evolução nos próximos anos, o seu cenário macroeconómico, não tem uma palavra sobre a desigualdade que grassa nos Açores, a Região mais desigual do país...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não é verdade! Já foi!

O Orador: ... não merece uma palavra de reflexão neste programa do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não diga isso!

O Orador: Não há para além disso, quaisquer medidas que tenham como objetivo sequer tentar atenuar a desigualdade que existe nos Açores.

A política do Governo é manter uma Região, em que uma pequena minoria fica com a riqueza que é muita que é produzida, enquanto a grande maioria dos açorianos e açorianas empobrece a cada dia que passa.

No que respeita ao emprego, só se falam de subsídios aos patrões.

Isso significa beneficiar novamente uma elite económica que vive, se alimenta do Orçamento da Região.

É entregar o que é de todos os açorianos e açorianas a uma meia dúzia de interesses económicos, que alguns, já agora, são muito pouco credíveis, e, é essa a linha geral deste Programa de Governo. Aliás, a insistência em prosseguir a privatização da SATA Internacional, entregando a um grupo e a um consórcio que em Cabo Verde tem aviões em terra por falta de segurança é a marca da irresponsabilidade desse Governo e da entrega dos interesses dos Açores a interesses obscuros...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... que ninguém conhece e ninguém sequer pondera conhecer, Sr. Presidente do Governo, essa é uma irresponsabilidade da sua parte e do seu Governo em prosseguir essa aventura que é a privatização da SATA Internacional entregue a interesses privados que ninguém conhece.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Finalmente uma referência à cultura que tem um pobre programa neste Programa de Governo, o mesmo desrespeito pelos agentes culturais, que se junta aos atrasos permanentes que continuam e que põem em causa as suas vidas e a sua continuação do seu trabalho. E na cultura, quem trabalha é novamente desprezado, a mesma linha do último

Orçamento, a mesma linha da mesma legislatura, é isso que podem esperar os açorianos e aqueles que trabalham, por exemplo, na cultura.

Com este Programa do Governo, com este Governo, os açorianos e açorianas não ficarão melhor, este Programa de Governo não tem as soluções para os Açores e o Bloco de Esquerda está convicto e está empenhado, sim, em ser alternativa, em ser oposição e a construir um outro caminho para os Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra para um pedido de esclarecimento o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Ao contrário daquilo que muitos vaticinaram, este Parlamento continua plural, estamos cá todos...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Devia ser a Venezuela.

O Orador: ... os que estiveram na última legislatura.

Este Parlamento continua a ter uma geometria variável que obriga o Governo, felizmente, a um diálogo permanente com as restantes forças partidárias.

Sr. Presidente do Governo, o diálogo não tem uma via só, o diálogo tem duas vias, e, aquilo que foi feito com a apresentação desse Programa do Governo foi tudo menos diálogo.

Foi tentar condicionar o voto de algumas bancadas parlamentares, incluindo no Programa do Governo, algumas das medidas que estavam nos

programas eleitorais dos outros partidos, nomeadamente da Iniciativa Liberal.

Mas há aqui neste Programa do Governo, coisas que nos preocupam bastante, apesar de haver algumas que nos satisfazem.

Eu diria que o Partido Socialista não é um alvo a abater, é já um alvo abatido.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD e do Chega)

Deputado João Castro (PS): Menos!

O Orador: Mas infelizmente, perante este Programa do Governo, o Socialismo não é um alvo abatido e é isto que me preocupa.

Não me preocupa a sobrevivência do Partido Socialista preocupa-me a sobrevivência do Socialismo na cabeça de quem ganhou as eleições.

E, é neste sentido que lhe faço uma pergunta muito direta, Sr. Presidente do Governo, este explorar a criação do preço Açores, que encontro na página 3 do seu Programa do Governo, deixa-me enormes preocupações, revela-me, sobretudo, que o Socialismo não saiu da vossa cabeça, não saiu das vossas intenções e que V. Exas. entendem que nós devemos caminhar para a Venezuelização da economia açoriana, ao invés da sua liberalização. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Mendonça (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

A coligação PSD/CDS/PPM, viu sufragado de forma maioritária o projeto político que apresentou aos açorianos no passado dia 4 de fevereiro, este é por isso o momento de concretizar os nossos compromissos perante o povo açoriano.

A campanha acabou, o povo falou, o povo decidiu, o povo responsabilizou-nos para encontrar e concretizar soluções que resolvam os problemas que faltam resolver. Estamos todos convocados para construir um presente melhor e um futuro à altura das justas expectativas do nosso povo.

É por isso que, com sentido de responsabilidade, assumo agora estas funções em nome do PPM.

Estou aqui em representação de todos os açorianos com independência da sua ilha de residência, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... profissão ou condição social. Estou ao serviço de todos, em representação de todos, é assim que me vejo neste Parlamento.

Defendo este Programa de Governo, porque acredito que ele constitui a resposta necessária a muitos dos problemas dos açorianos.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

O Orador: Temos de construir uma sociedade justa em que todos tenham igualdade de oportunidade, é por isso que se reforçam as respostas do nosso sistema educativo, do nosso sistema de saúde e da nossa segurança social.

A igualdade de oportunidades começa aí e prossegue no âmbito da inserção no mercado de trabalho de todos e de cada um, de acordo com as suas aptidões pessoais e vocação individual.

Estamos a criar mais oportunidades de trabalho do que nunca, nunca se cresceu tanto e durante tão pouco tempo.

Estão previstas medidas neste Programa de Governo que nos permitirão continuar a crescer economicamente.

Uma palavra final para a minha ilha, que está previsto no Programa do Governo a continuação da melhoria das nossas acessibilidades, dos nossos serviços e das nossas infraestruturas em muitas áreas em que é necessário melhorar.

Destaco a habitação, que é, aliás, um problema comum a todas as ilhas dos Açores.

Vou defender a execução das medidas previstas, mas vou fazer o mesmo em relação em todas as outras ilhas, podem contar comigo na luta pela melhoria das condições de vida de todos.

Os Açores somos todos e todos somos Açores. Viva os Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

Eu, supostamente não ia fazer qualquer intervenção, porque isto é um pedido de esclarecimento ao Governo, não é para fazer declarações, mas eu não ia ficar sozinho....,

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Antes só...!

O Orador: ... obviamente, a tentar cumprir o Regimento e então vou dar aqui uma faladura.

Só queria dizer, e, vou neste caso, vou retroceder um pouco no tempo, ao último Orçamento que nós tivemos aqui nesta Casa e que foi dito por muitas pessoas que, “Pedro, é melhor votares a favor, porque se não desapareces, o PAN vai desaparecer, o IL vai desaparecer, o Bloco vai desaparecer”, o Chega não, o Chega era o único com vacina, com aquela vacina que está contra todos os vírus e as bactérias por isso, mas todo o resto ia desaparecer, por isso é melhor votar a favor, mas pelos vistos os partidos não anuíram, não tiveram receio politicamente e fizeram aquilo que acharam que eram o mais correto na altura.

E aqui estamos nós exatamente com uma bancada muito similar, vê-se uma variação, neste caso, daqui do lado, do meu lado direito, uma variação amplificada, mas de resto conseguimos pelo menos ter os mesmos partidos e sem dúvida que estamos todos de parabéns, mas pelo menos, o PS está ali também, obviamente e isso é o mais importante para este Parlamento e por isso não tenho nenhum pedido de esclarecimento, vamos ter 3 dias de debate e aí sim, vamos ter essa oportunidade para falar. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais pedidos de esclarecimento? Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

Sendo esta a minha primeira intervenção nesta legislatura, queria começar por felicitar o Sr. Presidente da Assembleia, estendendo estas felicitações e votos de muito sucesso a todos os Deputados que estão aqui representados, que estão aqui todos os dias a trabalhar também por uns Açores melhores, igualmente cumprimentar o Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente e todos os Membros do Governo, fazendo votos de muito sucesso, neste renovado desafio na liderança dos destinos da nossa Região.

Neste primeiro dia de debate também dizer, que da parte do Grupo Parlamentar do CDS está novamente comprometido, empenhado na continuidade deste projeto em prol dos Açores e que foi confirmado pelo resultado eleitoral do passado dia 4 de fevereiro.

E, por isso, neste projeto agora renovado, poderão continuar a contar com a nossa postura proativa, construtiva, exigente, naquela que são a procura das melhores soluções para os Açores.

Ao longo destas primeiras intervenções, e, numa primeira análise àquilo que é o programa do Governo, sem dúvida que este é um Programa do Governo, e, não posso também deixar de dizer, relativamente a algumas referências que foram feitas, que não podem os partidos continuar fechados

em si próprios, como se não tivesse existido este ato eleitoral do passado dia 4 de fevereiro.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E quando dizem que este Programa não dá resposta aos açorianos, aos Açores, então muitos açorianos estão completamente errados àquilo que é a visão deles sobre a nossa Região...

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: ... e aos destinos que deve ser a nossa Região.

Também dizer que este resultado, e, aquilo que os açorianos e a leitura daquilo que foi o resultado eleitoral, efetivamente o que os açorianos teriam desejado era que o Orçamento tivesse sido aprovado e aprovam muitas das medidas que estavam previstas no Orçamento para 2024, que era tão mau que até foi chumbado e que levou a esta situação de crise política que vivemos na Região. Depois também dizer, e, na análise deste documento, que este, sem dúvida é um documento de reafirmação, de consolidação e de progresso, sem dúvida, acho que são as palavras de ordem ao ler este Programa agora apresentado pelo Governo Regional e sem dúvida que resulta também quer do Programa que foi levado às urnas no dia 4 de fevereiro, mas também de todo o processo de pré-campanha,

de campanha eleitoral, mau era se ao longo destes dias, em que todos nós tivemos no contato direto com a população, não tivéssemos também sentido alguns anseios, algumas reivindicações que poderiam não estar tão bem explicitadas no Programa, que até poderíamos pensar, mas não constavam do Programa, e, portanto, este documento resulta, exatamente, de todo esse trabalho, daquilo que é este processo até chegarmos ao ato eleitoral e que hoje estamos aqui a validar o Programa do Governo.

Também dizer que, acho que este Programa consolida medidas muito importantes e que foram tomadas na anterior governação e querendo também, e, uma vez que já foi dito do estado do governo social que temos aqui presente, acho que é um Governo que deu e que tem de continuar a dar resposta às pessoas, às famílias, às instituições, aos mais vulneráveis e por isso é com agrado que vemos aqui a continuidade, o reforço de medidas tão importantes como o Nascer+, a creche gratuita para todos, o alargamento do programa Novos Idosos, o aumento e a atualização do COMPAMID, que são medidas que dão uma resposta importante...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... às pessoas, às famílias que são esse o nosso foco. E para terminar, Sr. Presidente, dizer que há 3 palavras de ordem e agora neste dia que iniciamos este debate, que acho que nos devem nortear, que é sem dúvida a estabilidade, a responsabilidade, a governabilidade e que seja esse o foco motivador de todos nós durante estes dias de debate que agora se iniciam.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Nuno Barata (IL): E o pedido de esclarecimento?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Finalmente neste período de pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais.

Sr. Presidente da Assembleia, em primeiro lugar, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, e, sendo esta a nossa primeira intervenção no debate parlamentar desta XIII legislatura, cumprimentar na pessoa de V. Exa. todas as Sras. e Srs. Deputados, cumprimentar também todas as açorianas e açorianos e o Presidente do Governo e o Governo Regional pelo início deste novo processo democrático, que deve sobretudo levar os Açores a maior desenvolvimento e a dar resposta aos anseios que nos trouxeram os açorianos durante as últimas semanas de período eleitoral e de decisão sobre o nosso destino.

Queria começar por neste pedido de esclarecimento fazer também uma nota sobre aquilo que nos diferencia hoje, nós hoje estamos aqui perante dois projetos políticos que foram sufragados pelos açorianos, ...

Pedro Neves (PAN): Foi?

O Orador: ... tal como disse o Sr. Deputado André Rodrigues, do Partido Socialista, há aqui dois percursos diferentes, mas os açorianos escolheram o percurso que queriam dar continuidade, o percurso da consistência nas políticas, mas também um percurso reformista, conforme foi apresentado pelo Sr. Presidente do Governo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E que diferença tão assinalável, e, também significativa nesta apresentação por parte do Sr. Presidente do Governo, do Programa do Governo, relativamente àquilo que efetivamente aqui nos traz.

O programa do Governo reflete a proposta e o contrato eleitoral que foi feito aos açorianos e que foi escolhido pela maioria dos açorianos, mas o Programa do Governo não esquece nem ignora aquela que é a necessidade de agregar, de ter mais denominadores comuns e de dar maior importância àquilo que realmente pode fazer os Açores avançar e progredir, e, isso estabelece uma grande diferença também com aqueles dois projetos políticos que foram apresentados aos açorianos, um protagonizado pelo Partido Socialista e que não saiu vencedor destas eleições.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Para o Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda acha que não houve eleições e veio aqui também trazer novamente todo um conjunto de críticas que os açorianos quiseram dizer-lhe a si, Sr. Deputado António Lima, que o Sr. não tinha razão, o seu partido não tinha razão.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Está bem que podemos hoje dizer que o Bloco de Esquerda, apesar de ter perdido um Grupo Parlamentar, ganhou um apoio incontestável do Partido Socialista à forma de fazer política e à forma de fazer oposição, isso podemos dizer, mas a verdade, Sr. Deputado, é que as eleições passaram, os açorianos decidiram...

Deputado António Lima (BE): O Sr. já dizia isso na legislatura passada!

O Orador: ...escolher um rumo alternativo, um percurso não socialista na governação, que nos leva a um melhor futuro, e, é sobre o futuro...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... e, é sobre o futuro também que eu queria terminar, Sr. Presidente do Governo, pedindo-lhe também para poder desenvolver também um pouco mais esta questão do nosso futuro, nós tivemos aqui um verdadeiro líder a apresentar um Programa do Governo que é feito com determinação, mas também com humildade, com ambição, mas sobretudo com diálogo e o diálogo demonstra-se na predisposição em incluir propostas de todos os outros partidos neste Programa do Governo. Nesse diálogo não há tabus nem há estados de alma, há sobretudo pensar nos interesses dos açorianos.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Pensar no nosso futuro e levar os Açores para a frente e não podemos ficar parados, e, é isso que eu lhe peço também, Sr. Presidente do Governo, que não fique parado, ponha pés ao caminho, e, a todos que nos deixem trabalhar. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente do Governo para responder aos pedidos de esclarecimento, faça favor, Sr. Presidente.

(*) Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Começo por saudar todos, todas as Sras. e todos os Srs. Deputados, mais uma vez, para uma legislatura de trabalho profícuo e que corresponda, sim, à pluralidade que subscrevo e com humildade democrática reconheço da sua importância quanto à diferença e com isso a afirmação de alternativas, mas sobretudo quanto à sua capacidade convergente como bem sinalizei, e, aqui repito, na minha intervenção de apresentação do Programa do XIV Governo dos Açores.

Quero deixar uma saudação especial mais dirigida aos Srs. Deputados André Rodrigues e João Mendonça, pela primeira vez aqui presentes nesta legislatura e no quadro das suas intervenções, deixar este cumprimento de desejo de bom enquadramento, creio que a intervenção, desde logo, do

Deputado João Mendonça convergente e de apoio solidário a esta governação, me deixa tranquilo na sua capacidade e reconhecimento do bem fazer que a governação dos Açores tem vindo a afirmar, ao Sr. Deputado André Rodrigues, compreensível, fazendo parte da bancada do Partido Socialista, destacou, sobretudo, a afirmação de uma alternativa, mas queria sinalizar o dever principal do representante do Povo é ajudar os Açores a desenvolver-se em benefício do povo...

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ... e há campo convergente para fazermos todos esse trabalho. Em segunda nota, deixar umas palavras, claro está, aos Srs. Deputados José Pacheco e Sr. Deputado Nuno Barata e ao Sr. Deputado Pedro Neves, que deixaram nota, nas suas intervenções, relativamente à intervenção verdadeiramente fiscalizadora e proponente. Em particular ao Sr. Deputado José Pacheco, quero dizer-lhe, que sim, compreendo esta pluralidade, que não se trata de uma pluralidade de rendição, mas antes de afirmação pode contar comigo, pode contar com este Governo para o diálogo consequente exatamente no que diz respeito ao trabalho que importa fazer daqui para a frente da nossa responsabilidade, porque até hoje a responsabilidade da escolha foi do povo, dos eleitores e esta esteve livre de qualquer confusão entre as diferenças e entre as convergências e, portanto, sim, estou

disponível para esta posição de diálogo e que ocorrerá naturalmente durante estes dias de debate do Programa do Governo, mas que, na verdade, não se esgota...

Deputado José Pacheco (CH): Esgota-se sexta-feira!

O Orador: ...porque os instrumentos principais de concretização são os seguintes, desde logo, as orientações de médio prazo, que são os instrumentos de concretização e os planos e orçamentos de carácter anual. No entanto, é esta a garantia para eliminar...

Deputado José Pacheco (CH): Sexta-feira!

O Orador: ... as incertezas e construir, como dizia, e bem, a esperança.

Eu estou convicto que as incertezas nesta matéria serão sobretudo em nome da esperança, eliminadas no que diz respeito à diferença relativamente às prioridades.

Relativamente ao Sr. Deputado Nuno Barata, eu queria deixar esta nota, subscrevo, o diálogo tem duas vias e o diálogo corresponde também a esta clareza de princípio. Nós não podemos transformar o maior desforço convergente no menor de rendição, ao menos.

É exatamente no sentido convergente que isto tem que corresponder de acordo com a proporcionalidade, e, tenho gosto em esclarecer este projeto político é Social Democrata, Cristã e ecológico, não é socialista, é a via não Socialista de uma governação para os Açores, e, nesta matéria, pode estar confiante.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Sendo que, em circunstância alguma deixaremos de apontar para uma governação solidária, solidária com as pessoas, com as famílias, com os nossos territórios, um arquipélago com 9 ilhas, tão assimétricas nas suas capacidades, e, desde logo geografias, ...

Deputado Carlos Silva (PS): “Deus, Pátria e Família” – Oh meu Deus!

O Orador: ... para, quer na demografia, quer no acesso à capacidade de formação de massa crítica para uma economia pujante, geradora de autossustentabilidade, não é assim, nós temos que valorizar, desde logo, e, é exatamente com base neste espírito que nos enquadramos no contexto das exigências de coesão territorial nacional e comunitária para podermos ter solidariamente apoios e ajudas ao nosso desenvolvimento.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Presidente.

O Orador: Também as famílias, ora, eu quero dizer-lhe que o preço Açores não será um ato socialista, ...

Deputado Nuno Barata (IL): É comunista!

O Orador: ... será de forma excepcional e cada vez mais com os níveis da inflação a serem reduzidos, provavelmente nunca recorrido ao mesmo, porque a economia de mercado funcionará com a sua regularidade.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Presidente é comunista e não sabia!

O Orador: Deixar uma nota particular também ao Sr. Deputado António Lima, o Sr. Deputado António Lima, creio que parece afirmar a tese do soldadinho que marcha em sentido contrário a todos os outros, mas continua a achar que é que tem razão, ora, perante este percurso, o diálogo poderá ser uma luz de esclarecimento, mas se preferir a escuridão da ignorância, ...

Deputado António Lima (BE): O quê?! Pelo amor de Deus!

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Começa muito bem Sr. Presidente.

Deputado Carlos Silva (PS): Para quem se diz cristão. Tal falso cristão que está aí!

O Orador: ... bom, nós não podemos valorizar um diálogo que tem recusa constante de quem não quer ver o percurso da luz.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, Sr. Deputado João Bruto da Costa, deixar esta nota, subscrevo o que dizem, o Programa do Governo não é um documento exaustivo, não é um documento de pormenor, é um documento de orientação e compromissos estratégicos e por isso, não pode, nem deve ter os pormenores todos, porque a sua concretização e

densificação far-se-á nos instrumentos seguintes, razão pela qual, teremos oportunidade durante o debate, e, nas outras discussões dos outros instrumentos, criar com pormenor o esclarecimento sobre o que é o nosso futuro de desenvolvimento e que conta de forma disruptiva, também com o potencial para além dos ativos do presente. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo. Está apresentado o Programa. Vamos iniciar o debate propriamente dito e para esse debate, a conferência de líderes deliberou atribuir a cada Grupo e Representação Parlamentar e ao Governo os seguintes tempos.

Ao Governo 215 minutos, o PSD, 215 minutos, o PS 215 minutos, o Chega 45 minutos, o CDS/PP 24 minutos e as Representações Parlamentares do PPM, do Bloco de Esquerda, da IL e do PAN 15 minutos cada.

Vamos dar a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo para apresentar as suas áreas temáticas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

É na qualidade de Vice-Presidente do XIV Governo Regional dos Açores que começo por saudar democraticamente todas as Sras. e Srs. Deputados,

nomeadamente o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, ciente de que é perante este Parlamento que o Governo fica plenamente legitimado para governar a Região.

A discussão do Programa do Governo é, assim, um momento central na fisionomia do nosso modelo político autonómico, na medida em que a sua apreciação por esta Assembleia é condição fulcral para garantir estabilidade política.

O Programa do Governo que aqui apresentamos resulta, Sras. e Srs. Deputados, do sufrágio ocorrido no passado dia 4 de fevereiro e da renovada confiança demonstrada pelos açorianos ao projeto político da coligação PSD/CDS/PPM.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Bem sabemos que a democracia pressupõe diferenças e confronto de ideias, o que se revela útil e saudável. Mas a democracia também se faz de diálogo e consenso.

É essa a nossa base de entendimento para o debate que decorrerá nos próximos dias.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito bem!

O Orador: Os resultados eleitorais alcançados assim o obrigam, pelo que se apela à responsabilidade de todos e à procura de soluções de compromisso, para que os Açores não fiquem, uma vez mais, adiados.

Sras. e Srs. Deputados, apresento-me, aqui, com ambição redobrada para assumir novos encargos igualmente desafiantes.

Ao longo deste mandato, desempenharei funções nas áreas das relações externas, cooperação económica e os assuntos euro-atlânticos.

Terei também ao meu cuidado a condução de uma política científica e de inovação geradora de valor acrescentado e dinamizadora dos Parques de Ciência e Tecnologia, bem como a orientação do processo de transformação digital.

Sras. e Srs. Deputados, reforçar o desenvolvimento económico dos Açores implica incrementar a captação de investimento estrangeiro para as nossas ilhas. Tal circunstância, obriga a uma mudança de paradigma na cooperação externa.

Por isso, se é certo que os Açores têm de manter uma política de representação institucional junto das instituições europeias e reivindicar o justo reconhecimento das especificidades geográficas e sociais açorianas por via do estatuto da ultraperiferia, não podemos ignorar o papel determinante que as políticas públicas devem assumir na criação de condições para atrair e incentivar o investimento privado na Região.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Iremos reforçar a nossa participação institucional junto dos organismos da União Europeia e fazer ouvir a nossa voz, a fim de obter os

mecanismos necessários para ultrapassar os crónicos constrangimentos ao nosso desenvolvimento.

Com efeito, continuaremos a investir no Gabinete da Região em Bruxelas, a reforçar a ação dos Açores no Comité das Regiões e a manter participação ativa no âmbito do Conselho da Europa e no Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa.

Ainda no plano das relações externas, há que salientar a nossa posição geoestratégica como um eixo nuclear da nossa política no espaço euro-atlântico.

A nossa posição geoestratégica não confere importância apenas à Região, mas também a Portugal, à União Europeia e aos restantes países atlânticos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Todavia, não podemos limitar a nossa ação externa à Europa. Estamos no espaço atlântico e mantemos com os Estados Unidos da América uma relação especial ao longo da História.

Na base dessa relação transatlântica, continuaremos a defender as posições dos Açores na Comissão Bilateral de Acompanhamento do Acordo e a aprofundar relações de parceria com entidades públicas e privadas norte-americanas em áreas estratégicas, sem esquecer a nossa diáspora como potenciadora do retorno económico e de investimento norte-americano nos Açores.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito bem!

O Orador: O que explica esta relação especial com os EUA é a nossa diáspora e a Base das Lajes, que nunca perdeu a sua importância geoestratégica.

Da nossa parte, procuraremos mostrar sempre firmeza negocial quanto aos assuntos relativos à presença norte-americana na ilha Terceira.

Não deixaremos de ser reivindicativos relativamente ao processo de descontaminação integral dos solos e aquíferos da Praia da Vitória, que, graças à ação assertiva do XIII Governo Regional, avançou em prol da saúde e segurança públicas.

Não abdicaremos de preservar o efetivo laboral português ao serviço da Força Aérea dos EUA, alargando-o sempre que possível.

Não descansaremos enquanto não encontrarmos uma solução para os trabalhadores que se encontram a receber um vencimento base inferior à retribuição mínima mensal garantida na Região, matéria que é da responsabilidade do Estado Português e do Estado Norte-Americano.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E não desistiremos de envolver a FLAD em projetos científicos, académicos e comerciais na região, tal como consta da sua matriz fundacional, que é motivada pela existência da Base das Lajes, e, isto é para ser lembrado todos os dias.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro), e Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Ciência, Investigação e Inovação são bases seguras para o desenvolvimento socioeconómico presente e futuro de qualquer país ou região.

Reconhecemos o impacto da ciência para a definição de políticas públicas baseadas em conhecimento e sabemos que só com mais investigação aplicada se alimenta uma economia com valor acrescentado.

Para isso se concretizar, é fundamental dar à Universidade dos Açores a importância que merece, enquanto pilar da nossa autonomia.

Com o PSD/CDS/PPM no Governo, o apoio ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores teve um crescimento histórico, passando de 350 mil euros para 950 mil euros previstos para este ano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Este aumento reflete bem o compromisso contínuo que assumimos com a formação avançada e com a investigação de excelência, que se manterá com o XIV Governo Regional dos Açores.

Assim sendo, continuaremos a reforçar o sistema científico e tecnológico dos Açores, nomeadamente apoiando os centros de investigação no seu funcionamento, recursos humanos e equipamento científico.

Igualmente relevantes para a concretização de uma política científica robusta são os Parques de Ciência e Tecnologia, como o TERINOV e o NONAGON, testemunhos do investimento em ecossistemas de inovação.

Propomos avançar com a ampliação do TERINOV, financiada pelo PRR em mais de 1,5 milhões de euros, estabelecendo uma nova fase de acolhimento de projetos de desenvolvimento empresarial.

No NONAGON, avançaremos para a abertura do novo edifício que contará com o primeiro FabLab regional, que oferece um conjunto de oportunidades no âmbito da computação avançada.

Este novo espaço acolherá mais empresas e iniciativas empreendedoras, que, estou certo, serão geradoras de crescimento económico.

Ainda durante este primeiro semestre serão abertos concursos para a promoção de projetos científicos cofinanciados por fundos comunitários alinhados com a nova Estratégia de Especialização Inteligente, mostrando o nosso compromisso com a investigação aplicada.

Entendemos que este é o caminho para uma sociedade mais informada, inovadora e preparada para os desafios do futuro.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: No âmbito das Comunicações, a nossa prioridade é a de corrigir as graves assimetrias existentes no nosso arquipélago ao nível da conectividade digital e deste em relação ao mundo.

Vamos promover o reforço de cobertura da rede de fibra ótica em todas as nossas ilhas.

Vamos exigir à República que assuma as suas responsabilidades, ...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: ...no âmbito da coesão nacional, às quais se tem furtado, com o objetivo de que seja implementado o novo anel CAM de cabos submarinos.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Queremos garantir aos açorianos, em todas as ilhas do nosso arquipélago, mais e melhores serviços de telecomunicações nas mesmas condições tecnológicas e comerciais que existem no continente português. A cibersegurança, Sras. e Srs. Deputados, foi identificada pelo World Economic Fórum como a quarta maior ameaça no âmbito dos riscos mundiais para 2024.

Esteve bem o XIII Governo dos Açores quando, pela primeira vez, inscreveu esta temática no Programa do seu Governo, o que acontece de novo com o XIV Governo Regional, que não descarta a importância da cibersegurança.

Vamos continuar a investir na sensibilização das pessoas, na sua literacia digital, na resiliência e segurança dos sistemas e das redes da administração pública, sem esquecer a formação de recursos especializados, tão escassos nos dias de hoje.

Sras. e Srs. Deputados, a 4 de fevereiro, o povo açoriano votou pela responsabilidade, pela estabilidade e pela continuidade das políticas implementadas nos últimos três anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Com esses princípios presentes, o XIV Governo dos Açores apresenta, aqui, um Programa clarificador e credível para cumprir o seu mandato e garantir um presente e um futuro para todos os açorianos.

Connosco, o povo sabe com o que conta.

Sabe que estamos prontos para continuar a cumprir e a concretizar.

Sabe, também, que a rejeição deste Programa é prejudicial para as pessoas.

Porque lhes condiciona a vida. Prejudica as suas empresas e instituições.

Impede os seus investimentos. Compromete os seus projetos.

Porque atrasa o presente e adia o futuro.

Cientes de tudo isso, cabe, agora, a cada partido nesta casa pronunciar-se e assumir as suas responsabilidades políticas perante os açorianos.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento. A Mesa tem uma inscrição do Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

Eu, claramente percebi, todos nós aqui percebemos que se trata de um Governo de continuidade, quer nas políticas quer nas pessoas, mas não pude deixar de notar, que em relação à Vice-presidência, que acabou de fazer aqui a sua exposição, houve uma perda substancial de competências...

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: ... nomeadamente a habitação e os apoios sociais. Eu queria questionar o Sr. Vice-Presidente, como explica e interpreta...

Deputado Berto Messias (PS): Essa pergunta não é para o Sr. Vice-Presidente, mas sim para o Sr. Presidente.

O Orador: ... essa redução de competências, que foi muito bastante substancial?

E em relação à cooperação económica, eu gostaria de saber porque não percebi da sua exposição, qual é o âmbito dessa atuação, se é com países estrangeiros, os Estados Unidos, se é com outras Secretarias, porque a cooperação económica aqui ficou, creio eu na sua exposição um bocado difusa pelo menos na minha compreensão, agradecia então a sua resposta, obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Leal, faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Luís Leal (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Quero nesta minha primeira intervenção, após o meu juramento, desejar a todos e a todas um bom trabalho em prol dos Açores.

Como referiu o Sr. Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, Professor Mário fortuna, para melhorar a nossa competitividade externa, são importantes políticas consistentes e contínuas.

A atual insuficiência de políticas de apoio à exportação e à captação de investimento externo, presume-se à espera do P2030.

Se as políticas direcionadas às empresas são importantes, as instituições intervenientes nos processos de promoção e exportação não são menos importantes.

Criaram-se e desfizeram-se instituições como se montam e desmontam peças de Lego.

Desmantelou-se a única forma contínua e sistemática de promoção externa, fim de citação.

É urgente avançar com um conjunto de medidas que atraia mais investimento externo, mais capital humano e que garanta mais rendimentos. O Governo dos Açores não dispõe de uma entidade, organismo flexível que lhe permita captar investimento e apoiar os empresários na internacionalização dos produtos e serviços.

Deputado João Castro (PS): Muito bem!

O Orador: Os Açores precisam de um acervo de recursos humanos dotados de especiais capacidades para atrair investimento externo.

A proposta de Programa do Governo é desadequada às necessidades dos Açores.

Há uma total ausência em matéria de captação de investimento externo, ainda por cima quando a Região Autónoma dos Açores, em 2023, foi a região do país com menor concentração de investimento direto proveniente do exterior, 0,3 %, 0,3 % do total do investimento externo captado para Portugal.

A proposta do Programa do XIV Governo dos Açores que aqui discutimos, não é clara quanto à forma como vai captar investimento externo para a região.

Não define as melhores condições para o investimento para o ambiente de negócio.

Quantos projetos de investimentos, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo, a região acompanha e qual o volume de investimento expectável?

Qual o conjunto de medidas que visa criar para atrair investimento externo?

Quais as áreas que prioriza na captação de investimento externo? Terá em

conta uma especialização inteligente por ilha na captação de investimento? Pretende incluir os empresários e as start-ups açorianas nas suas eventuais missões de captação de investimento externo ao exterior?

Quais as medidas para atrair mais quadros qualificados para os Açores? Vai captar novas rotas e operadores aéreos para a ilha terceira, por exemplo, para combater a baixa sazonalidade?

Deputado Berto Messias (PS): Cá nada!

O Orador: Pretende atrair e captar congressos, e, em que setores?

A proposta do Programa do Governo não serve a coesão dos Açores e dos açorianos em matéria de captação de investimento externo.

A proposta do Programa do Governo não assume uma autonomia pujante e capaz, no que à captação de investimento externo diz respeito, por fora a gerar mais economia, mais e melhor emprego. Esta proposta de Programa não encara de frente a demografia como condição de sustentabilidade, e, é por isto que já demos aquilo que vai ser a nossa opinião relativamente a esta proposta...

Deputado Flávio Soares (PSD): Ah já estava antes de conhecer o documento!

O Orador: ... de Programa do Governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para pedidos de esclarecimento ao Sr. Vice-Presidente do Governo? Não

havendo pergunto ao Sr. Vice-Presidente se quer usar da palavra para esclarecimentos? Tem a palavra, faça favor, Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Francisco Lima, que cumprimento e saúdo a sua eleição e presença aqui, obrigado pelas suas questões. Sr. Deputado Francisco Lima, responder-lhe, é efetivamente este projeto um projeto de continuidade, que foi sujeito a votos, à apreciação dos açorianos e que nos deram a confiança que nos deram expressivamente para governarmos os Açores.

Relativamente, Sr. Deputado ainda bem que me coloca esta pergunta, para perceber que neste Governo o que nos move aqui não é perder mais poder ou ter menos poder...

Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Muito bem!

(O Deputado Berto Messias pigarreou)

O Orador: ... é que, o melhor, adaptando às circunstâncias, podemos servir o desenvolvimento dos Açores, e, portanto, a habitação estar na Vice-presidência ou estar na Juventude e Emprego, ou a Segurança Social estar na Saúde ou estar na Vice-presidência é igual, continua cá, a política é a mesma, está no Governo e continuaremos.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Entendeu o Sr. Presidente do Governo confiar-me esta missão, aceitei com muito orgulho, com muita honra, e, naturalmente com muito empenho procurarei responder a este desafio que me foi outorgado pelo Sr. Presidente do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado, cá estamos para trabalhar em conjunto com os empresários, com as vossas propostas, como entenderem, cá estamos para isso, e, numa área que é absolutamente nova e como lhe disse ali da tribuna, naturalmente não sei se o Sr. Deputado percebeu, mas com países estrangeiros, referi os Estados Unidos, referi a Europa e eventualmente outros na nossa diáspora do Brasil, por exemplo, temos que ir captar investimento na nossa diáspora e não só, para que possam cá investir. Será essa a missão, se seremos bem-sucedidos ou não, pois no fim, cá estarão as Sras. e os Srs. Deputados para avaliar e, sobretudo, o povo açoriano que nos colocou aqui.

Sr. Deputado Luís Vieira Leal, eu esperava uma intervenção de todos os Deputados nesta bancada sobre essa matéria menos sua, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... porque, aliás, de má memória, de má memória, a sua SDEA...

Deputado Luis Leal (PS): Não é minha.

O Orador: ... e o investimento que deixou, não queria fazer de V. Exa. “entradas de leão e saídas de sendeiro”, ...

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. não sabe fazer outra coisa senão isso.

O Orador: ...porque tenho estima por si e o Sr. veio aqui com entradas de leão, espero, saídas de sendeiro a seguir, porque sabe, Sr. Deputado, nessa matéria, eu vou-lhe lembrar só relativamente à ilha Terceira o que era o seu projeto, do seu partido, o seu particular, que era mesmo da sua área da SDEA, o seu contributo que o Sr. deu e vou lembrar apenas 2 ou 3 questões para não me exceder, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Já se excedeu.

O Orador: ...Sr. Deputado, mas olhe, fixar um Centro de Inovação, Desenvolvimento e Novas Tecnologias da Microsoft na Base das Lajes, onde é que está Sr. Deputado?

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. não prefere discutir o futuro?

O Orador: Pode-me indicar onde é que funciona esse centro?

(Voz não identificada) Ta offline!

O Orador: Fixar valências da EMPORDEF na Base das Lajes, pode-me dizer quais são as valências da EMPORDEF, que são fixadas na Base das Lajes, Sr. Deputado Luís Vieira Leal? Desenvolver e implementar um plano de captação de investidores para a Base das Lajes - Terceira a (impercetível) em articulação com a SDEA, o Sr. era administrador da SDEA, onde é que está o investimento, Sr. Deputado Luís Vieira Leal?

Deputados Catarina Cabeceiras e Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: É a isso que o Sr. tem que responder e devia pelo menos ter tido a humildade de entrar aqui com humildade e não com entradas de leão sobre aquilo que o Sr. não fez, o Sr. e o seu Governo, e, entra aqui de rompante, exigindo aquilo que não fez rigorosamente nada, eu não vou falar hoje do carro elétrico, mas falarei depois. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Leal.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Ó Sr. Presidente, a SDEA fez o seu trabalho e teve o seu contexto, o que é pena, Sr. Presidente, é que o investidor externo, quando vem à Região, fique a deambular e não saiba o que fazer, mas ó Sr. Vice-Presidente, com a quantidade de assessores...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isso fica-lhe mal!

O Orador: ... que V. Exas. colocaram nos vossos gabinetes, também deviam ter capacidade de atrair mais investimento...

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e não o fizeram, a SDEA com menos fazia mais.

Relativamente à ilha Terceira, foram captadas várias empresas tecnológicas, vários jovens...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Onde! Isso é falso!

O Orador: ... viram requalificadas as suas vidas e viram o seu futuro, são vários, V. Exa. sabe disso e há muita gente que sabe disso, eu compreendo que a falácia da negação...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... seja aquilo que o Sr. venha aqui trazer, mas temos que olhar para o futuro, Sr. Presidente, não olhe para o passado, olhe para o futuro, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais pedidos de esclarecimento? Sra. Deputada Sandra Costa Dias.

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Há muito que o Partido Socialista defende a importância da Ciência no desenvolvimento da nossa Região. Entendemo-la como condição necessária para o fomento da nossa capacidade de inovar, de sermos mais

competitivos e mais sustentáveis. É, por isso, irrefutável que o investimento em ciência e tecnologia representa um pilar fundamental para uma economia que se quer sólida e robusta.

Para o Partido Socialista estes continuam a ser os princípios que devem estar subjacentes às políticas públicas nesta área, com a definição de uma estratégia em sectores de atividade inovadores capazes de estimular os sectores de atividade tradicionais e, cumulativamente, de criar oportunidades para a retenção dos jovens açorianos e para a atração de novos talentos para a nossa Região. Tal aspiração só se concretiza, fomentando o emprego em atividades intensivas de conhecimento, para elevar ao nível de excelência a investigação conduzida nos Açores.

O Programa do Governo, agora em discussão, torna clara a política de continuidade também nesta área.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Ainda bem!

A Oradora: A palavra “continuar” repete-se em quase todas as medidas apresentadas, deixando claro que o desinvestimento alarmante, a que assistimos nos últimos 3 anos, é para manter.

Este desinvestimento fica patente no trabalho que ficou por fazer na área do Espaço, por exemplo, ou na ausência de concursos para projetos de I&D ou de Bolsas de doutoramento em áreas estratégicas.

Ou, ainda, com o desinvestimento na rede de promoção do desenvolvimento empresarial dos Açores, com áreas de atuação ligadas à Ciência e com a missão de potenciar a transferência de conhecimento,

requisito indispensável à incorporação de inovação tão necessária para a valorização dos produtos açorianos.

A aposta na Ciência deve ser encarada como um dos caminhos para alcançarmos a Coesão dos Açores e dos açorianos, para robustecer a economia regional e, através desta, fortalecer a nossa Autonomia e, ainda, criar condições para o equilíbrio demográfico nas nossas ilhas.

Este Programa de Governo continua a não responder a estes desafios, logo não serve os Açores! Ao ler o programa do Governo não encontramos resposta para tais anseios:

Continuaremos a assistir a uma política sem rumo, com situações como a do programa Açores 2030 que já vai a meio do seu prazo de execução e ainda não se conhecem com clareza as linhas orientadoras para a investigação nem quaisquer concursos ou avisos.

Continuaremos a assistir a uma política em ciência sem uma visão de longo prazo, onde os investigadores não conseguem planear a continuidade dos seus projetos de investigação, colocando em causa o trabalho realizado e hipotecando o nosso futuro.

A inércia a que temos assistido não só coloca em causa a continuidade de linhas de investigação estratégicas, como também a retenção de RH altamente qualificados e, por consequência, o desenvolvimento da Região! Estamos, portanto, perante um programa de Governo que não corresponde ao rumo que defendemos para os Açores! Não responde aos desafios que hoje enfrentamos, nem tão pouco corrige o sentido de retrocesso a que este governo votou os açorianos.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Continuam abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento. Sr. Deputado Flávio Soares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo. A minha primeira palavra é para saudar todos os eleitos, as Sras. e os Srs. Deputados, que no passado dia 4 de fevereiro foram eleitos Deputados desta Casa e, portanto, colocando assim o dever de cumprir aquela que é a nossa missão de servir o povo açoriano, e, por isso queria deixar uma palavra de felicitação a todos os novos Deputados que assumem esta função, este encargo para com as açorianas e os açorianos.

Como disse o Sr. Vice-Presidente na sua intervenção, a ciência e a tecnologia é fundamental para o desenvolvimento socioeconómico de um país ou de uma região, em especial, a nossa constituída por 9 ilhas. O Programa do Governo incentiva a ciência, a inovação, a tecnologia, promovendo o desenvolvimento sustentável que beneficie todas as açorianas e todos os açorianos em todas as nossas ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, propõe continuar a atualizar os apoios à nossa Academia e estranha-me, Sras. e Srs. Deputados, que o Partido Socialista em relação à Universidade dos Açores, nada disse na sua intervenção inicial, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem, é verdade!

O Orador: ... porque foi com este Governo que houve aumentos ao apoio à tripolaridade e que a Academia açoriana recebeu nos últimos 3 anos cerca de 5 milhões de euros para apoio à tripolaridade e para apoio a projetos de investigação e ciência.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Estranha-me que o Partido Socialista fale na palavra continuar, ora foi o Partido Socialista que continuamente nos últimos 24 anos, deixou a ciência, a investigação, os investigadores ao abandono, foram 24 anos sem qualquer medida para esta classe, e, eles próprios reconhecem isto, Sra. Deputada Sandra, eles próprios, a nossa Academia reconhece precisamente isto, e, ao contrário, nós temos uma estratégia, temos um plano, temos uma visão, continuar sim, continuar aquilo que foi bem feito nos últimos 3 anos. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para pedidos de esclarecimento? Sra. Deputada Sandra Costa Dias, faça favor.

(*) **Deputada Sandra Costa Dias (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo. Muito rapidamente apenas para dizer que não referi, efetivamente, na minha intervenção o apoio à tripolaridade e ao funcionamento da Universidade, uma medida que fortalece efetivamente aquela que é a posição da universidade no financiamento da sua atividade, uma condição necessária ao bom funcionamento da Universidade, mas não suficiente para aquela que é uma política de ciência robusta nos Açores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: Financiar ciência não significa apenas financiar a tripolaridade e naquilo que diz respeito ao financiamento de projetos de investigação, foram interrompidas várias linhas de investigação porque o Açores 2030, houve uma interrupção que deixou equipas de investigação sem continuidade.

Deputado Flávio Soares (PSD): 5 milhões de euros!

A Oradora: Sabemos bem que investigadores que foram captados durante os últimos anos para a Região com políticas de cariz científico e de áreas estratégicas que foram identificadas pelos Governos do Partido Socialista como estratégicas para a Região, foram agora colocadas em causas com interrupção de financiamento...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Flávio Soares (PSD): Não é verdade!

Deputado Carlos Silva (PS): Não leste essa parte Flávio!

A Oradora: ... a projetos e recursos humanos que temos vindo a perder, porque efetivamente a Região não os soube reter, não os soube assegurar para continuar o trabalho que tinha sido iniciado há muito. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo Sr. Vice-Presidente, pretende usar da palavra? Faça favor, Sr. Vice-Presidente.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito rapidamente, Sr. Presidente do Governo. Sra. Deputada Sandra Dias Faria.

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Sandra Costa Dias!

O Orador: Desculpe? Sandra? Ah desculpa, peço desculpa, Costa Dias, foi distração minha, peço desculpa.

Nunca se investiu tanto, Sra. Deputada, nesta área, como agora. O maior investimento de sempre no desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores, uma aposta clara e consistente na área da literacia científica com o maior investimento de sempre, Sra. Deputada.

Uma aposta clara em cofinanciamento de projetos que permitem alavancar fundos comunitários complementares. Pela primeira vez, Sra. Deputada

Sandra Dias, as bolsas foram orientadas pela estratégia da especialização inteligente.

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Não diga isso!

O Orador: Nunca antes tinham sido Sra. Deputada, a Sra. sabe tão bem como eu.

E, relativamente à Universidade dos Açores, o que a Sra. aqui acabou de dizer é que não é preciso financiar a tripolaridade, que não serve...

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Eu não disse isso!

O Orador: ... é preciso financiar a tripolaridade, e, nós triplicamos, vamos triplicar o financiamento da tripolaridade da Universidade dos Açores, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... a Sra. não disse por essas palavras, a Sra. não disse por essas palavras, mas deixou subentendido, não basta financiar a tripolaridade dos Açores, porque essa não é um contributo para a ciência, é o que se deduz, Sra. Deputada, contribui e muito, e nós também temos agora compromissos com a Universidade, assinam connosco contratos de compromissos para uma efetiva, também exigimos à Universidade, não é só dar, damos, mas queremos contrapartidas para os investigadores, para a sociedade e para as empresas ao contrário dos Srs.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas, vou ao início da sua conversa, o que o povo açoriano disse, a Sra. falou em continuidade, é sim, Sra., é para continuar a política deste Governo e para descontinuar a política do Partido Socialista, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ... foi isso que o povo açoriano disse, continuar com este Governo do PSD, do CDS e do PPM e descontinuar as políticas socialistas até agora, foi essa a mensagem do povo. Muito obrigado, Sra. Deputada Sandra Dias Costa.

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Costa Dias!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Costa Dias! Eu vou acertar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Vamos fazer um intervalo, regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 41 minutos.

Eram 12 horas e 02 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos, estávamos, antes do intervalo, no âmbito de pedidos de esclarecimentos ao Sr. Vice-Presidente do Governo, pergunto se há mais alguma inscrição para esse efeito?

Não havendo, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias para uma intervenção.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A primeira vez que venho a esta tribuna nesta legislatura é tempo, naturalmente de saudar todas e todos os Deputados eleitos, desejando-lhes as maiores felicidades, estendendo este cumprimento também ao Sr. Presidente do Governo e a todo o Governo, temos profundas divergências, muitas delas absolutamente insanáveis, mas estou certo, que muito mais é o que nos une do que aquilo que nos separa, ou seja, mais e melhor desenvolvimento económico e social para a Região Autónoma dos Açores. Cabe-me falar nesta tribuna, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sobre cooperação externa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Ohh!

O Orador: As regiões são uma unidade territorial fundamental para aferir do desenvolvimento económico e social dos Estados Membros da União

Europeia. São promotoras, co-autoras e também destinatárias das políticas públicas europeias de apoio a estas regiões, como é o caso das políticas de coesão, como é o caso das políticas no âmbito agrícola, como é o caso no âmbito das políticas das pescas, no âmbito da política marítima europeia e de um conjunto de políticas definidas nos centros de decisão na União Europeia que têm um peso significativo para a nossa vida quotidiana.

Os Açores, na Autonomia Democrática, sempre participaram ativamente, com as devidas evoluções e consolidações, no processo de participação e de codecisão nas instâncias europeias. Conseguimos, por isso, ao longo desse período de autonomia democrática em que vários partidos políticos tiveram protagonistas nesse processo, conseguimos, assim, construir e garantir uma imagem de grande credibilidade externa que não pode parar, nem pode ser interrompida. Tem isto especial relevância no âmbito da capacidade que a nossa Região tem de aplicar os fundos externos na Região. A verdade, Sras. e Srs. Deputados, é que os Açores, ao longo da nossa Autonomia Democrática, foram sempre vistos como um bom exemplo na aplicação de fundos estruturais e de fundos comunitários na nossa Região. É por isso fundamental que esse caminho não seja interrompido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a ouvir Sr. Deputado Vasco Cordeiro?

O Orador: Disse o Sr. Presidente do Governo, a determinada altura, nas últimas semanas, que este era um Governo de continuidade. Em boa verdade, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, falar de continuidade na

incapacidade de execução eficaz dos fundos disponíveis nos últimos tempos é um mau sinal para o futuro da nossa Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Aquilo que infelizmente assistimos nos Açores nos últimos 3 anos e meio foi, sejamos claros, profunda incapacidade de conseguir garantir uma execução eficaz e plena dos fundos que estão disponíveis, quer no âmbito dos fundos estruturais, quer no âmbito do Programa Operacional Açores 2030, quer no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Não estamos aqui, o Partido Socialista não está aqui, nem quer estar aqui, numa postura destrutiva em que critica tudo e todos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ninguém diria!

O Orador: O PS está aqui para evidenciar factos políticos claros. Nos últimos três anos e meio, o governo não contribuiu de forma eficaz e assertiva para uma maior credibilização dos órgãos de governo próprio da nossa Região, enquanto agentes ativos de uma boa execução dos fundos disponíveis.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não apoiado!

O Orador: É por isso que deixamos aqui um contributo importante. Que seja urgentemente criada uma task force neste Governo Regional para que possam rapidamente executar de forma eficaz os fundos que estão disponíveis para que a Região não queira, nem tenha que perder a

credibilidade que construiu ao longo dos anos da Autonomia Democrática enquanto unidade territorial exemplar na execução de fundos comunitários e tenha que devolver fundos. Isso seria negativo não para o Governo dos Açores, não para aqueles que estão aqui sentados, mas sim para o presente e para o futuro da Região Autónoma dos Açores e nós não queremos que isso aconteça.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: No âmbito da cooperação externa, também esta credibilidade e o esforço que é necessário fazer em termos de execução de fundos externos, é absolutamente fundamental também que a Região reforce a sua capacidade de representação a nível europeu. Temos, aliás, sentado neste Parlamento um bom exemplo também dessa credibilidade, construída ao longo da Autonomia Democrática está aqui sentado no Parlamento da Região Autónoma dos Açores o presidente do Comité das Regiões, ...

(O Deputado Flávio Soares pigarreou)

O Orador: ... um organismo fundamental consultivo das instituições europeias e que estou certo, orgulham e honram todas e todos os deputados aqui sentados e também o Governo Regional. No âmbito do artigo 349.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia, temos todos, o Governo Regional desde logo, este Parlamento de aumentar a eficácia e a intensidade de trabalho e de envolvimento nas decisões da União Europeia e o que isso representa como retorno para a nossa Região, não apenas do

ponto de vista institucional, mas para a vida quotidiana de todos nós e de cada um dos nossos concidadãos. Esse esforço, Sr. Vice-Presidente, é absolutamente fundamental. Também ao nível da relação que nós temos do ponto de vista atlântico, na relação que temos com os Estados Unidos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No seu caso é com os estados unidos e com o Bloco de Esquerda!

O Orador: ... onde, apesar de muitas mentes supostamente entendidas em Lisboa que entendem que o epicentro da relação bilateral de Portugal e Estados Unidos está em Portugal continental, não é verdade, está aqui. O epicentro da relação histórica bilateral entre Portugal e os Estados Unidos está aqui, nos Açores. E é preciso, por isso, mais. É preciso que os norte-americanos entendam isso de uma vez por todas. É preciso que as instituições que gravitam à volta dessa realidade, como é, por exemplo, a FLAD da Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento, percebam e têm uma perceção cada vez mais evidente desse ponto de vista. E, Sr. Vice-Presidente, também é importante que, em alguns dossiers que fazem parte deste enquadramento, tenhamos também mais empenho e, por vezes, não tenhamos precipitações. Falo, por exemplo, no processo de descontaminação dos aquíferos contaminados na Praia da Vitória, que carecem de mais atenção, que carecem de maior intensidade na sua descontaminação...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Exatamente!

O Orador: ... e que não devem, Sr. Vice-Presidente, permita-me dizer-lhe, ter responsáveis políticos do Governo Regional a dizer que está a

avançar e que tudo está a ser resolvido, quando todos nós sabemos que não é verdade. E, Sr. Vice-Presidente, também no âmbito dessas precipitações é importante que tenhamos rigor. Ouvi-o há pouco referir que os problemas laborais dos trabalhadores da Base das Lajes que recebem menos que o ordenado mínimo tem que ser resolvido. Sr. Vice-Presidente, o Sr. em outubro disse que não havia problema nenhum e que isso tinha sido resolvido em maio de 2022. Uma precipitação que não ajuda à resolução no processo e que não ajuda à defesa desses trabalhadores.

Sras. e Srs. Deputados, também no âmbito da diplomacia económica e da cooperação externa, o meu Camarada Luís Leal já manifestou aqui as suas preocupações e é fundamental também que nesse âmbito nós possamos intensificar a nossa ação, trazer mais investimento, devidamente regulado, o investimento não deve entrar aqui a todo o custo, mas que garanta de facto mais e melhores postos de trabalho para a nossa Região.

Sras. e Srs. Deputados, este programa de governo não é o programa do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda bem!

O Orador: Apresentámos um programa diferente às açorianas e aos açorianos. Há muito tempo manifestámos aquela que é a opção política do Partido Socialista nesta matéria, estando aqui mandatados por todos os açorianos que votaram no PS e no projeto do Partido Socialista. O vosso programa não é o nosso programa. O PS está, como sempre esteve, do lado certo da história, ...

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: ... ao lado dos açorianos. Este não é o fim de uma era, é o início de um tempo novo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado!

O Orador: ... também para o Partido Socialista a liderar a oposição. Mas no passado, no presente e no futuro, sempre com o denominador comum, propostas e medidas concretas para melhorar a vida das açorianas e dos açorianos e melhorar o futuro da Região Autónoma dos Açores. É isso que estamos aqui a fazer e é isso que vamos continuar a fazer, disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Estão abertas inscrições para pedidos de esclarecimento. Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

Deputado José Pacheco (CH): Não fales na fórmula da pólvora, já foi descoberta há bocadinho!

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo Regional.

Esta intervenção do Sr. Deputado Berto Messias, naturalmente que tem muito interesse, ainda que tendo hesitado entre o seu fim.

Parecia ser uma candidatura à liderança do Partido Socialista, a

determinado momento já parecia a ser uma candidatura a representante dos Açores pelo Partido Socialista ao Parlamento Europeu, e, terminou como, provavelmente com uma candidatura mais modesta, mas não menos importante, nem menos legítima, de um qualquer cargo de ilha Terceira. Teríamos, portanto, matéria...

Deputado João Vasco Costa (PS): Está com uma imaginação muito fértil!

O Orador: ... para discutir aqui a tarde toda a partir desta intervenção, mas eu queria dizer pouca coisa, e, quase só sobre o seguinte, o Sr. Deputado Berto Messias, em nome do Partido Socialista, diz que não vem aqui para interromper coisa nenhuma, e, que portanto, não devíamos, a maioria, interromper a boa utilização dos Fundos Comunitários, que de facto, é determinante no desenvolvimento da nossa Região, uma boa aplicação dos Fundos Comunitários fazendo valer a nossa posição junto da União Europeia para as circunstâncias que a ultraperiferia e a nossa descontinuidade convocam, mas, Sr. Deputado Berto Messias, apetece-me citar o Sr. Ministro, ainda Ministro das Finanças, Fernando Medina, como posse do Governo da República, que diz: “ Não fui eu que convoquei as eleições antecipadas”...,

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Ora muito bem!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... e, portanto, a Região se tem hoje uma dificuldade nestas matérias decorre exatamente da irresponsabilidade do Partido Socialista, que chumbou o Orçamento de 2024.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Délia Melo (PSD): Exatamente!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E se nós vamos continuar, ainda por mais alguns meses sem Orçamento da Região, com tudo o que isso implica, sobretudo no plano económico, e, depois, nas suas repercussões nas áreas sociais, deve-se à irresponsabilidade do Partido Socialista, mas mais, se fosse por vontade do Partido Socialista, provavelmente este ano não teremos Plano nem Orçamento, nem sequer Governo devidamente mandatado e com todos os seus requisitos e poderes formais para governar, porque o Partido Socialista, antes de conhecer o programa do Governo, disse que o chumbava, e, portanto, isso é que é a irresponsabilidade pura de quem não quer que os Açores vão para a frente.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Sobre Fundos Comunitários, eu acho que mais uma vez, o Sr. Deputado Berto Messias, é generoso no seu voluntarismo, mas, Sr. Deputado, é preciso estudar às vezes mais um bocadinho, é que no ano de 2023 tivemos uma execução de Fundos Comunitários superior a 200

milhões de euros, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Está a contradizer-se!

O Orador: ... que é a maior de sempre. E, portanto, não faz sentido a crítica que lança sobre a capacidade de execução e também não é por repetir, muitas vezes uma falsidade...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é nenhuma falsidade!

O Orador: ... que ela vai ser ou vai-se tornar verdade.

Para terminar, Sr. Presidente, o Sr. Deputado Berto Messias, aliás, dando voz ao Partido Socialista, que, repetidamente tem feito esta afirmação por muitos dos seus dirigentes e desde logo começando pelo seu ainda Presidente Deputado Vasco Cordeiro, de que está mandatado pelos açorianos que lhes confiaram os votos.

Eu lamento que assim seja, Sr. Deputado, nós estamos aqui mandatados por todos os açorianos, e, o Programa que este Governo apresenta não é um Programa para os 48 mil 668 eleitores que nos confiaram o voto, é para todos os açorianos, para aqueles que votaram em nós, para os que votaram em si, sejam do Corvo, sejam de Santa Maria, das Flores, da Graciosa São Jorge, da Terceira ou de São Miguel ou do Pico ou do Faial, nós estamos aqui para governar para todos e o Programa do Governo é um Programa do Governo para os Açores, não é um programa eleitoral, os açorianos decidiram e foram muito claros na sua escolha, um Governo não socialista, cabe a cada um assumir as suas responsabilidades.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e

Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Dizer o seguinte, o Sr. Deputado Joaquim Machado, faz lembrar aquelas famílias que não se entendem dentro de casa, mas que estão sempre a criticar quem está lá fora.

Tentar imputar ao Partido Socialista qualquer irresponsabilidade pelo facto de o Governo anterior não ter chegado ao fim, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Então de quem é a responsabilidade?

O Orador: ... é um exercício político no mínimo risível. Os Srs. não se conseguiram entender entre si, o Partido Socialista tem as suas posições tomadas há muito tempo, de forma clara e transparente, e, agora o Sr. Deputado Joaquim Machado, exatamente nesse exercício de querer repetir muitas vezes a mesma coisa para que essa versão cole...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já colou!

O Orador: ... na opinião pública não faz mais do que um exercício que é politicamente cobarde e que não corresponde à verdade.

Sras. e Srs. Deputados, o PS está aqui como sempre esteve...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): São é cada vez menos!

O Orador: ... disponível para trabalhar a favor dos açorianos, mas este não é o nosso programa e quem tem que em primeiro instância promover consensos aqui dentro, nos Órgãos de Governo Próprio da nossa Região, é o Presidente do Governo e o seu Governo, e, estar consecutivamente a afirmar na tomada de posse do Governo que este novo Governo e que as medidas que apresenta são medidas não socialistas e contra os socialistas, não é de todo, uma promoção do consenso entre todos os partidos políticos e desde logo com o Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: O consenso tem que começar por quem está a liderar agora, portanto, Sr. Deputado Joaquim Machado, o Sr. na sua intervenção disse tudo, começou por dizer que ia dizer pouca coisa e de facto assim é, disse muito pouca coisa e contribuiu muito pouco para o debate. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo. Nesta que é a minha

primeira intervenção depois da instalação desta Assembleia, quero desejar a todas e a todos os Deputados votos de um bom trabalho em prol desenvolvimento dos Açores, de todos os Açores e dos nossos concidadãos açorianos. Relativamente à intervenção de tribuna que o Sr. Deputado Berto Messias nos trouxe, importa ressaltar aqui algumas questões.

Abordou a questão da descontaminação dos solos e aquíferos provocados pela presença de uma infraestrutura militar na Base das Lajes, sim, foi este Governo, é pela mão deste Governo que há uma assunção...

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade! Esse é um assunto muito sério.

O Orador: ... por parte dos americanos, da responsabilidade da poluição, não foi no tempo do Partido Socialista que os americanos reconheceram o problema da contaminação e, portanto, esta é uma vitória diplomática...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ... que foi conquistada por esta coligação.

Depois fala dos investimentos na ilha Terceira, Sr. Deputado, foi este Governo que desencalhou vários investimentos, veja-se, por exemplo, ao nível da habitação, em São Brás, foi este Governo que já lançou a primeira pedra para o empreendimento urbanístico de São Brás, que estava encalhado desde 2004 pelo Governo Socialista, foi este Governo que

arrancou com o processo de legalização do bairro americano, que V. Exas. deixaram ao abandono e à pilhagem.

Foi este Governo que iniciou e concluiu o processo de legalização do bairro Nossa Sra. de Fátima, que V. Exas. construíram tudo ilegal e, portanto, V. Exas. veio trazer para aqui um conjunto de problemas que já começaram a ser resolvidos pelo Governo desta coligação e, portanto, as suas críticas não colhem, muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Vice-Presidente do Governo, faz favor, tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Não me obrigue a gastar mais tempo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo.

Não podia deixar de responder ao Sr. Deputado Berto Messias, não vou responder, obviamente a tudo, porque será para outra ocasião discutirmos essas matérias da descontaminação, que são matérias de facto muito sérias, como o Sr. diz e que não é com a leveza que se pode tratar também, como tratou dali de cima, mas, cá estaremos para responder a essa questão.

Relativamente, mas é uma questão que eu gostaria de deixar bem clara, é que, relativamente aos Fundos Comunitários, Sr. Deputado Berto Messias, entre 21 e 23, a Região Autónoma dos Açores arrecadou 471,6 milhões de

euros, entre 2017 e 2020 foram arrecadados 240,5 milhões de euros, portanto, praticamente o dobro. Sr. Deputado Berto Messias, que nós arrecadamos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): De quê?

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a taxa de execução?

O Orador: Relativamente Fundos Comunitários, Sra. Deputada, Fundos Comunitários, relativamente, e, a Sra. percebeu muito bem Fundos Comunitários, mas se quiser eu explico-lhe bem, quer dizer, a gente faz a transição, eu continuo na transição.

Deputado Carlos Silva (PS): Faça um desenho!

O Orador: Portanto, desenhos eu nunca tive jeito para fazer, era a minha pior disciplina, eu às vezes tento fazer um desenho, mas não consigo.

Sr. Deputado Berto Messias, concordo consigo, subscrevo, o epicentro das relações com os Estados Unidos transatlântico é nos Açores, é isto que este Governo tenta fazer desde que tomou posse, sempre como sabe, não desprezando o que herdou de algum trabalho bem feito, mas também dando avanços naquilo que não foi feito, e, não foi grandes avanços, mas fizemos alguns avanços no processo de descontaminação que eu não vou falar aqui. Mas relativamente aos ordenados dos trabalhadores, Sr. Deputado, o que eu disse, e, repito, é que foi feita uma correção para que nenhum funcionário recebesse menos que o ordenado mínimo, e, isso aconteceu pela primeira vez. E esse assunto, pela primeira vez, foi levado à bilateral, que nunca tinha sido levado antes.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Porque nunca se tinha colocado antes!
Pelo amor de Deus!

O Orador: Era sempre na comissão laboral. Agora, a correção das tabelas é que é um processo que está a ser feito em progresso, que os Srs. nunca fizeram. Sr. Deputado Berto Messias, essa é que é a questão.

Relativamente, Sra. Deputada acalme-se um bocadinho, acalme-se, não esteja nervosa, pronto, esteja calma.

Relativamente à cooperação europeia, Sr. Deputado Berto Messias, devolhe dizer o seguinte, espero contar com a colaboração do Sr. Presidente do Comité das Regiões, porque o Sr. Presidente do Comité das Regiões vai contar sempre com o meu empenho e com a minha colaboração na defesa dos Açores.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: O Sr. ex-Assessor do Comité das Regiões sabe isso.

E, devo dizer mais uma coisa, quando o Sr. Presidente, Vasco Cordeiro, tomou posse foi elogiado pelo Sr. Presidente do Governo o seu cargo a bem dos Açores.

Deputado João Vasco Costa: Fez um “frete”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Nós não temos dogmas, Sr. Presidente, a inversa talvez não fosse verdadeira e é isso que o Partido Socialista tem que aprender, democracia, porque nós, quando se trata dos interesses dos Açores, não interessa quem está lá fora, é quem o está a defender e nós apoiamos e por isso apoiamos o Deputado Vasco Cordeiro...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... no exercício do seu mandato e queremos e vamos colaborar com ele assim queira a colaboração ser mútua e (impercetível), assim queira o Sr. Deputado, o Partido Socialista, não estamos aqui no contra pelo contra, estamos aqui para defender os Açores, coisa que ainda não vi da sua parte, muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo. Sr. Vice-Presidente, o Sr. eventualmente não terá estado atento à intervenção que eu fiz, eu fui muito claro sobre o posicionamento do

Partido Socialista e aquele que é o papel que o PS quer continuar a ter na definição da política externa e da cooperação externa da nossa Região, sendo sempre fundamental que se crie um entendimento alargado aqui nos Órgãos do Governo Próprio da nossa Região, para que a nossa posição externamente seja mais forte, mais coesa e com unanimidade, obviamente, que defenderemos todos melhor os interesses da nossa Região.

Sr. Vice-Presidente, eu, relativamente ao Presidente do Comité das Regiões, referi-me ao orgulho que é ter nesta bancada e neste Parlamento, o Presidente do Comité das Regiões, fiz essa referência, o Sr., enfim, eventualmente terá enfiado algum barrete que eu não lhe atirei e, portanto, não percebi essa sua referência ao Presidente do Comité das Regiões.

Dizer-lhe também, Sr. Vice-Presidente, porque este é um tempo novo, em termos de cooperação externa e do ponto de vista político, pode ser alvo de alguma reflexão e que a cooperação externa dos Açores, do Governo dos Açores está entregue aos dois partidos mais pequenos da coligação, no caso ao líder do CDS e no caso das Comunidades, ao líder do PPM.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): E acha mal?!

O Orador: Não acho mal, nem acho bem, isso politicamente, pode ter a sua leitura e pode ser azo a algumas reflexões que não vão ser tidas aqui agora, certamente. Mas do ponto de vista político, Sr. Vice-Presidente, do ponto de vista do posicionamento diplomático que nós temos que ter em matérias sensíveis, foi isso que eu alertei naquela tribuna, nós entendemos duas coisas, Sr. Vice-Presidente, tendo em conta que o Sr. conhece muito bem este dossier, o Sr. Vice-Presidente conhece muito bem este dossier,

estar a afirmar publicamente, em nome do Governo dos Açores, que a descontaminação está a avançar em força...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Não disse isso! Isso é falso!

O Orador: Não nos parece uma posição pública prudente, da mesma forma que entendemos que foi uma precipitação, o Sr. Vice-Presidente dizer em outubro que não havia...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Não havia, não!

O Orador: ... nenhum trabalhador da Base das Lajes a receber abaixo do salário mínimo e agora vem dizer que é um problema que tem que ser tratado, é de facto um problema que tem que ser tratado, portanto, na diplomacia, Sr. Vice-Presidente, como o Sr. naturalmente saberá, é preciso também prudência.

Quanto às taxas de execução, para terminar, Sr. Vice-Presidente, Sr. Vice-presidente, a preocupação da baixa execução não é do PS é do Conselho Económico e Social, é dos Parceiros Sociais, é das Forças Sindicais, é da Comissão de Acompanhamento da Execução do Plano de Recuperação e Resiliência na nossa Região, portanto, é uma preocupação de todos, e, aquilo que nós propomos, que eu disse daquela tribuna, é que os Srs. metam os pés ao caminho, criem uma task force interna e executem para que a Região não tenha que devolver Fundos e não perca a sua credibilidade. Isso não será mau para a coligação nem para o PS, será mau para todos os açorianos e julgo que aqui ninguém quer isso. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Por isso vota contra!

Presidente: Muito Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Vice-Presidente, referiu, na sua intervenção inicial da tribuna, aquilo que me pareceu um passo positivo e uma mudança de posição da parte deste Governo relativamente ao anterior Governo do qual o Sr. já tinha as funções de Vice-Presidente, o Sr. reconheceu naquela tribuna que, afinal, o problema que o Sr. disse que não existia, que era a existência de trabalhadores com salários abaixo do salário mínimo na Base das Lajes, o Sr. reconheceu que afinal, o problema existe.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Claro!

O Orador: E ainda bem que reconhece e que dá esse passo no sentido positivo, e, felizmente o Governo não faz tudo mal, deu um passo positivo. E falou há pouco, e, é isso que suscitou a minha intervenção, naquilo que foi a discussão na Comissão Bilateral Permanente sobre esta matéria, salientando que pela primeira vez o assunto foi à bilateral, e, ainda bem que foi, o problema é o que a bilateral concluiu, e, vou citar para que não restem dúvidas da sua conclusão: “A Comissão Bilateral Permanente registou as conclusões da Comissão Laboral e a sua determinação de que

nenhuma remuneração dos trabalhadores locais das forças da USAF é inferior ao salário mínimo regional”.

Bem, Sr. Vice-Presidente, então o Sr. concordou com esta conclusão de que diz que nenhum trabalhador recebe abaixo do salário mínimo, quando hoje diz que afinal o problema existe!?

Bem, Sr. Vice-Presidente, o desafio que o Sr. tem pela frente é ter na próxima Comissão Bilateral um texto que diga que o problema existe e mais do que isso, que o problema está resolvido. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra faça favor.

Deputado Berto Messias (PS): Não me obrigue a gastar mais tempo, é um apelo que lhe faço!

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo. Sr. Deputado António Lima, o problema, existe, estamos conscientes dele e estamos ainda em negociações para o tentar resolver, ainda a semana passada houve uma reunião da Comissão Laboral. O problema existe na tabela salarial, como sabe acontece sempre em janeiro, quando aumenta o ordenado mínimo regional e, portanto, há sempre alguns escalões, antes eram 6 pessoas, agora passaram a ser 25, acontece, e, é isso que estamos a trabalhar para que a diuturnidade não seja incluída num aumento salarial, é um processo difícil, negocial com dois Estados, o Estado português e o Estado norte-americano, como o Sr. sabe. Naquela altura, em outubro, era reconhecido, ninguém ganhava...

Deputada Andreia Cardoso (PS) e **Deputado António Lima (BE)**: Ah disse, disse!

O Orador: ... menos que o ordenado mínimo, embora à custa da diuturnidade, então posso-me ter expressado mal, mas é isso, é isso, Sr. Deputado, eu sempre disse isso, foi sempre isso que eu disse, foi isso que eu disse ali de cima e ganhava, ganhava era no tempo do Partido Socialista, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ganhavam, ganhavam!

O Orador: ... ganhava, ganhava, que nunca fizeram nada e isto é, e ganhava, ganhava era no seu tempo, Sra. Secretária, da sua tutela.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputado Carlos Silva (PS): Ah já estávamos à espera disso!

O Orador: Bom, Sr. Deputado Berto Messias, sei que não tem tempo, não quero que gaste mais tempo, se me permite uma frase...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tem todo o tempo necessário!

O Orador: ..., então entendam-se na vossa bancada é porque o Sr. Deputado diz que não tem tempo, a Sra. diz que ele tem todo o tempo necessário, entendam-se, sendo assim, inscreva-se, Sr. Deputado.

Eu vou só responder à “precipitação”, ao termo “precipitação”, Sr. Deputado Berto Messias, ao termo “precipitação”, em 2011, nesta Casa, foi dito que a descontaminação, Os Srs. ainda falam na República do Governo de Passos Coelho, porque é que não hei de falar da mesma altura?

Deputado Carlos Silva (PS): Até pode falar do Estado Novo – “Deus, Pátria e Família”!

O Orador: Em 2011 foi dito nesta Casa, escrito na comunicação social, dada conferência de imprensa que a descontaminação dos solos e aquíferos da Base das Lajes custava 130 mil euros, Partido Socialista, dito nesta Casa conferência de imprensa, dito isso, em 2016, a seguir ao PREIT, Sr. Deputado Berto Messias, reconversão e limpeza ambiental do passivo da ilha Terceira, 100 milhões de euros por ano, era o que os Srs. iam investir, 100 milhões de euros na descontaminação do passivo ambiental da ilha Terceira.

Portanto, ó Sr. eu vou ler é o PREIT que foi feito pelos Srs., ...

Deputado Berto Messias (PS): Oh Sr. Vice-Presidente, mais rigor!

O Orador: ...não fui eu que o fiz, é o PREIT, os Srs. é que fizeram pra PREIT, sei que custa ouvir, ...

Deputado Berto Messias (PS): Não custa nada!

O Orador: ..., mas o PREIT, sim Sr. Deputado Luis Leal, está aqui escrito, assegurar a demolição, limpeza e reconversão do global das infraestruturas e passivo ambiental resultante das infraestruturas militares da Base das Lajes e fora dela, vou só dar este exemplo 100 milhões de euros, Sr. Deputado Berto Messias, não fui eu que fiz isto, foram os Srs., e, na altura, se bem se lembra adjectivei isto, enquanto Deputado da oposição, nesse sítio, ali, como um embuste, quando Deputado da oposição, o tempo infelizmente veio-me dar razão.

Quanto ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro e Presidente do Comité das Regiões, só lhe fiz elogio, não lhe fiz uma única crítica e, repito, estou disponível.

Deputado Berto Messias (PS): Com certeza, estamos todos!

O Orador: ... estamos disponíveis para, em conjunto, encontrarmos soluções para o futuro dos Açores, para captação de investimento, para o que quer que seja, que o Sr. Presidente do Comité das Regiões tenha a propor a este Governo, e, sei que o conheço bem, que será um homem de diálogo e de entendimento. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos avançar no nosso debate. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários.

Os Açores têm, neste e no próximo ano, a enorme tarefa de concluir a execução do PRR.

O XIII Governo dos Açores herdou um desenho para gestão própria do PRR de 580 milhões de euros.

Com a reprogramação, em 2023, acrescentamos 145 milhões para a gestão regional, colocando a verba global nos 725 milhões, que deverá ser executada até ao final de 2025.

Apesar de a execução do PRR ser bem diversa dos tradicionais fundos estruturais, estimamos que em 2024 e 2025, anos-cruzeiro deste Programa, venhamos a executar cerca de 300 milhões em cada ano.

Posso, entretanto, anunciar que, em 2023, entraram na tesouraria da Região mais de 200 milhões de euros de verbas comunitárias, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Explique a diferença entre entrar e executar!

O Orador: ... o triplo da média do período de programação anterior, que era de 67 milhões, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ... cumprindo-se assim, logo em 2023, o estabelecido no Acordo de Parceria Estratégico.

O esforço dos privados, da Administração Pública Regional e das autoridades de gestão deve aqui ser reconhecido, bem como a decisão do

XIII Governo de criar o Grupo de Trabalho Interdepartamental (GTI) para a execução dos fundos comunitários, que muito contribuiu para este sucesso que tivemos em 2023 e, certamente continuará em 2024 e 25.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Infelizmente, não podemos dizer o mesmo do Governo da República, pois continuam em falta largas dezenas de milhões de euros dos apoios do Furacão Lorenzo. Os estragos desta intempérie foram estimados, por este Parlamento, em 313,3 milhões de euros, a que se acresceram 25 milhões provocados pela depressão Efrain.

O compromisso político do Governo da República de pagar 85% destes estragos coloca a comparticipação devida pela República nos 287,55 milhões de euros. Deste valor global de comparticipação, o Governo da República impôs...

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é falso!

Deputado Berto Messias (PS): Fale do futuro, Sr. Secretário!

O Orador: ...que 198 milhões saíssem do PACS, no âmbito do Portugal 2030, restando 89,55 milhões a serem financiados por outras fontes como o Orçamento de Estado, dos quais chegaram à Região, até 2021, 29,7 milhões.

Os documentos de despesa enviados para Lisboa, em 2022 e 2023, referentes a execuções que não têm cabimento no Portugal 2030, imporiam a transferência de 60 milhões de euros.

No entanto, só foram transferidos 7 milhões - e apenas no dia 29 de dezembro passado. Assim, estão em falta 53 milhões.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. tem que mudar de *cassete!*

O Orador: Fica, pois, aqui, a exigência, perante o novo Governo da Portugal, de pagar, celeremente, estes 53 milhões de euros em atraso referentes à solidariedade nacional relativos ao Furacão Lorenzo.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Sras. e Srs., o XIV Governo dos Açores cumprirá o desiderato da utilização plena do diferencial fiscal e prosseguirá a inversão da trajetória do peso da dívida pública em relação ao PIB, dando corpo, também neste aspeto, aos compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Parceria. E concluiremos o trabalho acordado com o Professor Paz Ferreira para a revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Naturalmente, como o processo de privatização da Azores Airlines e dos hotéis em posse na Ilhas de Valor, processos que serão retomados a partir do momento em que o Programa do XIV Governo esteja aprovado. Mas ainda assim continuam outros estudos, relativos aos sobrecustos da educação e da saúde, que habilitarão política e tecnicamente a Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários, o XIV Governo dos Açores cumprirá também com os compromissos assumidos na proposta de Orçamento para

2024 e que foi aqui chumbada, valorizando as carreiras da Administração Pública, com a redução de dez para seis pontos do número de pontos necessários para a progressão nas carreiras, a par do fim das quotas na avaliação dos trabalhadores.

Voices dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Vamos também cumprir os acordos com os sindicatos para alargamento dos escalões e aumento da Remuneração Complementar e regularizar os contratos covid-19 nos hospitais e nas unidades de saúde.

Voices dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Nos próximos meses, vamos lançar a nova Bolsa de Emprego Público, que permitirá candidaturas ‘online’, mais simples e rápidas, às ofertas de emprego público da região.

Em paralelo, iremos incentivar, sempre que tal se afigure exequível, que as ofertas de emprego público permitam aos trabalhadores o exercício de funções nas suas ilhas de residência.

Neste mesmo contexto, sempre que possível, com recurso nomeadamente ao teletrabalho, incentivaremos o regresso dos trabalhadores, que já têm vínculo à Administração Pública, às suas ilhas ou locais de origem, potenciando, deste modo, uma maior mobilidade e conciliação da vida profissional com a vida familiar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quero ainda dar nota pública que vamos lançar, em 2024, um projeto-piloto para semana de quatro dias na Administração Pública Regional, criando um Grupo de Trabalho para a sua implementação, após auscultação do Conselho Consultivo da Administração Pública, que reativámos na anterior legislatura.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E porque queremos caminhar mais na desejável conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar, esperamos e incentivaremos que esta e outras experiências-piloto possam replicar-se na esfera da iniciativa privada.

Num momento em que as democracias liberais se encontram sob pressão e em que urge encontrar respostas para novas e profundas inquietações dos nossos concidadãos, não nos pode bastar olhar para balanços económicos, sem olhar para as razões sociais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: É verdade que temos mais de 32 meses de crescimento contínuo do indicador de atividade económica.

É verdade que, em 2021 e 2022, o crescimento médio anual do PIB real dos Açores foi de 7,1%, enquanto no País foi de 6,25%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: É verdade que os Açores, nestes 2 anos, cresceram mais 0,85 pontos percentuais do que Portugal, estando agora com 90% da média do PIB per capita de Portugal (a melhor desde 2016) e com 70,6% da média do PIB per capita da EU (a melhor desde 2013).

É verdade que o ano de 2016 tinha sido o último em que o crescimento do PIB nos Açores tinha superado ou igualado o nacional.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso está tão confuso.

O Orador: É verdade que temos a maior população empregada de sempre da história.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É verdade que assistimos a um significativo aumento na remuneração bruta total média por trabalhador na Região que, em dezembro de 2023, atingiu os 1.619 euros, representando um acréscimo de 110 euros em relação ao mesmo período do ano anterior.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é verdade que, nos próximos anos, teremos mais de 500 milhões de euros para o tecido empresarial dos Açores.

Aos 360 milhões do Construir 2030, somam-se 125 milhões do PRR para a capitalização, desde já com o Capital Participativo Açores em vigor e aos 20 milhões da reprogramação do PRR que previram, pela primeira vez, apoios específicos para a capacitação e transformação digital das nossas empresas.

É verdade também que a estes valores acrescem verbas, saídas do Orçamento Regional, para estimular o consumo de produtos regionais, através do Programa de Apoio à Restauração e Hotelaria e para estimular as exportações, através do Programa de Apoio ao Acesso aos Mercados.

Mas a maior verdade é que ainda não estamos satisfeitos. Queremos mais. Queremos mais justiça na distribuição de rendimentos e melhores condições para os trabalhadores.

Queremos o desenvolvimento económico, sim, mas para-e-com o desenvolvimento social que almejamos.

Queremos açorianos realizados em cada uma das nossas ilhas.

Persistiremos na Administração Pública, através de algumas das medidas já enunciadas.

Persistiremos junto do sector privado, através do exemplo e da sensibilização para a responsabilidade coletiva.

Persistiremos com apoios à contratação incentivadores de acréscimos salariais.

Persistiremos com sistema de apoio ao investimento privado que, inovadoramente, premeia quem implemente políticas de empresa que beneficiem os trabalhadores.

Não podemos descansar enquanto não corrigirmos as injustiças sociais que perduram e as iniquidades económicas que subsistem.

A Autonomia só se cumpre quando promovermos a felicidade aos sujeitos da Autonomia. É para eles que temos de trabalhar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento. Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Hélia Cardoso (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários, em particular, aqui ao Sr. Secretário das Finanças, tenho duas questões para si. Foi com agrado que vi no Programa de Governo na página 28 continuar o controlo e redução da dívida pública regional, isso implica que são os fornecedores, são as empresas que estão a financiar quando existe dívida. Fiquei com pena que não tivesse ido um pouco mais além e não tivesse quantificado, não tivesse dito em 2024 qual era a percentagem ou valor de

2025, para que as empresas que têm esse saldo pudessem fazer os seus planeamentos.

Já estamos numa altura de rigor, estamos no século XXI, fiquei um bocadinho desapontada em relação a isso.

Esta redução pronto, a Região tem bens, não são bens ilimitados, e estava à espera também de ver medidas de redução de gastos, temos que ser conscientes, se calhar, para podermos pagar as dívidas, há que cortar e há que ter essa coragem.

A outra questão, que também foi com agrado, como funcionária pública até agora, que foi a redução dos 10 para os 6 pontos, todos sabemos ou quem está mais na área pública, que um funcionário público exemplar nunca chegava ao fim da carreira com os 10 pontos.

Agradecemos, nós funcionários públicos, agradecemos por isso. Fiquei um pouco preocupada em relação às quotas, a eliminação das quotas, e, aí, se calhar falo contra os funcionários públicos, esta eliminação, o que é que vai acontecer? E todos nós sabemos isso, todos vão apanhar a nota máxima, estão aqui a retirar um meio de permear, das chefias intermédias, premiarem os seus colaboradores.

Outra questão vai levar a um aumento da despesa brutal, será que temos condições para este aumento? E são as questões que lhe gostaria de colocar. Obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Luis Leal, tem a palavra, faça favor.

Deputado Luís Leal (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Os Açores têm à sua disposição um volume recorde de fundos comunitários para promover o crescimento económico sustentável, gerador de emprego estável qualificado e que permite vencer o desafio demográfico através da retenção e atração de talento, sobretudo nas áreas estratégicas da Região.

Este Governo dos Açores durante 2 anos, por ação ou por omissão, impediu as empresas açorianas de concorrerem e executarem os seus projetos através do novo sistema de incentivos privados.

É necessário, portanto, acelerar o nível de execução através da simplificação, digitalização e desburocratização do sistema de incentivos ao investimento privado, Construir 2030.

A especialização inteligente de cada ilha ou de grupo de ilhas que assente num conceito de eficiência competitiva, assume-se como fator essencial na criação de riqueza, no incremento da competitividade e na criação de emprego.

Todavia, a proposta de Programa do XIV Governo dos Açores é desadequada às necessidades dos Açores e à competitividade das empresas açorianas.

Apesar de muita propaganda...

Deputado Flávio Soares (PSD): “Muita propaganda”, ainda não chegámos aos níveis do Partido Socialista nessa matéria.

O Orador: ... do Governo, ainda não está totalmente operacional um sistema de capitalização do tecido empresarial regional.

De acordo com a secção regional dos Açores do Tribunal de Contas, é prioritário para a atual legislatura que se inverta a trajetória de crescimento contínuo da dívida pública regional e que se tomem medidas que garantam a sustentabilidade das finanças públicas regionais.

Sr. Secretário, quando é que estará totalmente operacional um sistema de capitalização adequado às empresas açorianas?

Sr. Secretário, qual a razão para os concelhos da ilha Terceira, designadamente Praia da Vitória e Angra do Heroísmo, não terem acesso ao incentivo não reembolsável/fundo perdido...

Deputado Joao Bruto da Costa: Votarem no PSD!

O Orador: ... à semelhança dos concelhos do Nordeste, Vila Franca do Campo e Povoação, no âmbito do Construir 2030. Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra para um pedido de esclarecimento o Sr. Deputado Francisco Lima do Chega.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-presidente, Srs. Membros do Governo.

A pergunta que eu tenho aqui ao Sr. Secretário é que realmente lendo aqui este Programa do Governo, que me parece um tanto ou quanto ainda socialista, é nossa interpretação, eu vejo que pelo menos a área política da direita entende que o investimento privado é importante, só que eu queria fazer aqui uma pergunta absolutamente direta ao Sr. Secretário, se tem conhecimento, por exemplo, que as candidaturas aos Açores 2030 obriga, a plataforma neste momento obriga, a que as empresas tenham as contas fechadas, ou seja, uma obrigação legal que se cumpre a 31 de março às empresas que têm contabilidade simples e a 31 de maio às empresas que têm contabilidade consolidada, isto implica que durante este período não há candidaturas. Eu penso que isto não é uma forma de promover o investimento privado.

Eu queria saber se tem conhecimento disso e o que é que vai fazer para que esta situação seja alterada. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, duas questões sobre duas áreas distintas, uma das bandeiras do anterior governo era aquilo que designava por endividamento zero, que na

verdade nunca foi, nunca teve efeito, a dívida aumentou em termos nominais, mais de 600 milhões de euros em 2 anos, e, não estou a falar ainda de 2023, mas essa sempre foi uma bandeira do Governo e chegados aqui julgo que é importante esclarecer, a bem da avaliação que tem que ser feita da atuação do Governo ao longo do tempo, de que é que estamos a falar quando estamos a falar de finanças públicas e de dívida pública, porque o anterior Governo dizia que reduzir a dívida era não recorrer nem um cêntimo de nova dívida, bem, isso sabemos que não aconteceu não só pela dívida financeira, dívida comercial, não vale a pena estarmos aqui a aprofundar essa temática também não tenho muito tempo, mas é importante que o Sr. diga o que é que se trata quando está daquela tribuna falar em redução da dívida, é a dívida relativamente ao PIB ou é em termos nominais? É porque o que o Sr. dizia e o anterior Governo dizia, é que, não mais um cêntimo para a dívida e parece-me que há aqui uma alteração profunda da forma como os Srs. encaram este problema.

E, que registo porque é uma alteração que é aquela que, obviamente faz sentido, que é assim que se deve medir, mas parece-me que se for assim, o Governo está a alterar profundamente a sua política nesta área.

Outra questão, Sr. Secretário, os trabalhadores da administração pública reivindicam, têm duas grandes reivindicações que importava também esclarecer, por um lado o alargamento da remuneração complementar até aos 2 mil euros, o programa de Governo fala em 1.750, eu recorro que essa base, que a tabela e o valor máximo, o salário máximo ao qual é aplicado a remuneração complementar, não é atualizada há vários anos. Eu recorro

que o custo de vida aumentou muito e só nos últimos anos os custos com habitação dispararam astronomicamente e o aumento de salários que existe, na verdade são comidos pelo aumento das despesas, principalmente com habitação, esta questão, naturalmente, os trabalhadores do setor privado também, mas estamos a falar da administração pública, pergunto, qual é o objetivo, e, estamos a falar aqui de uma agenda para a década como diz o Sr. Presidente do Governo, este é um Programa para 10 anos.

É essa a ambição do Governo Regional é abranger apenas os trabalhadores até aos 1.750 EUR em 10 anos?

Relativamente ao valor base, é esse o objetivo do Governo, manter o valor base atual? É porque não se fala no Programa do Governo na atualização do valor base da remuneração complementar.

A proposta do Bloco de Esquerda é no imediato, aumentar para 2 mil euros os salários a quem se aplica a remuneração complementar e o valor base para os 100 euros, porque essa é que é a proposta que responde no imediato ao aumento, ao brutal aumento do custo de vida.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos encerrar o nosso trabalho sem antes alertar as Sras. e Srs. Deputados que vamos proceder à instalação de algumas Comissões ao longo destes dias, peço que tenham isso em atenção, às 14h30 temos a instalação da Comissão Permanente.

Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço, bom almoço a todos.

Eram 13 horas e 01 minuto.

Eram 15 horas e 02 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais, eu queria só alertar as Sras. e os Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo, sobretudo aqueles que se sentam aqui pela primeira vez que nós temos que ter algum cuidado com os micros, cada Sra. e Sr. Deputado e Srs. Membros do Governo, devem ligar o micro quando pretendem, e, também antes de virarem o micro, quando acabam de falar, devem-no desligar, porque isso perturba muito quem está em casa a ver o plenário online e, portanto, pedia-vos essa atenção em desligarem sempre que terminem as vossas intervenções os vossos micros.

E vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, estava inscrito o Sr. Deputado Pedro Pinto para pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário das Finanças, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Governo apresenta-nos um programa para os próximos 4 anos, que assenta no princípio de manter as contas públicas equilibradas.

Reduzir o prazo médio de pagamentos na administração pública e reduzir a dívida pública por referência ao PIB, considerando a possibilidade de endividamento apenas e quando absolutamente necessário para a execução dos investimentos financiados por fundos comunitários.

Manter as contas públicas equilibradas é uma responsabilidade primordial para garantir a estabilidade económica e proteger o futuro das gerações vindouras.

Na área da administração pública, o compromisso do nosso Governo de coligação para com os funcionários públicos em redução do tempo para progredir na carreira profissional, passando de 10 para 6 pontos, o que para alguns trabalhadores pode significar menos 4 anos para progredirem na carreira, enquanto no continente essa redução foi de apenas 2 pontos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esse é um passo crucial para motivar e incentivar o desenvolvimento pessoal e profissional dos nossos funcionários públicos. Registamos igualmente o compromisso de alargamento da remuneração complementar a mais trabalhadores, é um esforço financeiro por parte do Governo Regional, que procura melhorar as condições de vida dos funcionários públicos.

No entanto, impõe-se uma questão relevante, Sr. Secretário, este compromisso com os funcionários públicos teria sido possível se o Governo Regional de coligação não tivesse equilibrado as finanças públicas? Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais pedidos de esclarecimentos? Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários e Secretárias.

Eu tenho aqui também mais uma pergunta para o Sr. Secretário, que tem a ver com a criação, aquilo a que o Chega combate a nível nacional e a nível regional, criação de novas entidades só para acarretar despesa ou despesismo, para as pessoas que nos estão a ouvir, poderá ser entendido como criar mais tachos políticos, eu vejo aqui com alguma preocupação que vão criar mais três observatórios e um Instituto, Observatório Regional das Drogas, o Observatório Climático do Atlântico, o Observatório do Território e da Sustentabilidade dos Açores e o Serviço de Estatísticas passará a Instituto Regional de Estatística.

Eu pergunto, se fizeram, se têm uma avaliação do impacto financeiro a nível das contas públicas...

Deputado Carlos Silva (PS): E o Gabinete de Combate à Corrupção?

O Orador: ... e, qual é o interesse de criação de mais institutos ao fim deste tempo todo, se já não há institutos e observatórios em número suficiente face às responsabilidades financeiras da Região? Muito obrigado, Sr. Secretário.

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Nuno Barata faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Eu, neste Programa do Governo constato uma intenção de agilizar a implementação do sistema de incentivos. Construir 2030, mas também constato pela análise que foi feita do Decreto Regulamentar Regional, que, precisamente regulamenta este sistema de incentivos que ele em nada melhorou a vida dos empresários desta Região, ...

Deputado Carlos Silva (PS): É verdade!

O Orador: ...é um facto que, foram criadas mais complicações, mais exigências aos empresários, mais burocracia.

Deputado Carlos Silva (PS): Também é verdade!

O Orador: E neste sentido, pergunto claramente ao Sr. Secretário Regional, se, esse agilizar de implementação do Programa Construir 2030, implica uma alteração do Decreto Regulamentar Regional que está em vigor e para quando essa alteração, sob pena de sermos obrigados nesta Casa a transformá-lo num Decreto Legislativo Regional que seja simplificador.

Também constato Sr. Secretário, a sua preocupação em agradar a Iniciativa Liberal sobre a questão do endividamento 0, uma questão que foi para nós fundamental na aprovação do Orçamento de 2023, e, que foi também fundamental para o chumbo do Orçamento de 2024, uma vez que, este endividamento não só nominal, mas também em relação ao PIB aumentou significativamente.

Mas há uma preocupação que deixo, Sr. Secretário, e, que tem também a ver com a questão dos preços Açores, que, sendo uma medida transitória,

não fica claro neste documento o quão transitória será, e, se o Sr. Secretário tem noção que essa medida, podendo ser uma medida que acode a uma velocidade rápida às necessidades das famílias e das empresas, mais das empresas do que das famílias, vai a curto prazo e a médio prazo, criar outros problemas, nomeadamente problemas de armazenamento, problemas de qualidade de produtos, até problemas ao nível da concorrência e até da inflação.

Mas ainda voltando à questão do endividamento e da relação com o PIB, o Sr. Secretário certamente sabe e acompanhará como eu acompanho que a inflação nos Açores diminuiu nos últimos dias, aliás, está aí o índice de preços ao consumidor publicado ainda hoje, e, que vem precisamente refletir esse número, e, que isto como o Sr. bem sabe, irá alterar o cálculo da dívida percentual e não da dívida nominal.

E, nesse sentido, gostava que se o Sr. Secretário me esclarecesse, de facto, qual é a intenção do Governo relativamente a este endividamento que para nós é fundamental, é mesmo muito importante e em relação ao endividamento nominal.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário das Finanças, é com apreço que nós vemos que há um aumento do PIB nos Açores, comparativamente com a média a nível nacional, sem dúvida, mas eu acredito que o Sr. Secretário também viu o

aumento do PIB na Madeira, que é o dobro daquilo que nós temos aqui nos Açores, então isso quer dizer à partida, se nós vemos como bitola o mínimo do PIB a nível nacional, não temos que ver isso como o nosso objetivo, se olharmos para a Madeira, que tem muito mais particularidades parecidas com as nossas do que do continente, apenas por serem ilhas e tem que ser esse o objetivo dos Açores, é não olhar para os mínimos, mas sim olhar para os máximos.

Mas olhemos também então para o crescimento, esse crescimento que houve a nível do PIB, se olharmos para a distribuição dessa riqueza, correu bem? Não! Temos mais pobres neste momento do que aquilo que nós tínhamos com um PIB mais inferior, coeficiente, Gini, descemos? Não, aumentámos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é conjuntural!

O Orador: Aliás, temos o pior coeficiente de Gini neste momento, é, sim, é conjuntural, claro, obviamente, então, neste caso os ricos estão mais ricos, os pobres estão mais pobres, neste caso, a distribuição da riqueza relativamente a uma Região, geopoliticamente falando, Região Autónoma dos Açores, não está a ser distribuída de forma equitativa.

Por isso, aí eu chego, obviamente, à dívida zero, será que vamos continuar com esse posicionamento e essa estratégia de ter o endividamento zero na Região Autónoma dos Açores, quando não ganhamos absolutamente nada com isso, numa altura que a nível social precisamos de ajudar tanto, como foi no ano de 2023, e, também houve o aviso do PAN relativamente a isso, apenas para agradar a Iniciativa Liberal, porque acha à partida que a gente

tem que ter um endividamento zero, numa altura que a nível social estamos a ter graves problemas, tanto em termos de habitação, como em termos de inflação, apesar de haver uma redução agora, por isso eu faço esse repto ao Sr. Secretário, se é mesmo necessário nós termos o endividamento zero, se é mesmo necessário não olhar para a distribuição da riqueza com o aumento do PIB nos Açores, e, se calhar investir sim e olhar de uma forma de promover as nossas micro e pequenas/médias empresas, mais do que as empresas grandes dos Açores, muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. A Mesa aguarda mais inscrições. Não havendo Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, faça favor, tem a palavra para responder.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Vou tentar responder condensadamente aos 7 Deputados que anotei que colocaram as questões no seguimento da minha intervenção.

Há algumas perguntas que se cruzam, nomeadamente a Deputada Hélia Cardoso com o Deputado Pedro Neves e o Deputado António Lima e ainda o Deputado Nuno Barata, tem a ver com o endividamento.

E aquilo que posso dar nota é aquilo que expressei também daquela tribuna não é novo, é tão só aquilo que já estava no acordo de parceria estratégico assinado em meados do ano passado, ainda antes da apresentação do Orçamento para 2024 e o que fica lá escrito e é o que está estabelecido é

que, continuar a inverter a tendência da dívida em relação ao PIB, que é isso que está lá claro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é isso que nós mantemos no Programa do Governo, é essa a nossa intenção também para o futuro próximo.

A Sra. Deputada Hélia Cardoso também colocou a questão das quotas e da progressão na carreira, é uma questão interessante e importante e foi bem colocada. O fim das quotas é um bem em si para a justiça, mas implica uma maior responsabilização dos dirigentes intermédios, tem toda a razão nesse aspeto, e, é essa responsabilização dos dirigentes intermédios, que terá que existir para que não seja toda a gente passada no nível máximo ou no nível mínimo, não é!? Porque se isso acontecer e se não houver esse critério e esse rigor, a prazo vamos ter que repensar na reintrodução de quotas e, portanto, ...

Deputado Pedro Neves (PAN): Já começa!

O Orador: ... vai ser exigente também para os dirigentes intermédios, não podem os funcionários públicos ficarem prejudicados todos, porque ter um determinado chefe ou outros beneficiados todos por terem um determinado chefe, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso tem que ter um critério. Qual é o critério?

Deputado Pedro Neves (PAN): A chefias estão lá porquê? Então não estão lá a fazer nada!

O Orador: ... tem que haver responsabilidade, consciencialização e a meritocracia tem que imperar.

Em relação ao Deputado Luís Leal e em relação à questão da Praia da Vitória e de Angra do Heroísmo, Sr. Deputado Luís leal, há muito tempo a esta parte, e bem, os sistemas de incentivos na Região têm modulações, prémios para zonas mais constrangidas, o PREIT foi feito para Angra e para a Praia da Vitória, não foi feito para as outras ilhas porque não tinham aquela situação, agora há constrangimentos permanentes de algumas ilhas, de alguns concelhos, que temos que tê-los em atenção, não é prejudicar ou injustiçar Angra, ou Praia, ou Horta ou Ponta Delgada, Ribeira Grande ou Lagoa, porque essas têm os apoios normais, é dar um prémio, um incentivo para aquelas que tem constrangimentos mais permanentes, as que já existiam e somamos agora também os concelhos da Vila Franca, da Povoação e do Nordeste, porque entendemos que eles também padecem de alguns constrangimentos, apesar de estarem na ilha mais populosa. E esta é a explicação tão cristalina que podemos dar, digamos, que é algo que não é novo, nós apenas tentamos corrigir e melhorar, acrescentando estes concelhos de São Miguel.

Em relação ao Sr. Deputado Francisco Lima, devo dar nota, e, as duas questões que levantou e também com muita justiça as levantou porque é importante serem esclarecidas.

Não é intenção deste Governo criar mais institutos ou novas formas, por exemplo, um dos que citou tem a ver com um protocolo que temos com o IPMA é para o Observatório Climático do Atlântico, em que o próprio

IPMA é que coloca lá as pessoas e, portanto, o que nós vamos fazer naturalmente, também é continuar a ter esta racionalização dos institutos, racionalização das despesas públicas, a despesa com funcionários poderá naturalmente aumentar...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Poderá mesmo!

O Orador: ... por via das precursões nas carreiras e por via da remuneração complementar ou até do fim das quotas, mas não pelo aumento de institutos, pelo aumento de estruturas, que essas naturalmente vão ser racionalizadas, e, se tivermos que criar algum, vamos tentar que ter que poupar noutras áreas noutras matérias, como é evidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em relação ao Construir 2030, é bom lembrar que ele foi desenhado através de muitos contactos, centenas de contactos e de participações e com muito diálogo com empresários, com empresas, com associações, admitimos que não está perfeito e reconhecemos que é preciso melhorar.

Deputado Carlos Silva (PS): Agora!

O Orador: A questão de alguma burocracia, estamos a reanalisar todo o processo, há condicionalismos que temos por via da obrigatoriedade que as autoridades nacionais de gestão fazem com que os projetos tenham que ser entregues nos portais nacionais. Até agora, isso tem sido difícil de convencer as autoridades de gestão nacionais a que não seja assim, mas não desistimos e talvez com um novo Governo da República, consigamos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ter um outro tipo de abertura para facilitar aqui as vidas aos nossos empresários e, portanto, nesse contexto, vamos também ter aqui uma atuação e vamos reanalisar todo o processo, ...

Deputado Carlos Silva (PS): A culpa é sempre dos outros.

O Orador: ... porque a nossa intenção, e, aquilo que foi dialogado foi facilitar ao máximo a proximidade com os empresários, com estes condicionalismos que temos, quer seja de alguns diretrizes que saíram deste Parlamento, e bem, quer seja destas questões nacionais, se for necessário fazer algum afinação no âmbito parlamentar, traremos cá, se for possível só fazê-lo no âmbito daquilo da negociação com as autoridades nacionais e com aquilo que temos na nossa mão fá-lo-emos mais rapidamente, mas aqui perante esta Casa, fica o reconhecimento que de facto, temos que melhorar neste aspeto.

Em relação ao PIB, já referi, também era uma questão do Sr. Deputado António Lima, em relação ao PIB é evidente aquilo que se tem passado nos últimos anos...

Deputado António Lima (BE): Eu falei na dívida, não foi no PIB!

O Orador: ... estou falando do Sr. Deputado Pedro Neves, peço desculpa, peço desculpa.

Sr. Deputado Pedro Neves, o que fizemos e foi um grande desígnio e uma grande conquista do XIII Governo e também de todos os que o apoiaram esta Casa, foi inverter a tendência de divergência em relação ao PIB nacional e ao PIB europeu...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ..., e, isso conseguimos, aliás, uns desde 2013, outros desde 2016, não tinha havido estes resultados positivos em relação à aproximação ao PIB per capita de Portugal e da União Europeia. Isso é muito relevante, invertemos a tendência, estamos a aproximar-nos de Portugal, estamos a aproximar-nos da União Europeia, a Madeira já tem outras dinâmicas anteriores, nós estamos a trabalhar há 3 anos, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Estamos a trabalhar há 24 anos.

O Orador: ... se tivéssemos, se calhar, começado a trabalhar mais cedo, mais cedo teríamos invertido esta tendência, se não tivéssemos sido interrompidos, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ... se não tivéssemos sido interrompidos, se calhar mais rapidamente iríamos atingir estes bons resultados.

Mas é evidente e só deixo aqui uma nota, o crescimento do PIB de 2020 a 22 foi a uma média de 473 milhões de euros por ano, sabe quanto é que tinha sido o crescimento em média por ano 2016 a 2020? 47, 5, isto é, foi 10 vezes mais...

Deputado Carlos Silva (PS): O que é que aconteceu em 2020?

O Orador: ... pelo XIII Governo, o crescimento do PIB foi 10 vezes mais em média por ano do que tinha sido de 2016 a 2020.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Concluindo, Sr. Deputado Pedro Neves, é evidente que é a saúde das finanças públicas regionais, é o facto de termos feito um corte nos impostos e ainda assim temos conseguido arrecadar mais, e, nesse aspeto, há um exemplo absolutamente sintomático em relação a esta matéria dos impostos em que, apesar da diminuição das taxas de IRC e de IRS, a arrecadação é muito maior.

Atingimos em 2023 no IRC 62 milhões de euros, quando a média eram 44/47 milhões de euros, anteriormente, reduzindo os impostos, aumentarmos a receita e estimulamos a economia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Só mesmo para acabar, em relação ao Deputado Nuno Barata, aquilo que referi aos outros Deputados é também a resposta à sua questão relativamente ao endividamento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Membros do Governo.

Simplesmente para fazer aqui uma resenha histórica para os mais incautos, neste caso para os que não sabem o que é que se passou, primeiro dentro do Programa do Governo está uma alínea, uma rubrica, da qual não devia estar, que tem a ver com o fim das quotas da avaliação da administração pública, isto porquê? Porque foi aceite aqui uma iniciativa do PAN e foi no Parlamento, é um Decreto Legislativo Regional que não tem que estar no Programa sequer porque já foi cumprido, neste caso cumprido o quê? Politicamente tem que ser aceite pelo Governo e o Governo tem que cumprir, isto é para ficar bem limpo, para perceber que não vale a pena, se fica bem ficar no programa? Fica muito bem ficar no programa do Governo...

Deputado Nuno Barata (IL): Foi para agradecer o PAN.

O Orador: ... sem dúvida nenhuma, para agradecer o PAN, meter mel nas costas do PAN fica sempre bem, obviamente, mas depois o Sr. Secretário disse uma coisa a seguir, que se a coisa não correr bem, neste caso, as nossas chefias, sejam elas intermédias, diretores de serviço ou de quem supostamente aceita, que supostamente a gente não confia em ninguém, se andam-se a portar mal a gente corta a coisa, a gente vai ter que alterar, não é bem assim, o Governo não consegue alterar, porque é um Decreto Legislativo Regional tem que ser alterado aqui para retirar o fim das quotas

e eu como acredito mais nas pessoas que têm supostamente poderes em termos de gestão e da meritocracia, por isso é que o PAN fez essa iniciativa...

Deputado Berto Messias (PS): Esta é que é a questão.

O Orador: ... nós não temos que alterar nada, temos que verificar porque é que a coisa não está a correr bem, porque com quotas é que não estava a correr bem mesmo, porque nós sabíamos que aí havia, sem dúvida, os amiguinhos ajudavam-se, se não gostavas muito, não, obviamente não ias receber o Pai Natal nesse ano e por isso nós não temos que rever por isso eu peço ao Sr. Secretário, que olhe para a centralidade do Parlamento, que é na centralidade do Parlamento que a coisa pode ser alterada, se vê da parte do Governo, venha ela e vamos tratar assim do fim das quotas, porque se o fim das quotas ainda não começámos sequer e o Sr. Secretário já quer acabar.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Não foi nada disso!

O Orador: Por isso vamos ter um bocado de cuidado com isso. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Hélia Cardoso (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo. Sr. Secretário das Finanças, eu agradeço as suas explicações, mas a minha questão não era sobre o controlo da dívida, é a dívida que existe, e, eu reconheço que herdaram do PS muita dela, quanto é que vão pagar? Quantos anos, quais são os valores? Foi isso, obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Luís Leal, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo. Sr. Secretário, a questão ficou por esclarecer, quando é que estará operacional o novo sistema de capitalização das empresas açorianas?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. O Sr. Secretário Regional das Finanças, tem a palavra, faça favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo. Começando pelo Deputado Luís Leal, já está em funcionamento, Sr. Deputado, o Sr. não deu por isso ainda?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Nem ele nem as empresas!

O Orador: Já está em funcionamento, o Sr. dirija-se à banca de retalho dos Açores e em relação ao capital participativo Açores1 já estão a admitir candidaturas. Sr. Deputado, e, portanto, talvez um pouco mais de atenção antes de fazer uma intervenção seria apropriado.

Em relação à Deputada Hélia Cardoso, Sra. Deputada, não é aqui hoje que nós conseguimos responder essa questão, nem ela terá uma resposta direta e absoluta, nas Orientações de Médio Prazo e nos Planos e Orçamentos anuais vai sendo respondido, mas é evidente que a gestão da dívida pública regional não pode ser definida com esta toda antecedência, há uma regra base, diminuição do endividamento em relação ao PIB, naturalmente, a

partir daí vamos ir gerindo a dívida e com os documentos orçamentais que aqui são apresentados.

Em relação ao Deputado Pedro Neves, é a meritocracia que nós pretendemos, é evidente aqui foi definido e continuaremos e naturalmente, aquilo que queremos é que não haja nenhum funcionário público prejudicado...

Deputado Pedro Neves (PAN): Como foi até agora?

O Orador: ... como também não haja outros de outro dirigente que sejam absolutamente beneficiados, é isso que se exige e é isso que temos que exigir aos dirigentes para depois avaliar em função da meritocracia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário. Podemos avançar, não havendo mais inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva para uma intervenção, faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional.

Em primeiro lugar, saudações democráticas a todas as Sras. e Srs. Deputados eleitos e também ao Governo Regional dos Açores.

A análise do programa do XIV Governo Regional dos Açores implica, em condições normais, uma visão a médio prazo, sobre as opções estratégicas propostas e o caminho a percorrer na legislatura que agora se inicia.

No entanto, não podemos, nem devemos olhar apenas para o que agora é apresentado, de forma isolada, sem antes averiguar o trajeto percorrido nos

últimos três anos e assim avaliar a credibilidade dos protagonistas e o significado de continuidade.

E é exatamente a repetida referência à “continuidade” que sobressai do programa e confirma a incapacidade do Governo em aprender com os erros cometidos, nomeadamente na gestão das contas públicas.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Qual foi o erro?! Equilibrámos as contas públicas!

O Orador: Em novembro passado, na discussão do Plano e Orçamento da Região para 2024, o Partido Socialista dizia que:

“a cada dia que passa, fica mais evidente a degradação financeira da Região, com sucessivos recordes no crescimento da dívida (mais de 750 milhões em apenas 33 meses), e, basta consultar o Banco de Portugal...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Quem terá dito isso, por parte do Partido Socialista?

O Orador: ... no crescimento da despesa fixa, e, basta consultar o boletim de execução orçamental, no volume de dívidas a fornecedores, na falta de pagamento dos apoios, e, basta consultar as reclamações dos empresários no recebimento dos apoios e nos elevados défices orçamentais (mais de 860 milhões nos últimos três anos)”.

No final de 2022 e ao contrário do que referiu aqui o Sr. Secretário das Finanças, o rácio da dívida dos Açores face ao PIB atingiu o valor de referência europeu de 60 %, um novo máximo verificado nos Açores, coisa que nunca aconteceu no passado e que constitui um máximo e não uma inversão como aqui foi dito.

Deputado João Castro (PS): Bem lembrado.

O Orador: É por isso que o programa debatido aqui hoje, além de pouco ambicioso, é de mera continuidade, o que poderá representar um agravamento da situação financeira da Região, que já é, particularmente difícil.

E essa continuidade, significará para os açorianos:

Manter a falta de transparência e de rigor na gestão orçamental;

Manter o baixo nível de execução dos fundos comunitários, ao contrário daquilo que foi apregoado aqui hoje, o que revela que é uma incapacidade de executar os fundos disponíveis, o que poderá levar ao desperdício de valiosos recursos financeiros que a Região tem ao seu dispor e que deviam servir para resolver os problemas da habitação e da saúde, para reforçar a competitividade das empresas e garantir direta ou indiretamente o aumento do rendimento das famílias;

Significará continuar a gastar muito mais do que se tem, e, basta consultar, novamente, o boletim de execução orçamental;

Manter os atrasos nos pagamentos dos apoios e aos fornecedores;

E significará manter o crescimento galopante da dívida pública, apesar do falso “endividamento zero”, que não passa de uma narrativa.

É também por isso que o Partido Socialista não pode viabilizar um programa de governo que, não só não resolve os problemas existentes, como em muitos casos agrava-os de forma alarmante.

Como exemplo flagrante do desfasamento entre a realidade e o que consta do programa do governo temos a abordagem à dívida pública da Região.

Mais do que uma obsessão orçamental, a sustentabilidade das finanças públicas é uma condição relevante para a proteção da Autonomia e para melhor servir os açorianos.

Enquanto o governo do PSD/CDS/PPM pretende apenas “continuar” com a trajetória de endividamento seguido, ludibriando os açorianos com a falsa narrativa do endividamento zero, o Partido Socialista, apresentou no seu programa medidas e metas concretas para redução do défice orçamental, em linha com o que está definido a nível europeu, e, para a redução do ritmo de crescimento da dívida bruta.

Aliás, este entendimento é corroborado pelo Tribunal de Contas, no contributo apresentado aos partidos, ao identificar como ponto-chave a necessidade de e cito “inverter a trajetória de crescimento contínuo da dívida pública e tomar medidas que garantam a sustentabilidade das finanças públicas regionais”.

Se em alguns casos o programa é omissivo ou claramente insuficiente face aos problemas existentes, noutros casos ele é desmentido pela prática do próprio governo.

É o que acontece quando o governo, só em janeiro de 2024 apresentou um saldo orçamental negativo superior a 76 milhões de euros, ou seja, gastou mais do que devia, mas, pelo contrário, afirma no programa que é “fundamental não gastar mais do que se tem”.

Mais uma vez, a prática desmente a propaganda!

Deputada Andreia Cardoso e Deputado João Castro (PS): Muito bem!

Muito bem!

O Orador: Falta, por isso, reduzir o défice orçamental e criar, por exemplo, um mecanismo de pagamento de dividas a fornecedores, a tempo e horas, como propõe o Partido Socialista no seu programa apresentado, e, poderíamos continuar a apresentar exemplos de erros, omissões e contradições que evidenciam a desadequação do programa do governo face à dura realidade em que vivem os açorianos e que por isso fundamentam a oposição do Partido Socialista.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

“Nas últimas eleições, o PS/Açores apresentou uma proposta de governação e um programa do governo assente em valores, princípios e objetivos claramente opostos àqueles que o Povo Açoriano escolheu de forma maioritária”.

Não é por isso exigível ao Partido Socialista que suporte um governo de direita conservadora, quando o próprio líder da coligação, José Manuel Bolieiro, afirmou, na tomada de posse, representar uma “alternativa não socialista de governação”.

Fica por isso evidente que o nosso projeto de governação e modelo de desenvolvimento para a Região não é compatível, nem complementar ao da Direita, mas sim alternativo.

Deputada Andreia Cardoso e Deputado João Castro (PS): Muito bem!
Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não Sr., graças a Deus. Ainda bem

O Orador: E como projeto político alternativo cabe-nos a missão de ser oposição e também assim servir os Açores e os açorianos, com responsabilidade. Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo Regional.

Quem tivesse chegado à instantes a este Plenário ficaria com a ideia de que a Região está num caos, mas também dificilmente poderia alguma vez perceber, que o Partido Socialista não teve responsabilidades governativas durante 24 anos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É verdade! Bem-dito!

O Orador: Parece que a situação da Região resulta só e exclusivamente de três anos incompletos de governação, considerando os instrumentos financeiros e o período em que, por irresponsabilidade do próprio Partido Socialista, o Governo Regional foi derrubado na sequência do chumbo do

Orçamento.

Relativamente às finanças públicas, eu julgo que nós podemos fazer a seguinte conclusão, fizemos muito...

Deputado Berto Messias (PS): Ninguém acredita nisso. Não tente reescrever a história!

O Orador: ...em pouco tempo e com poucos recursos.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E temos uma linha de rumo bem definida, pagar o que se deve não gastar mais do que temos e, por isso mesmo, fazer opções, definir prioridades.

E uma das prioridades, necessariamente, terá de ser não comprometer o futuro da Região.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Nós queremos deixar como herança aos nossos filhos e aos nossos netos, uma Região de progresso, não uma dívida castradora que impeça as futuras gerações de fazer as opções sobre o seu destino.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): Os Sr.es mudam as regras do jogo a meio para não pagarem!

O Orador: E queremos fazer tudo isso num clima de transparência, por

princípio, por dever, por convicção, mas também por obrigação no respeito daquilo que são as normas que regem estas matérias, nomeadamente da fiscalização que faz o Tribunal de Contas.

E sobre o Tribunal de Contas também, é de ficar com algum espanto quando ouvimos a bancada do Partido Socialista falar sobre a Conta da Região e os pareceres que o Tribunal de Contas emite sobre elas, esquecendo que de 2015 a 2020 o Tribunal de Contas não aprovou a Conta da Região, nunca deu um parecer favorável.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quem aprova é a Assembleia.

O Orador: Mas fê-lo em relação à conta de 2022.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, isso é uma melhoria significativa, não só quanto ao cumprimento das regras, quanto ao cumprimento da transparência, mas também quanto aos resultados obtidos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O nosso rumo está traçado e ele passa também por salvar a SATA, é estranho que até agora, e falando-se das finanças, o Partido Socialista não tenha falado da SATA e do impacto que a SATA faz sobre as contas públicas da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque razão? É preciso salvar a SATA! É preciso salvar a SATA do descalabro de uma governação socialista que, sobretudo de 2012 a 2020, arrastou a empresa para a situação financeira que nós sabemos.

Mas mais o rumo passa também por manter nos Açores uma fiscalidade que é aquela que se traduz nos impostos mais baixos do país...

Deputado Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...IVA, IRC, IRS, nós não nos contentamos por já ter atingido o limite dos 30 % de diferencial fiscal.

O Programa de Governo, que já não é só o programa eleitoral da coligação, é um programa para todos os açorianos também se compromete a estudar e a desenvolver junto da República, a possibilidade de baixar ainda mais.

Eu percebo que aqui há uma diferença muito grande entre aquilo que é a ambição desta maioria e do Partido Socialista, o Partido Socialista, no seu programa eleitoral diz que quer manter nos 30 % e que isto é o suficiente, 30 % de diferencial, nós achamos que isso é bom, fomos nós que chegámos a esse ponto, mas não nos contentamos em ficar por aí.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Rever a Lei de Finanças Regionais, aí estamos todos de acordo, potenciar execução de fundos comunitários estamos todos de acordo. E nós continuamos a acordar num conjunto de princípios fundamentais para o funcionamento da Região.

E daí estranhar-se porque é que o Partido Socialista, antes até de conhecer

o Programa do Governo, anunciou intempestivamente esse voto contra. Muitas vezes, até contradizendo-se naquilo que são as suas propostas ou naquele grupo, naquele grupo que parece ser liderado pelo Sr. Deputado Berto Messias, de que é preciso ir para a frente, vamos para a frente, mas depois aos outros diz, não, não, vamos todos para trás, vamos todos lá para trás.

Captar investimento externo e continuar, como fizemos nestes 3 anos a desenvolver a economia por forma a dar os resultados que nos levaram à maior população empregada de sempre nos Açores.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Maior emprego de sempre nos Açores, que contrasta com os anos de elevadíssimo desemprego, mesmo camuflado pelos programas ocupacionais, como se faziam no tempo da governação socialista.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, a intervenção que acabamos de assistir do Partido Socialista devo reconhecer que tem uma coerência, mas também é uma contradição, a coerência é de dizer que está sempre tudo mal, preferir ficar do lado do problema em vez da sua resolução, a contradição é que uns querem ir para a frente os outros puxam para trás.

Nós há uma coisa que, para além daquelas que foram invocadas, nós vamos continuar, continuamos com as boas políticas, continuamos com os apoios e os reconhecimentos à administração pública regional com a revalorização das carreiras com tudo isso, mas há uma ainda mais importante que nós

vamos continuar, é fazer tudo por tudo para continuar a merecer a confiança dos açorianos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Sr. Deputado Joaquim Machado certamente anda distraído, distraído porque não consultou, por exemplo, o boletim de execução orçamental de janeiro de 2024 e, o que é que diz esse boletim de execução orçamental. Já foi falado de contas equilibradas, o Deputado Pedro Pinto falou, o Sr. Secretário das Finanças também, falou em contas equilibradas.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): E bem!

O Orador: Vamos lá às contas, janeiro de 2024, recente, o mais recente possível, saldo global - menos 76 milhões de euros, despesa corrente – 154 milhões de euros, receita corrente 121. Então, mas o Governo afinal gasta mais do que aquilo que tem? Isso é que são contas equilibradas? Um défice de 76 milhões de euros...

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Sr. Presidente, o debate não é sobre o Programa do Governo?

O Orador: ... em apenas um mês de 2024, isso são contas equilibradas? E a culpa é do Partido Socialista, é essa a herança do Partido Socialista? Não continuem a enganar os açorianos. Obviamente, Sr. Deputado Joaquim Machado, o Partido Socialista nunca disse que está tudo mal, mas também não pode negar a dura realidade em que vivem os açorianos, isso é completamente diferente daquilo que o Sr. disse. E, portanto, o Sr. anda distraído e em negação, porque quando refere aqui o programa do Partido Socialista apresentado, esquece-se, por exemplo, e lá vem de forma explícita, de acordo com o Conselho das Finanças Públicas, excluindo os efeitos das medidas COVID e do apoio financeiro à SATA Air Açores, a Região apresentaria em 2022 um défice de 3,1% do PIB, quase o dobro do verificado em 2019, e, portanto, afinal, onde é que está o equilíbrio das vossas contas e a sustentabilidade das contas da Região? Não estão! E, os défices demonstram exatamente isso e o crescimento avultado da dívida pública demonstra, exatamente isso.

E um outro exemplo que já foi aquilo realçado como algo que devia de ser uma medida positiva que era o Construir 2030, que teoricamente seria algo bom para os empresários, transformou-se num problema e num pesadelo, tal é a burocracia existente que condiciona as empresas açorianas de investirem e isso traz repercussões a médio prazo, esperemos que os danos que sejam provocados nas empresas não sejam demasiado elevados, para que depois não tenhamos que correr contra o tempo e assim recuperar os prejuízos incorridos e, portanto, para referir, uma vez mais, que não, não foi tudo mal feito, mas no que diz respeito às contas públicas, o trajeto que

foi percorrido é um trajeto preocupante do aumento galopante da dívida pública, de défices excessivos, muito além daquilo que é permitido por Bruxelas, que é o referencial dos 3% e isso tem consequências e, em última análise, quem sofre com essas consequências são as empresas que não recebem a tempo e horas e são as famílias que também que não recebem os apoios prometidos e devidos. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados. Se por ventura eu tenho andado distraído nalgumas coisas, noutras hão de convir que tenho estado bastante atento.

Desde logo no facto de ainda hoje, ainda hoje os hospitais pagarem dívidas de 16 milhões de euros à SATA pelo transporte de doentes que vêm ainda do tempo da governação do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, mas também por outras razões.

Não creio que tenha estado distraído quando verifico que a Região tem o maior emprego de sempre, quando nós fizemos a revalorização das carreiras, quando nós temos um crescimento da atividade económica 30 meses consecutivos, temos o crescimento do consumo privado 34 meses consecutivos, ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Os Srs. têm é que pagar.

O Orador: ..., portanto, isto não são, não são acasos nem são distrações.

O Sr. Deputado Carlos Silva toma o mês de janeiro para tirar uma conclusão de 1 ano que ainda só vai no dia 13 de março, mas nós já nos habituámos a este tipo de fotografia polaroid instantânea, daquelas máquinas antigas que traziam os nossos imigrantes...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Não é preciso os emigrantes.

O Orador: ... tirava fotografia, puxava a fotografia, sacudia, abanava, secava, revelava, estava a revelação, estamos mais ou menos, estamos mais ou menos.

Porque nós ouvimos este discurso durante muitas discussões, neste Plenário, do Sr. Deputado Carlos Silva e da bancada do Partido Socialista também dizer que a taxa de execução do plano está de x %, mas depois, quando nós chegamos ao fim de cada ano, verificamos que o melhor ano socialista de execução dos planos em termos de valor absoluto, fica 100 milhões abaixo do nosso pior ano, do nosso pior.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, não vale a pena estar a fazer fotografias polaroid sem deixar que tudo acabe.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Eu posso mesmo assim, e, por isso, peço desculpa, de andar distraído, mas há quem não se tenha distraído no momento certo, foi no dia 4 de fevereiro os açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Já que verificamos nesta altura não haver mais inscrições, creio que não podemos terminar este debate sem mandar uma palavra aos trabalhadores da administração pública regional...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): A quais? Aos que tem mérito ou não?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): A todos!

A Oradora: ... e congratular-nos também porque estava à espera de uma palavra do Partido Socialista a toda a administração pública regional e se não a houve é porque de facto concorda com tudo o que está patente no programa do Governo.

Este Governo, além de achar essencial desburocratizar a administração pública, simplificar procedimentos, sempre se pautou, e, neste momento

está ainda mais patente no Programa do Governo, a valorização das carreiras e dos trabalhadores da administração pública regional, dando-lhes melhores condições de trabalho, melhores condições familiares, mas principalmente melhor bem-estar e com que se sintam valorizados pelo seu trabalho através de novos mecanismos para o seu futuro.

Falamos, por exemplo, na redução para quase metade do tempo do progresso nas carreiras em que desce de 10 para 6 pontos o escalão, a remuneração complementar no seu aumento... [não sei se quer usar da palavra Sra. Deputada Andreia Cardoso, mas de facto está a incomodar-me um pouco].

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pelos vistos está cheia de saudades minhas!

A Oradora: ... um aumento de 5% na remuneração complementar com o pormenor de ser mais abrangente para mais escalões até aos 1750 euros, que também era uma reivindicação justa e contemplada por este Governo, mas mais importante do que isto também, a integração de todos os trabalhadores que tinham contratos COVID nesta Região e que até hoje pugnavam pelo seu futuro, pela preocupação com o seu futuro em várias áreas, tanto na área da saúde, na área da educação, as próprias carreiras dos enfermeiros, a fixação de docentes e um novo sistema de incentivos, a criação de bolsas de ilha para assistentes operacionais e, portanto, são várias as provas de que este Governo de facto, preocupa-se não só com a administração pública regional para ficar uma palavra bonita de se dizer, mas com a carreira e com o bem-estar de cada trabalhador no seu local de

trabalho, obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): E a pergunta é...?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Bom, vamos então avançar nos nossos trabalhos. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo.

Vejo que a minha intervenção está a causar alguma expectativa, tenho a certeza de que são 16 anos a fazer amigos aqui no Parlamento, mas não vão encontrar muitas coisas com que possam discordar.

O bom e eficaz relacionamento entre os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores constitui um imperativo do nosso sistema democrático.

Já existem, e funcionam no essencial, bons mecanismos de comunicação institucional entre a Assembleia Legislativa e o Governo da Região Autónoma dos Açores. O propósito do XIV Governo dos Açores é reforçar e agilizar a interação entre o Governo e a Assembleia, sempre no estrito respeito do quadro competencial de cada um dos nossos órgãos de governo

próprio.

As Comunidades constituem uma área que, desde os primórdios da nossa Autonomia, tem sido alvo de uma atenção constante. Os sucessivos governos autonómicos e as diversas instituições açorianas, também a sociedade civil nos mais diversos âmbitos, têm reforçado, de forma paulatina, a nossa presença junto das comunidades açorianas. Pretende-se continuar esse trabalho. Preservar o adquirido e continuar a avançar.

A área das Comunidades e a permanente valorização e reforço dos laços que nos unem à diáspora açoriana sempre gerou consenso na nossa sociedade, nomeadamente a nível político. O nosso propósito é tudo fazer para manter o consenso político e social que nos une a todos no âmbito da defesa e valorização das comunidades açorianas.

Na verdade, como bem refere o Programa do Governo, os açorianos e descendentes da nossa diáspora superam a população residente na nossa Região Autónoma. As comunidades açorianas dão aos Açores uma dimensão inusitada, que supera, em muito, os nossos estreitos limites geográficos.

É vital para a Autonomia preservar a identidade específica das comunidades açorianas no seio das sociedades de acolhimento, sem que isso signifique qualquer dificuldade de integração das mesmas, como se verifica na maioria esmagadora dos casos. Importa, e é cada vez mais premente, chegar às novas gerações de açordescendentes, para evitar que percam o sentido de pertença à nossa comunidade cultural e afetiva.

É nosso propósito ampliar os apoios ao movimento associativo das

comunidades açorianas. Continuar a ampliar a rede mundial das Casas dos Açores, valorizar o Conselho da Diáspora Açoriana, reforçar os mecanismos de colaboração do conjunto da comunicação social açoriana em toda a diáspora e ilhas, incrementar intercâmbios a nível associativo, desportivo, académico e comercial e criar programas mais ambiciosos de intercâmbio cultural entre as nossas comunidades e a nossa Região, de forma a ampliar a circulação de artistas e agentes culturais em todo o espaço da comunidade açoriana.

A grande diáspora açoriana é a medida da nossa dimensão. Constitui, para os Açores, um ativo estratégico de primeira dimensão, que importa potenciar ao nível afetivo, económico e também político. O XIV Governo da Região Autónoma dos Açores está consciente do enorme potencial que representa a nossa diáspora e também da força dos laços de solidariedade que unem todos os açorianos da nossa grande comunidade. A criação de uma Secretaria Regional, especificamente dedicada às Comunidades, é a prova maior da importância que lhes atribuímos.

Os açorianos sempre foram um povo emigrante e sempre foram bem recebidos nas sociedades de acolhimento. Também por isso temos a obrigação de acolher bem o número crescente de cidadãos estrangeiros que escolhem a nossa terra para viver e trabalhar, com vantagem para os Açores, ajudando a compensar a erosão demográfica e a satisfazer reconhecidas necessidades de mão de obra local. Acompanhando uma tendência nacional e europeia, cumprimos essa competência com espírito de cidadania e com sentido de responsabilidade e solidariedade.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo.

A comunicação social açoriana vive, como quase sempre viveu, com dificuldades, determinadas pela pequena dimensão do mercado, que a descontinuidade territorial agrava. Não fora os apoios públicos, instituídos nos primeiros anos da Autonomia, e mais títulos da nossa imprensa centenária teriam desaparecido, como aconteceu com “A União” e “O Telégrafo”, por exemplo.

Não fora isso, a comunicação social dos Açores ficaria mais pobre e não figuraria entre os mais antigos títulos da imprensa portuguesa e as rádios privadas mais longevas do país. Defender este património é, por isso, um dever institucional de todos.

Por outro lado, só com meios humanos e técnicos adequados os media alcançam a independência e isenção que são próprios da sua missão informativa, garante da pluralidade e de escrutínio nas sociedades democráticas.

A Autonomia só tem a ganhar com mais e bons jornais e rádios privados. E com isso ainda ficamos todos a ganhar com o exercício regulador dos media face à falsa informação que por aí circula em diferentes plataformas. É intenção do Governo Regional, trabalhando em conjunto com os agentes do setor e com o imprescindível contributo da Assembleia Legislativa, proceder à urgente atualização do quadro legislativo que regula os apoios públicos à comunicação social privada.”

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário Regional, Paulo Estêvão, ainda não tinha dito, é a primeira vez, eu peço a palavra apenas para desejar boa sorte e não havia melhor pessoa para os Assuntos Parlamentares do que o Sr. Secretário, e, desejo essa boa sorte, só que, aviso-o já que eu acho que todos os partidos vão estar em cima dos dias de resposta relativamente aos requerimentos, que foi o Sr. Secretário...

(Risos da bancada do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito Bem lembrado!

O Orador: ... que alterou, por isso aviso-o já que vai ter um trabalho difícil relativamente aos requerimentos. Uma boa sorte, Sr. Secretário.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Pois eu não tinha pergunta nenhuma para fazer, mas até posso fazer aqui uma e se calhar, até devia fazer em alemão, mas como eu tenho o alemão um bocado enferrujado, eu se calhar só ia perguntar, ó Sr. Secretário quando é que foi o último congresso do PPM que eu não me recordo?

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado José Pacheco disse que não falava com o Sr. Secretário, mas afinal fala.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Ele também não sabe alemão, por isso não vai responder!

Deputado José Pacheco (CH): Mas eu disse em português!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Paulo Simões, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Simões (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

Antes de mais, quero dar os parabéns a todos aqueles que foram eleitos no sentido de responsabilidade de defender o povo açoriano. Eu, como muitos aqui estamos a estreiar-nos nestas lides.

E para falar da comunicação social, vou recorrer a um chavão da comunicação social que diz que o melhor improvisado é aquele que está escrito e, portanto, o meu improvisado está escrito.

Quero crer que todos os que aqui estão já leram hoje pelo menos um jornal, já ouviram as notícias na rádio ou na televisão. Fizeram-no para estar informados sobre a atualidade regional, como fazem milhares de açorianos diariamente.

Uma sociedade informada é o garante de uma sociedade livre e plural; a imprensa livre e idónea é um pilar essencial da democracia, da liberdade de expressão e da nossa autonomia, em todas as nove ilhas.

Presidente do Governo Regional: Muito bem!

O Orador: Contudo, a comunicação social açoriana navega em águas turbulentas que ameaçam fazer naufragar rádios locais e jornais regionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O modelo clássico em que se alicerça o negócio da comunicação social (informação que capta audiências que capta publicidade) está esgotado, não é de agora, está esgotado de há muito. Ao longo dos últimos anos temos assistido ao definhar de muitos jornais e rádios nos Açores, mas também em Portugal e no mundo.

Se nada for feito corremos vários riscos, desde logo o risco de termos jornais e rádios a fecharam as portas ou definharem ao ponto de apenas

sobreviverem como repositório de informação veiculada por terceiros, ou de falsas notícias...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... mas também corremos o risco ainda maior de ver cair em mãos pouco escrupulosas jornais e rádios das nossas ilhas ao serviço de interesses incompatíveis com a liberdade de imprensa que todos, repito, todos, devemos defender. Doa a quem doer.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É, pois, com profundo agrado que vemos a atenção e preocupação deste Governo em resolver esta matéria essencial para a sobrevivência dos media açorianos.

É com profundo agrado que vemos o Governo Regional dedicar particular atenção à comunicação social açoriana e, mais do que mostrar preocupação, a revelar soluções que podem efetivamente contribuir para a sustentabilidade dos jornais e rádios que alimentam a liberdade, a democracia e a autonomia das nossas nove ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Soluções que passam por criar um quadro legislativo de apoio financeiro transparente e objetivo que garante estabilidade e

previsibilidade aos órgãos de comunicação social regionais sem que estes em momento algum abdicuem, e, sublinho, abdicuem da sua independência editorial.

Mas há mais, rever o número de assinaturas de jornais e plataformas online, rever a publicação da publicidade institucional são exemplos que configuram soluções objetivas e concretizáveis no apoio à comunicação social.

É urgente apoiar a comunicação social açoriana de forma direta, transparente e o mais robusta possível.

E, mesmo para terminar, não posso deixar aqui o meu encorajamento a todos os profissionais de comunicação social nos Açores que diariamente labutam para nos trazer o melhor que conseguem a informação diária dos Açores, para eles o meu aplauso.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma candidatura à CAPADS.

Deputado Berto Messias (PS): Cá estaremos para ver essas soluções.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Secretário Regional, quer usar da palavra? Sr. Secretário Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estevão*): Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo.

Agradeço as questões que me foram colocadas, não foram muitas, e, uma delas sai fora do âmbito das minhas funções atuais, mas de qualquer das formas, acho que posso responder ao Sr. Deputado José Pacheco, fez a pergunta, mas não está aqui para ouvir, de qualquer das formas fica a saber que o Congresso do PPM é daqui a 1 mês e que será convidado para assistir ao mesmo, o Chega será convidado, até na qualidade de ex-candidato do PPM, que o José Pacheco é...

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ... e também como ex-candidato também do CDS e do PSD, portanto, faz o pleno, e, nesse sentido, obviamente não o deixarei de convidar para estar presente no Congresso, até porque o congresso é nos Açores.

Quero também aqui fazer uma referência, agradecer ao Sr. Deputado Pedro Neves as suas amáveis palavras que traziam também um recado em relação aos requerimentos, eu sei, eu sei dos meus pecados em relação aos requerimentos, fiz muitos ao Partido Socialista e, portanto, quando o Partido Socialista governava, mas estou preparado, estou consciencializado para responder a muitos requerimentos dentro do prazo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Pergunto se há mais inscrições? Vamos avançar nos nossos trabalhos para as próximas áreas governativas. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto.

Deputado Carlos Silva (PS): Ó Joaquim vais falar de desporto também?

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente e demais Membros do Governo.

A aposta na Educação na anterior legislatura conduziu a melhorias significativas, em relação aos anos anteriores.

Para podermos prosseguir com o registo dessas melhorias, pretendemos continuar a reformulação do sistema educativo regional, de forma estruturada, em concertação com as associações sindicais, associações de pais e de estudantes, e em franco diálogo com as estruturas escolares, prosseguindo com uma estabilidade que não teve paralelo no território continental.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Importa, por isso, implementar uma remodelação do currículo do ensino básico, que através dos projetos iniciados e desenvolvidos na anterior legislatura, e de propostas novas e fundamentais, solidifique e

fortaleça a escola de acordo com as exigências do século XXI e continue o trabalho alcançado no mandato anterior quanto à redução da taxa de abandono precoce da educação e formação.

É com a continuação do desenvolvimento de programas como o “Coaching Educativo”, o “Pensamento Computacional”, o “A a Z” e o “Programa Regional de Prevenção e Combate ao Bullying e Cyberbullying” que pretendemos promover respostas educativas diferenciadas e adequadas à diversidade dos alunos.

É através da criação da “Oficina do Código”, como continuidade natural e necessária do “Pensamento Computacional”, ou através da implementação do ensino bilingue em inglês, que conseguiremos garantir jovens capacitados para as exigências do mercado de trabalho.

Pretendemos introduzir a lecionação da disciplina de “História, Geografia e Cultura dos Açores” e da disciplina de “Cidadania” desde o 1.º ciclo do ensino básico, por forma a integrar áreas de desenvolvimento de competências sociais, de educação para a saúde, de educação ambiental e de literacia financeira, como foi até hoje ressalvado pelo Sr. Presidente do Governo.

Pretendemos criar cursos especializados de cariz prático, que preparem e estimulem os alunos para o prosseguimento de estudos nas escolas profissionais, fazendo a ponte para um ensino profissional de excelência; pretendemos aumentar a oferta em ensino artístico especializado em música, dança e teatro e criar o curso secundário de viola da terra.

Pretendemos alcançar a completa gratuidade de todos os manuais escolares dos alunos da escola pública, através da manutenção da gratuidade no 1.º ciclo, com livros físicos e em papel, mas também através da conclusão da desmaterialização dos manuais até ao 12.º ano de escolaridade.

Esta almejada reforma do ensino só poderá ser possível com a continuidade da aposta nas políticas de dignificação do pessoal docente e do pessoal da ação educativa.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Pretendemos criar bolsas de recrutamento de assistentes operacionais, que permitam a rápida substituição de trabalhadores em situação de faltas ou licenças imprevistas e de longa duração, na sequência de concursos de admissão e por via de contratos de trabalho.

Cientes da escassez de docentes, fenómeno que é, também, nacional e não resolúvel a curto prazo, pretendemos regular a sua fixação e implementar incentivos nas ilhas, unidades orgânicas e grupos de recrutamento carenciados, mantendo apoios à formação inicial habilitante para a docência que captem novos profissionais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: E pretendemos rever os procedimentos de burocracia desnecessária e desadequada, através de uma ação conjunta com os órgãos de gestão de todas as unidades orgânicas, focando a melhoria do sucesso educativo de toda a Região.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Muito bem!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, para o setor da Cultura, pretendemos agilizar e garantir maior transparência nos apoios concedidos aos agentes culturais, através da prossecução da revisão do seu regime de apoio.

Pretendemos continuar a apoiar as filarmónicas, os grupos etnográficos e de folclore, bem como qualquer manifestação de cultura popular, garantindo a valorização, promoção e divulgação da matriz identitária do povo açoriano.

Queremos continuar a promover o património edificado, mas também o subaquático da Região, afirmando o seu potencial para o desenvolvimento da região, em articulação com outros setores.

Pretendemos valorizar o património cultural imaterial, nomeadamente através dos projetos e candidaturas em curso, como os “Saberes e Práticas de Tocar a Viola da Terra”, “As Cantigas ao Desafio” e os “Romeiros e Romarias”.

Iremos implementar o programa “Rede de Leitura Açores”, desenvolvendo um compromisso comunitário, intergeracional e em articulação com as autarquias, de promoção do livro e da leitura.

E iremos ainda promover a acessibilidade física, e também digital, dos museus e bibliotecas públicas da Região, com um claro compromisso na divulgação da produção cultural, apostando, também, na ampliação e qualificação da rede regional de museus e coleções visitáveis.

Salientamos, ainda, a preparação e coordenação da comemoração dos 600 anos da descoberta da nossa Região, celebrando os seus valores culturais e identitários e promovendo a sua valorização no todo nacional e internacional. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para o setor do Desporto pretendemos dar continuidade aos bons resultados registados no último mandato, no aumento do número de participantes, do número de praticantes federados, do número de escalões de formação, do número de árbitros, juízes, treinadores e dirigentes e dos números que transparecem as melhorias dos resultados desportivos da Região.

Para que continuemos com esta tendência crescente, iremos investir nos agentes desportivos, na literacia motora desde a infância, na promoção da ética e da formação, bem como na promoção da atividade física intergeracional e comunitária, condições essenciais para a promoção de hábitos de vida saudáveis e que constituem a formação integral de cada indivíduo.

Queremos criar o estatuto do “Treinador Formado nos Açores” e implementar uma estrutura de apoio ao alto rendimento, com o intuito de preparar atletas, jovens talentos e seleções regionais, aumentando os níveis competitivos do desporto açoriano.

Pretendemos criar um programa de apoio a projetos inclusivos na área da atividade física e do desporto, atribuindo um reforço financeiro a projetos de desporto adaptado.

Para essa consolidação, pretendemos apostar na melhoria dos espaços para a prática desportiva da Região e da sua acessibilidade, reforçando a aposta nos desportos de natureza e desportos náuticos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o documento que este Governo coloca em discussão, aposta no sucesso educativo, na qualidade da produção e divulgação cultural e na melhoria da condição física e desportiva de todos os açorianos.

A aprovação deste Programa do Governo, garante uma sociedade mais proficiente, informada e habilitada e uma escola pública capacitante; garante o crescimento do conhecimento da nossa autonomia e a preservação da nossa cultura e da nossa identidade; garante maior ligação dos açorianos ao desporto e à atividade física, e melhor qualidade desportiva na Região.

Na execução deste programa, comprometemo-nos a continuar a exercer uma política de proximidade, de estímulo da cidadania ativa.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional. Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento. Está inscrito o Sr. Deputado Nuno Barata, a quem dou a palavra, faça favor?

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Sobre as áreas que tutela a Sra. Secretária Regional muito haveria por dizer, mas o tempo é curto, pelo menos para a Iniciativa Liberal, outros, certamente poderão explorar mais este documento. Mas há dois pontos, e, por sinal, seguidos nesse Programa do Governo, sobre os quais gostaria de alguns esclarecimentos.

O primeiro tem a ver com a desmaterialização dos manuais escolares, Sra., Secretária Regional, já hoje aqui assistimos ao Sr. Secretário das Finanças assumir alguma “mea culpa” e alguma necessidade de rever procedimentos.

Pois aqui, apesar de não ter corrido bem, eu acho que todos concordamos que não correu bem, a Sra. Secretária insiste.

Mas há, aqui também, algo que eu gostava de ver esclarecido é que o processo de desmaterialização dos manuais escolares não chegou a todas as escolas dos Açores, porque não chegou ao setor privado.

Eu gostava de saber se nesta segunda fase ou nesta vontade imperiosa que o Governo Regional encontra de até 2026 desmaterializar totalmente os manuais escolares se este apoio, se essa desmaterialização vai chegar também aos alunos do setor privado.

E logo a seguir, diz: prosseguir com o investimento em equipamentos digitais e de ampliação das redes de acesso à Internet para as escolas do ensino público, e, aqui era importante perceber, porque eu não encontrei, se há algum eixo do Construir 2030 ou algum sistema de incentivos de base

regional ao qual as escolas privadas, as escolas do setor privado possam recorrer para acompanhar esse investimento que vai ser feito no setor público do ensino.

Essas duas questões parece-me importante que sejam esclarecidas neste momento aqui à Câmara. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Oliveria Santos, faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, restantes Membros do Governo Regional.

A minha pergunta também prende-se com a desmaterialização dos manuais, passar a manuais digitais, mas, ao contrário do Deputado Nuno Barata, nós estamos preocupados com este avanço dos manuais digitais do 5.º até ao 12º ano de escolaridade até 2026, porque entendemos que estamos a promover ainda mais a dependência tecnológica.

Uma dependência que até já tem nome, nomofobia, não entendemos que seja benéfica, e, nesse aspeto, gostaríamos de perguntar à Sra. Secretária se já fez uma avaliação dos impactos dos manuais escolares em professores, em alunos, em pais e em encarregados de educação.

Sabemos que em países da Europa, como por exemplo na Suécia, foram implementados os manuais digitais e esta medida já recuou.

Portanto, se pudermos aprender com os erros dos outros, não percebemos porque é também aqui não podemos recuar e aprender com os erros de países como na Suécia.

Por outro lado, há uma outra questão que também nos deixou preocupados e que tem a ver com o estudo internacional, que avalia os conhecimentos e competências dos alunos de 15 anos, o PISA, em que dá conta que os Açores estão no fim da tabela, atrás de regiões como a Madeira.

A minha pergunta para a Sra. Secretária é, o que é que está a falhar nos Açores para estes resultados tão desastrosos nas nossas escolas? E o que é que o Governo tem neste programa diretamente especificado para inverter esta tendência e para nos colocar nos lugares cimeiros, em vez de no topo da tabela. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(* **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária, também vou falar muito rapidamente só de um ponto existente no Programa e um ponto inexistente, nesse caso o existente tem a ver com o ponto de continuar a desenvolver o Programa Regional da Prevenção e Combate ao Bullying e Cyberbullying, que concordo plenamente, mas mais do que esta prevenção, também é preciso um controle e esse controle tem que ser feito por assistentes operacionais, que cada vez temos menos, há mais Bullying nas escolas pela falta de assistentes operacionais que fazem pelo menos esse controle na parte do

recreio e eu gostaria que a Secretaria Regional tivesse esse cuidado e essa sensibilidade para os próximos 4 anos.

Ia também falar sobre educação, neste caso, alimentar, educação alimentar que falta neste Programa do Governo, que devia ser uma importância do Governo relativamente à educação alimentar, mas neste caso, repensar se vale a pena termos o catering, a subcontratação que nós temos e se calhar voltar às nossas cozinhas em várias escolas que ainda temos, isto porquê? Porque a própria alimentação dada aos alunos não é a mais adequada, sabemos que uma subcontratação da parte do catering e a forma como é mostrada aos alunos em vários invólucros de metal e depois a comida não é das melhores, se calhar é repensar e dar essa importância que deveria ser dada por parte do Governo relativamente à educação alimentar, neste caso, daquilo que nós podemos dar aos nossos alunos e também de termos cozinhas ou novamente abertas, porque aí tínhamos mais qualidade relativamente à alimentação dos nossos alunos. Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Permitam-me em primeiro lugar, e, sendo a primeira vez que nesta sessão legislativa me dirijo à Câmara e na pessoa do Sr. Presidente, congratular todas as Sras. Deputadas e todos os Srs. Deputados que foram eleitos e aqui, efetivamente está a voz dos Açores, democraticamente, naturalmente,

conseguiremos discutir aqueles que serão os problemas e as soluções que queremos para a nossa Região.

Também uma palavra, Sr. Presidente do Governo, que representa aqui o poder executivo na nossa Região, desejando-lhe as maiores felicidades em prol daquilo que é realmente a sociedade açoriana.

Em terceiro lugar, queria deixar uma palavra também de apreço àquele que será o Membro do Governo com quem terei mais discussões, Sra. Deputada Sofia Ribeiro, como sabe, tenho um apreço por si pessoal e desejo-lhe os maiores sucessos, porque o seu sucesso naturalmente será o sucesso dos alunos dos Açores e, em particular dos desportistas e daqueles que praticam atividade física na nossa Região.

Relativamente à temática do desporto, permitam-me que deixe aqui referenciada a importância e os benefícios que o desporto e a atividade física tem junto dos nossos jovens e daqueles que também são menos jovens. O desporto tem que ser visto como um bem, o desporto e a atividade física não pode ser apenas uma palavra que fica bem escrita, quer nos Programas de Governo, quer nos Planos e Orçamentos, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Não é o caso!

O Orador: ... quer naquilo que é a prevenção a comportamentos desvios, o desporto é efetivamente, e, tem feito esse percurso e a atividade física, de ser um bem-estar para as nossas vidas. E a verdade é que quando vivemos numa Região onde a coesão entre as nossas ilhas é fundamental, não podemos continuar a ter clubes com verbas em atraso, não podemos continuar a ter associações que dizem que não realizam campeonatos

regionais porque não têm verba para os fazer, há bem poucos dias, a união de associações de andebol o fez, não podemos continuar a fazer fases regionais concentradas, pondo em causa aquilo que é a verdade desportiva.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Foi sempre assim!

O Orador: Não foi sempre assim, Sra. Secretária, não foi sempre assim. E é verdade também que durante o mês de janeiro, durante o mês de janeiro, vejo que estavam com saudades minhas, cá estou, cá estou.

É verdade que durante o mês de janeiro muito se pagou, muito se pagou, mas não se pagou tudo.

E continuam os clubes a bater à porta de muitos daqueles que são os municípios da nossa Região para fazer face àquilo que o Governo ainda não pagou, naturalmente vai pagar, naturalmente, vai pagar, mas não se esqueçam que nós estamos no mês de março, a época desportiva acaba daqui a 2 meses.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): E o orçamento?

Deputado Carlos Silva (*PS*): Para pagar em janeiro não havia esse problema e agora é que há?!

O Orador: É verdade que a promoção da atividade física e do desporto tem acontecido na nossa Região, é verdade, e, é verdade que tem sido feito com os clubes, com as associações, muitos deles por nós conhecidos, que têm expressão de âmbito nacional e internacional, e, é também verdade que o nosso parque desportivo está em péssimas condições.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Já estava!

Deputado João Castro (PS): Ah a culpa é do PS?! Tá certo!

O Orador: E está em péssimas condições, porque ao longo dos últimos 3 anos, este Governo andou preocupado em promover o desporto com mochilas, com cachecóis, com toalhas, enfim, com tudo aquilo que fosse possível aparecer em fotografias e a fazer aquilo que efetivamente põe em causa aquela literacia desportiva e motora que a Sra. Secretária o afirmou e afirmou muito bem.

Gostava também de deixar aqui uma nota que me parece pertinente, porque o Sr. Presidente do Governo referenciou e referenciou muito bem, que tem a ver com a captação de eventos internacionais para os Açores, no âmbito desportivo, nomeadamente naquilo que é o desporto náutico e está muito bem referenciado no Programa de Governo que tem a ver com aquilo que é, digamos a participação intersectorial daquilo que são os vários departamentos do Governo neste sentido, isto no papel, fica bem, mas é preciso funcionar, é preciso funcionar,...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas vai votar contra!

O Orador: ..., até porque, muitas vezes os clubes e aqueles clubes que nos estão a ouvir, aqueles que efetivamente já fizeram parte de clubes ou que fazem parte de clubes e de associações desportivas e culturais da nossa Região, sabem perfeitamente aquilo que estou a falar, nós batemos a uma porta, dizem que é na outra, batemos à outra, dizem..., e, tem a ver com departamentos do Governo, eu percebo que isso que isso seja assim, eu percebo que isso funcione assim no papel, mas tem que funcionar quando a gente fala de eventos internacionais que são captados para a nossa Região

e depois efetivamente não temos dinheiro para fazer jus àquilo que efetivamente é a importância desses eventos e que trazem valor acrescentado para a nossa Região.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas pela primeira vez, em 2024, há um governo que põe o desporto náutico no programa do governo!

O Orador: Eu termino dizendo o seguinte, para as nossas ilhas, esse tipo de eventos são importantes nas épocas baixas, também temos que ter em conta, e, há bem poucos dias tivemos essa situação no Corvo, que há o risco de não ocorrer um evento nomeadamente por questões de passagens aéreas, é preciso ter isto em atenção.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Está resolvido.

O Orador: Gostava de terminar dizendo o seguinte à Sra. Secretária, Sra. Secretária, estaremos aqui para apoiar e fiscalizar e aconselhar aquilo que seja a sua ação enquanto governante, e, também estaremos aqui... ó Sr. Deputado Pedro Pinto, tenha calma, eu vou utilizar as palavras da colega Deputada Sabrina Furtado, que disse, se quer falar sobre desporto inscreva-se, estarei aqui com o maior prazer em discutir consigo, não é sobre habitação é sobre desporto, terei o maior prazer em discutir consigo.

Tendo em conta aquilo que foi a intervenção do Sr. Secretário das Finanças, Duarte Freitas, caro amigo, aqui conterrâneo da ilha vizinha do Pico, com tanta receita arrecadada nos últimos anos e com tantos milhões para executar, eu aconselhava que arranjassem uns milhões, não eram

muitos, uns 2 ou 3, pagassem aos clubes e às associações para ver se eles se libertam do sufoco financeiro que têm vivido nos últimos tempos, disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária Regional, registamos a inclusão no Programa de Governo de um plano de combate ao abandono escolar precoce, algo que o Bloco de Esquerda defendeu em campanha como uma medida central para o futuro da educação nos Açores.

No entanto, Sra. Secretária, não só não basta colocar no Programa do Governo, como aquilo que preconiza esse objetivo, porque o plano não poderia estar, é para nós bastante desolador.

O Governo prevê em 4 anos reduzir para a taxa de 15 %, a taxa de abandono escolar, o que significa que, para atingir a média nacional serão precisos 10 anos, isso, partindo do princípio que a média nacional não desce, o que tem acontecido, felizmente ao longo dos anos, exceto no último ano de que há dados.

Ora, isso parece-nos manifestamente muito pouco, uma muito fraca ambição deste Governo para aquele que é um dos maiores problemas que a educação e os Açores enfrentam. Por isso, como é óbvio, gostaríamos de ver outro tipo de ambição para uma questão tão importante para o futuro dos Açores.

Sra. Secretária e falar de educação também, nós não podemos ignorar aquele que é um dos problemas também mais complicados que tem para resolver, que se trata da falta de professores, sabemos que ele não se resolve de um momento para o outro, tem várias causas e não tenho tempo para estar a falar sobre elas, mas registo mais uma vez que o Governo pela enésima vez fala na aplicação de incentivos à fixação de docentes.

E pergunto para quando? É porque no papel nós já vimos isto, mas muitíssimas vezes, aliás, no anterior Governo, no qual a Sra. foi Secretária com a mesma tutela, este objetivo estava em todos os documentos, em todos os Orçamentos e nunca, mas nunca foi cumprido. E pergunto, quando é que vai ser cumprido? Bolsas de recrutamento de assistentes operacionais, a mesma coisa, por “n” vezes está no papel, nunca foi cumprido, pergunto-lhe para quando?

A questão da precariedade nas escolas, a precariedade nos professores continua, basta ver, os mais de 400 professores são contratados através da BEPA e não só, nos programas ocupacionais que continuam, porque não há essa tal bolsa que o Governo não concretiza, os bolseiros ocupacionais que para o Governo não são trabalhadores, são uma classe à parte sem direitos e que a Sra. tem exatamente o despudor de chamá-los ocupados e

que não são trabalhadores e isso é um desrespeito por essas pessoas que são trabalhadores e merecem direitos e merecem, como todos os outros precários da administração pública de ter um vínculo estável, os que estão nos hospitais, contratos COVID, mas os que estão nas escolas e noutros serviços, e, por isso, esse é um princípio que o Bloco de Esquerda não abdica.

Sra. Secretária, falemos de Cultura para terminar, falta claramente um projeto para a Cultura neste Programa de Governo, aliás, a omissão sequer da palavra agentes culturais é gritante neste Programa de Governo, não existem, não existe o regime jurídico de apoio à atividade cultural, não existe neste Programa de Governo. Isso é totalmente coerente com o desprezo que o setor cultural teve na última legislatura, atrasos nos pagamentos, que continuam, aliás, temos recebido inúmeras queixas sobre esta matéria, todos os Deputados e Deputadas desta Casa sobre este assunto e o que temos é um programa do Governo que continua a desprezar o setor cultural e a vê-lo como o parente pobre da governação. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Queria começar por desejar um bom mandato a todas as Sras. e Srs. Deputados desta Casa e pedindo-vos que coloquem sempre o interesse dos açorianos acima de qualquer outro interesse, também desejar votos de

sucesso ao Sr. Presidente do Governo Regional e a todos os Membros do Governo, o povo açoriano não podia ser mais claro na demonstração de que realmente queria este Presidente e este Governo a liderar os destinos da nossa Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Queria fazer aqui algumas considerações relativamente à intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista relativamente ao desporto.

Começar por falar das fases concentradas nas modalidades jovens e lembrar que foi um Governo do Partido Socialista que implementou as fases concentradas, eu também não concordo muito, mas é preciso para quem está mais desatento saber que foi o Governo do Partido Socialista que implementou as fases concentradas no desporto, nomeadamente nas modalidades coletivas.

Em relação a atrasos, pois se realmente há atrasos esta época, deveu-se ao chumbo do orçamento.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O Sr. sabe que isso é falso!

Deputado Carlos Silva (PS): Oh pelo amor de Deus o que é que isso tem a ver?!!! Não vale tudo. Isso é enganar as pessoas!

O Orador: É uma constatação com certeza que é, é sim, Sra.

Portanto, o Orçamento foi chumbado e claramente há atrasos e ainda vamos ter que esperar mais alguns meses.

Em relação à questão dos edifícios desportivos na Região, pois também relembro que houve edifícios que foram construídos na nossa Região que começaram a chover no dia da inauguração.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Antes!

O Orador: Portanto, é realmente uma lacuna e é uma lacuna que este Governo tem que resolver e não é em 2 anos que se resolve.

Relembrar que também em relação a atrasos que, no tempo do Partido Socialista em relação à palavra Açores, aí realmente todas as épocas, os clubes recebiam quase no final da época...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Bem lembrado!

O Orador: ... e foi este Governo, o anterior Governo que implementou o pagamento das verbas relativas à palavra Açores no início da época, portanto, ainda no primeiro ano se viu.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Para terminar, também descansar os dirigentes desportivos dos Açores porque os partidos da coligação apresentaram na anterior legislatura uma proposta para a criação do estatuto de dirigente voluntário desportivo, com o chumbo do Orçamento também, o diploma caiu,

portanto, e podem ficar com a garantia que nós vamos voltar a dar entrada deste diploma para que finalmente os dirigentes desportivos possam ter um Estatuto que reconheça o trabalho de valorização que eles têm junto do desporto açoriano.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Paulo Gomes, em primeiro lugar, queria-lhe dizer o seguinte, o Sr. é Presidente de Junta e o Sr. também teve na mesma reunião que eu estive relativamente ao património baleiro, lembra-se dessa reunião? Eu depois hei de lhe fazer lembrar, gostava de deixar aqui 3 notas.

Primeira nota, Srs. Deputados, no dia 4 de fevereiro houve eleições, os Srs. ganharam, nós somos a oposição, os Srs. estão aí para trabalhar, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Ai e os Srs. não?!

O Orador: ... os Srs. estão aí para executar, os Srs. estão aí para fazer cumprir a vontade dos açorianos, nós...

(Burburinho na sala)

O Orador: Ó Sr. Presidente!?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado termine a sua intervenção, faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Os Srs. ganharam as eleições, eu já os felicitei, volto a felicitar, nós fazemos parte da oposição, os Srs. não podem dizer quando ganham as eleições, que foi a direita que ganhou e depois meter as responsabilidades na esquerda, os Srs. foram eleitos, formaram um Governo e têm que executar, têm que trabalhar em prol daquilo que é a nossa sociedade.

Relativamente a isto, que o Sr. Deputado Paulo Gomes disse é uma falácia, ou seja, até o final de dezembro não havia dinheiro para pagar, porque o Orçamento não permitia e em janeiro foi um tal pagar, Sr. Deputado...

Deputado Carlos Silva (PS): E o orçamento?

O Orador: Onde é que estava o Orçamento em janeiro? os Srs. pagaram em janeiro “n” associações, “n” clubes desportivos.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): É para isso que cá estamos.

O Orador: Os Srs., estão a utilizar algo que não é utilizável, peço desculpa por chamar o Sr. a atenção, e, o Sr. estava no mesmo dia que eu estava quando houve o rateio ao património baleeiro, quando os botes baleeiros deixaram de ter campeonato porque não havia dinheiro para se realizar o campeonato, o Sr. sabe disso, o Sr. estava lá no mesmo dia que eu estava.

Ou seja, gostava de dizer aos Srs. o seguinte, nós somos a oposição, os Srs. são a posição, os Srs. têm o dever e a obrigação de fazer face aos anseios dos nossos clubes desportivos, das nossas associações desportivas.

Ó Sr. Deputado Joaquim Machado, o Sr. ouça-me, a gente vai ter oportunidade de falar muitas vezes, o Sr. ouça-me, Sr. Deputado, o Sr. ouça-me, o Sr. que até é um desportista.

Os Srs. vão ter e têm a obrigação de fazer face àquilo que é a nossa atividade física e os nossos campeonatos federados da nossa Região, de todos os Desportos, os Srs. não podem continuar a vir para aqui dizer que a culpa é do Partido Socialista.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Os Srs. estão há 3 anos no Governo, foram eleitos para governar outra vez e os Srs. têm é que resolver os problemas daquilo que são os nossos clubes e as nossas associações, é isso que os Srs. têm que fazer. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa faça favor.

(*) Deputado José Sousa (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários.

Aqui no vosso Programa de Governo fala em regular a fixação de docentes e implementar incentivos nas ilhas, unidades orgânicas e grupos de

recrutamento mais carenciados, consegue a Sra. Secretária ser mais específica no tipo de incentivos, e, se pretendem eliminar a possibilidade de professores conseguirem efetivar e pedirem de imediato mobilidade para outras ilhas, afastando a possibilidade de quem lá está efetivar e existirem casos, como é o caso da ilha das Flores de 48 professores fantasma. Gostaria de ter a sua resposta. Muito Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Gomes, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo. Sr. Deputado Lúcio, mantenho o que disse na minha intervenção, falei das fases concentradas, acho que é consensual.

Deputado João Castro (PS): Isso são associações.

Deputado Carlos Silva (PS): A gente sabe que a culpa nunca é vossa!

O Orador: Em relação aos atrasos, também fui bem claro.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Só em relação ao mês de janeiro e que não foi claro!

O Orador: Em relação aos equipamentos, também quem anda nas 9 ilhas dos Açores não tem qualquer dúvida sobre o estado em que elas se encontram.

E, há outro pormenor e eu sei porque falo com dirigentes de clubes quase todos os dias, que também há atrasos na entrega da documentação para depois poderem receber. Não sei se sabe disso.

De qualquer forma e para terminar, portanto, mantenho tudo o que disse.

Em relação ao património baleeiro, sei bem das dificuldades, porque sei bem da forma que estava o património baleeiro na minha junta de freguesia, quando entrei em 2021. Obrigado.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é falso!

Deputado Nuno Barata (IL): Os Srs. destruíram todo o património baleeiro em S. Miguel. Por isso, não me puxem pela língua, senão ainda me acusam de bairrista!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado José Pacheco, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu de baleias, não quero falar e de desporto, conforme podem observar, também não devo falar.

Mas gostaria de falar de Cultura que tenho falado ao longo dos anos.

Eu, deixa-me triste que não se perceba a importância da Cultura num povo.

Depois há umas culturas, tirando a cultura da couvinha eu não aceito que se pegue na cultura e se faça a grande cultura, a pequena cultura, a cultura popular, não, cultura é cultura!

E os agentes culturais são todos, desde o grupo de garagem, desde o grupo informal à grande orquestra e aos grandes conservatórios, tudo é cultura.

Eu não percebo, que numa região, que temos uma cultura popular e religiosa tão forte que continuemos a assobiar para o lado e andemos a oferecer aos açorianos e a quem nos visita cultura americana, cultura anglo-saxónica nós temos que apostar na nossa cultura.

Sra. Secretária disse-lhe algumas vezes, como disse à sua antecessora, eu sei muito bem o que é que o Bloco de Esquerda entende por agentes culturais, são os tais Srs. que fazem aqueles filmes que ninguém gosta de ver, mas que recebem aquela saca de dinheiro que é para eles poderem sobreviver todos os dias, olhe, eu tenho que trabalhar e também sou um homem da cultura, outros meus amigos que eu conheço têm uma profissão e praticam cultura e grande parte deles não ganham nada com isso, fazem por amor à Terra, fazem por amor à camisola, fazem por amor à sua filarmónica, ao seu grupo de teatro, isto é cultura, isto é o voluntariado, é isto que nós temos com muita fartura na nossa Terra, porque eu conheço bem esse mundo e quem me dera não o conhecer, mas gostava de lhe dizer Sr. Secretária, no dia que eu vir a cultura entrosada com o turismo e nós podermos aproveitar, não é subsidiar os grupos, mas sim dar-lhes trabalho e pagar pelo trabalho deles, é no dia que eu vou-lhe dar os parabéns.

Neste momento, ainda não consigo porque nós andamos aqui a fazer a cultura dos fragmentos, a cultura dos grandes e dos pequeninos, não, a cultura é de todos e o nosso povo precisa e merece cada vez mais cultura. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

Ao longo deste setor governativo e daquilo que já foram as intervenções que me antecederam, queria deixar também aqui algumas referências, principalmente no que confere também à classe docente às escolas, àquilo que foi o trabalho também desenvolvido nos últimos 3 anos e não posso aceitar, daquilo que já foi dito, que não se reconheça esse trabalho, esse foco que foi, sem dúvida uma aposta clara deste Governo Regional à área de educação e o tanto que foi feito em tão pouco tempo, em apenas 3 anos, muito trabalho foi feito na área da educação, na valorização da carreira docente, no trabalho também daquilo que eram reivindicações muito antigas desta classe e que foi este Governo em tão pouco tempo que conseguiu alcançar e por isso tivemos, sem dúvida, uma estabilidade com esta classe que não foi verificado, por exemplo, no território nacional, e,

não consigo perceber como é que neste debate não vem assumir e, por exemplo, da parte do Bloco de Esquerda é sempre o discurso, tudo está errado, tudo está mal...

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso. Até dei um elogio!

A Oradora: E a verdade é que isso não é verdade. Existem muitos desafios futuros, desafios e preocupações que têm sido transmitido por estas bancadas e que são desafios e preocupações também do Programa do Governo, deste Governo e que estão plasmadas neste documento.

Sem dúvida, o desafio da redução da taxa de abandono precoce, é, sem dúvida, um grande desafio para a nossa Região, uma preocupação, muitas vezes trouxe o CDS esta matéria a debate e esse desafio também está aqui plasmado nestes documentos, mas também a manutenção do prémio de mérito, a gratuidade dos manuais escolares, que são matérias também importantes para a CDS, mas também a manutenção das medidas de ação escolar. Claro que existem desafios que são prementes, como, por exemplo, a questão da falta de docentes e, por isso também queria-lhe perguntar, Sra. Secretária, que prioridades são, no seu ponto de vista, aquelas medidas prioritárias que se deve dar continuidade, implementar, com vista a combater a falta de professores, principalmente em alguns agrupamentos, isso é claro que é reconhecido e é necessário também perceber que prioridades. Também em relação aos assistentes operacionais, também dizer, em relação à questão da bolsa, ela está sim aqui prevista, para nós é uma medida importante que deve ser operacionalizada também, uma vez que uma das grandes dificuldades é sem dúvida dar uma resposta imediata

àquilo que são as necessidades quanto aos assistentes operacionais e eram estas as questões.

Para finalizar, mesmo porque o tempo é pouco, dizer, relativamente àquilo que disse o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, Sr. Deputado, as instalações desportivas não foram em 3 anos que se encontram no estado em que muitas delas se encontram.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): A Sra. há de ir aos balneários da Manuel de Arriaga!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Délia Melo, faça favor, isso é às pingas.

(*) Deputada Délia Melo (PSD): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Uma nota prévia aqui só para felicitar todos os eleitos e o Governo Regional, fazendo votos para que nesta legislatura façamos um trabalho profícuo em prol da nossa Região.

Ora nós ouvimos daquela tribuna, pela voz da Sra. Secretária Regional da Educação, as propostas que este Governo Regional tem para esta área que assentam fundamentalmente naquilo que é a continuidade de uma trajetória

que tem colocado realmente a Região num patamar de desenvolvimento contínuo.

E eu falo aqui, sim é de desenvolvimento, porque eu falo aqui no facto de haver um regular funcionamento de todos os estabelecimentos de ensino, algo que contrasta com aquilo que se passou em território nacional.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Falo também na dignificação da carreira docente, algo que também contrasta fortemente com aquilo que se passa a nível nacional.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Eu falo também da valorização de todos os restantes recursos humanos das escolas.

Falo do crescente envolvimento das famílias, da transição digital já percorrida, e, a dar continuidade com sentido prospetivo.

Ora é imperioso, portanto, nós darmos continuidade a estas políticas, mas importa também que olhemos para as situações concretas que nós temos pela frente. Importa que nós consigamos ter uma perspetiva crítica que alimente aquela que é a nossa ambição, porque nós queremos ir mais longe. Este Programa de Governo faz exatamente isso, ou seja, é um programa ambicioso, mas é um programa exequível...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e tem medidas muito concretas para a operacionalização daquilo que se pretende.

E, a conclusão que se chega é que algumas Sras. e Srs. Deputados, alguns Grupos Parlamentares, não devem ter lido aquilo que são as propostas que aqui estão, e, quando vem o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda...

Deputado António Lima (BE): Eu tenho nome.

A Oradora: ... fazer imensas críticas e também o Partido Socialista que diz à partida que não vai viabilizar este Programa ou vai votar contra, isto é muito incoerente.

Aliás, todo o discurso do Partido Socialista é incoerente e é incoerente porquê? Se lessem o Programa, teriam visto que cerca de 50 % das propostas que lá estão são iguais ou muito semelhantes às propostas que o Partido Socialista tinha no seu programa eleitoral, mas, não me deixaram terminar, então deixem-me terminar que eu vou explicar. Porque é que isso acontece? Isto acontece precisamente porque há uma continuidade das políticas, porque aquilo que o Partido Socialista colocou no seu programa eleitoral não é mais do que permitir ou querer a continuação das políticas já implementadas por este Governo ou aquelas já anunciadas ou que estavam inscritas no Plano.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Mas só ganharam, os Srs. só ganharam essa consciência quando passaram para a bancada da oposição.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E testemunharam o bom trabalho feito por este Governo Regional.

E, eu falo, Sra. Deputada, na reforma curricular, que os Srs. defendem, nós também, eu falo no incremento do ensino artístico, do investimento no desporto escolar, eu falo na garantia de apoio aos alunos com mais dificuldades, falo em continuar o processo de dignificação da carreira docente, não esquecendo que este Governo já abriu 1400 vagas em quadro para professores, falo em valorização do pessoal docente e não docente, falo na redução da taxa de abandono precoce de educação e formação.

Sra. Deputada, tenha calma, não se esqueça também que foi com este Governo que nós descemos esta taxa de 26 para 21 %, muito recentemente saíram os dados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E são os resultados das políticas levadas a cabo por este Governo.

Pela primeira vez, acompanham individualmente os alunos que estão em possibilidade de abandono.

Ora, estes são alguns dos exemplos que nós defendemos e que os Srs. também defendem.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Eu não!

A Oradora: Por isso eu tenho muita dificuldade, e, eu peço que expliquem à sociedade açoriana a razão de não quererem viabilizar isso e de terem exatamente as mesmas propostas, ou 50 % das propostas idênticas e depois virem aqui dizer que afinal não é isso, porque, e, nós temos a explicação, é só porque é um Governo de coligação...

Deputado João Castro (PS): É um governo com um programa **não socialista**.

A Oradora: ... que as vai implementar e não os Srs.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ora nós estamos aqui para defender os interesses da Região, não os interesses partidários nem para entrarmos aqui em quezílias.

O Programa realmente não se esgota naquilo que são as medidas que aqui estão, mas apresenta-se aqui aquilo que são os vetores essenciais da futura ação governativa, portanto, e, estas vão ao encontro daquilo que são diretrizes do Conselho Nacional de Educação, daquilo que a própria Federação dos Pais e Encarregados de Educação diz, em conformidade com os anseios das escolas, portanto, é tudo em diálogo e é isso que se quer continuar a fazer, também aqui neste hemiciclo.

E, por isso mesmo, incomoda, obviamente aos Srs., porque este Programa foi avaliado positivamente pela sociedade açoriana que deu o seu voto a favor, escolheu este Governo e sabem que a haver políticas de continuidade continuará a haver desenvolvimento.

E, por isso mesmo, eu conluo a desafiar também o Partido Socialista a votar em consciência o Programa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Talvez devesse fazer uma pergunta à Sra. Secretária, não é?

A Oradora: Sabendo que, muito daquilo que aqui está, também são preocupações e medidas que o Partido Socialista partilha, obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já vai perceber que não é!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado José Eduardo, faça favor.

(*) Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo

Sendo esta a minha primeira intervenção nesta Legislatura, gostaria de saudar o Sr. Presidente da Assembleia e a Mesa, bem como as Sras. e Srs. Deputados eleitos, desejando-lhes naturalmente os maiores sucessos no desempenho das suas funções.

Saúdo também o Sr. Presidente do Governo e todas as Sras. e Srs. Membros do Governo desejando-lhes também os votos de um bom trabalho, que espero seja baseado no respeito pela diferença e pela liberdade de opiniões, que nesta Casa serão apresentadas por cada um dos Grupos e Representações Parlamentares em função da representatividade concedida

pelo povo açoriano que nos elegeu.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Assim sendo, espero de todos nesta Casa um exercício de funções profícuo, porque o sucesso deste trabalho será certamente também o sucesso dos Açores e dos açorianos.

O Partido Socialista aqui está, assumindo naturalmente a responsabilidade que os açorianos lhe concederam, com responsabilidade e com total coerência, porque para nós, a democracia é sempre o mais importante pilar da nossa vida comunitária e é esse o desiderato - trabalhar para todos sem excluir sem discriminar, criando uma sociedade que não faz diferenças entre açorianos de primeira e de segunda, contribuindo assim para uma verdadeira Coesão dos Açores e dos açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na Educação, que é um dos pilares da nossa democracia e garante de igualdade, que deve servir a todas e a todos, defendemos uma resposta pública – como garante da igualdade de oportunidades – desde a creche até ao Ensino Superior, onde o critério e a medida das políticas públicas sejam o aluno e o seu sucesso.

Sabemos da importância que, para alcançar e concretizar esse critério e essa medida, assumem relevante destaque aspetos como a política de recursos humanos, sejam eles docentes ou não docentes, ou a questão das infraestruturas.

Mas a Política de Educação necessita de ser centrada no aluno e no seu sucesso, mobilizando tantas e tantas vontades que existem e garantindo as condições para que essas vontades, políticas, sindicais, de pessoal docente,

de pessoal não docente e da comunidade educativa em geral, possam manifestar-se e concretizar-se com eficácia e resultados em benefício dos alunos e do seu sucesso.

Não é isso que se tem verificado, nem é isso que se espelha neste Programa que agora analisamos.

É urgente voltar a colocar no centro da ação governativa em matéria de educação a promoção de um sistema público de educação que ambiciona a excelência e que ofereça a todas as crianças e jovens reais oportunidades de realizarem aprendizagens de qualidade e de desenvolverem competências que as preparem para o seu percurso de vida. Nisso, creio, estamos – uns mais do que outros, é certo, todos de acordo.

No entanto, Sra. Secretária Regional, há aqui no vosso Programa, nesta área um facto muito estranho. Os Srs. desvalorizaram e abandonaram o PROSUCESSO...

Deputado Luis Soares (PSD): O Rodolfo está aí?!

O Orador: ... e quando o fizeram, anunciaram uma Estratégia de Educação para a Década. Foi em 2022. Depois em março de 2023, foi anunciado que a Estratégia da Educação para a próxima década seria conhecida dentro de poucos meses. Chegados aqui, não a conhecemos nem a vemos mencionada no vosso Programa!

Por isso, pergunto-lhe, abandonou a Estratégia da Educação para a década? Porquê, Sra. Secretária?

E aqui deixe que lhe diga que se a estratégia do Prosucesso era má, segundo V. Exas., eu vou usar aqui uma expressão de um amigo que uma vez me

disse, “antes ter uma má estratégia do que não ter estratégia nenhuma”.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Outra coisa, curiosa, Sra. Secretária, é a medida, que aparece na página 41 do vosso Programa de Governo: “Disponibilizar apoio escolar específico às comunidades piscatórias e agrícolas”

Mas será que agora, nos Açores, e, depois do discurso que hoje ouvimos daquela tribuna do Sr. Presidente do Governo, será que agora vai passar a haver diferenciação entre alunos? As crianças e jovens das nossas escolas são diferentes, consoante a profissão dos seus pais? Isto é criar um estigma, Sras. e Srs., um estigma que o PS/Açores jamais aceitará!

É preciso sim desenvolver com as autarquias, planos concelhios de incentivo à conclusão da escolaridade obrigatória;

É preciso sim priorizar a qualidade da educação pré-escolar, enquanto preditor de sucesso educativo e instrumento poderoso no atenuar das desigualdades sociais;

É preciso sim atribuir um número de horas de apoio a cada escola, de gestão autónoma, consoante o número de alunos e os seus percursos, as taxas de sucesso e abandono, entre tantas outras propostas, que estando presentes, agora sim, Sra. Deputada Délia, que estando presentes no nosso projeto político, estão ausentes do vosso Programa.

A escola e a educação devem servir para unir e não para separar por isso

este não é de todo um Programa de Governo que sirva os Açores e os açorianos! Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Como é de praxe, e, no meu caso, também é um gosto, sendo esta a minha primeira intervenção, gostaria de dirigir uma saudação a V. Exa., Sr. Presidente, pela sua eleição, e, desejar também, a si e aos restantes elementos da Mesa, saudando-vos, votos de bom trabalho. De igual forma, ao Sr. Presidente do Governo e às Sras. e aos Srs. Membros do Governo e a todas e a todos os Srs. Deputados regionais, votos de um bom trabalho.

Eu peço a palavra nesta área porque tenho uma dúvida em relação àquilo que consta do Programa do Governo ou, sobretudo, àquilo que não consta do Programa do Governo.

E tem a ver, em concreto, com a questão dos manuais digitais.

O Governo estabelece como objetivo no Programa o estender e concluir o processo de dotação de manuais digitais, no caso concreto, a todos os alunos do 5.º ao 12.º ano, e isso até 2026.

Esta é uma matéria na qual o Partido Socialista tinha, e tem outro

entendimento: nós achamos que aqueles que são, por um lado, os resultados de experiências mais antigas nesse domínio, bem como o relato de muitos pais e de professores, aconselharia uma reavaliação deste processo chamando pais, chamando professores para ver de que forma é que esta questão pode ser melhorada, porque há efetivamente algumas queixas. Este é um dos pontos em que há uma diferença clara entre o Programa que o Partido Socialista submeteu aos açorianos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Dos Magalhães não houve queixas!

O Orador: ..., e este Programa que os Srs. apresentam a esta Casa. O que eu gostaria era, exatamente, ouvir a Sra. Secretária Regional sobre essa matéria, porque me parece que é uma matéria importante, é uma matéria que pode condicionar o futuro das novas gerações, é uma matéria que preocupa pais, que preocupa também professores e gostava de ouvi-la sobre isso. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Creio que é desta que não há mais intervenções. Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começando por agradecer as simpáticas palavras do Sr. Deputado Lúcio Rodrigues e também aqui manifestar um compromisso com toda esta Assembleia, nós temos pautado a nossa intervenção por um espírito de franca cooperação e diálogo, e é assim que continuaremos com todos, com todas as bancadas que queiram apresentar discussão concreta e fundada essencialmente e atempada para podermos, de facto, prepararmos a nossa intervenção e auscultarmos também a comunidade.

Dito isto, Sr. Deputado Lucio Rodrigues, começo também por si, fez uma série de considerações, que muitas delas que acompanho nas preocupações que o Governo, que este Governo deve naturalmente ter, gostaria apenas de esclarecer que, no que se refere aos botes baleeiros, se é verdade que numa primeira reunião houve uma proposta que sofreu contestação e que foi pública essa contestação, da nossa parte nós fizemos uma correção, aumentámos a dotação para os valores que estavam previstos no Plano de 2023, e mais, para o Plano de 2024 tínhamos até previsto ainda um aumento de 50 %, aumento esse que depois se viu gorado, porque o Plano não foi aprovado.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Também podemos falar de 2021

A Oradora: Dito isto, Sr. Deputado António Lima, o Plano de combate ao abandono, Sr. Deputado, ao abandono precoce da educação e da formação, a Sra. Deputada Délia Melo fez essa referência. Quanto a ambições, se nós conseguirmos, obviamente, ainda melhorar os dados, assim, claro que o faremos, temos é que ter aqui alguma contenção e apresentar propostas que sejam exequíveis.

Este Plano estará também, como disse ao início, em aberto à discussão com as Sras. e Srs. Deputados, com a própria comunidade escolar e educativa, mas assenta desde já em 2 condições, uma preparação das crianças e dos jovens, desde o pré-escolar e o primeiro ciclo, começámos já a desenvolver planos de literacia, quer no domínio da língua portuguesa e da leitura, quer no domínio da matemática, pensamento computacional também, e, por outro lado, um acompanhamento que foi feito pela primeira vez que antes não se fazia dos alunos que, com 18 anos, não tendo concluído o ensino secundário, abandonavam o sistema.

O que é certo é que estes são alunos que não estão já dentro da escolaridade obrigatória e que aquilo que acontecia simplesmente é que a anterior administração se desresponsabilizava pelos casos individuais desses alunos e nós agora passamos a acompanhá-los em articulação com a qualificação profissional e o emprego.

Sr. Deputado José, estou aqui a saltar para ter áreas, Sr. Deputado José Pacheco, preocupa-nos a cultura açoriana como uma identidade no seu todo, do respeito pelos diversos agentes culturais e com a diversidade que tem a ver com as várias formas de identificação cultural e com a própria cultura, identificação açoriana nas mais variadas expressões, desde a expressão e a manifestação da música, do teatro, da dança, mas também os próprios museus e as bibliotecas que nas quais nós estamos a trabalhar e que apresentamos aqui no Programa do Governo.

Sr., deixa-me só ver se não me perco aqui, foram várias as intervenções, Sr. Deputado José Eduardo, entrando agora na área da educação, quanto ao

PROSUCESSO, aquilo que nós mais passámos a ouvir nas nossas escolas é que agora com aquele Governo, e, na expectativa que seja com este também, se passou a respirar liberdade nas nossas escolas.

Todo este Programa de Governo que nós aqui apresentamos, obviamente assenta naquela que é a estratégia do Governo para a década e que será devidamente apresentada e tem sido, aliás, sido debatida amplamente, inclusivamente no próprio Conselho Coordenador do Sistema Educativo Regional.

Sr. Deputado Pedro Neves, o controlo ao Bullying e ao Cyberbullying é feito não somente ao nível dos assistentes operacionais, é feito desde logo, pelas próprias dinâmicas que cada uma das unidades orgânicas estabelece do seu plano e que depois é articulado a nível regional. Mas quanto aos assistentes operacionais, continuaremos a trilhar este processo de consolidação da sua estabilidade no sistema, não esqueçamos que temos vindo a diminuir alunos no Sistema Educativo Regional e temos vindo a aumentar em efetividade do quadro, quer professores, quer pessoal da ação educativa, em termos de pessoal da ação educativa, este Governo colocou nos quadros 582 trabalhadores, é um trabalho que continuaremos a fazer em progresso.

Quanto às questões de educação alimentar, estão naturalmente inseridas numa referência à educação para a saúde que nós queremos promover desde o primeiro ciclo do ensino básico em termos de currículo, obviamente que no pré-escolar essa abordagem também é feita mais de uma forma mais leve.

Quanto às cantinas e os refeitórios escolares, é feito um acompanhamento e uma fiscalização das refeições, da qualidade das refeições em regime de permanência e nós, naturalmente, continuaremos a acompanhar essas situações a par dos programas que temos, inclusivamente, de combate ao desperdício alimentar também nas nossas escolas e que continuará em execução.

Já no que respeita às questões de fixação de professores que foram aqui colocadas quer pelo Sr. Deputado António Lima, quer pelo Sr. Deputado José Sousa, queria aqui dar nota de que constava do Plano e Orçamento para 2024 já uma verba específica...

Deputado José Eduardo (PS): Quanto?

A Oradora: ... para fixação de professores para podermos depois fazer a necessária regulamentação a tempo do próximo concurso interno. Como sabemos, o Plano e Orçamento foi chumbado e, portanto, agora estamos a começar de novo e vamos novamente inscrever, é esse o nosso compromisso, verba para podermos cumprir com esse desidrato.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: No que respeita às condições de mobilidade, Sr. Deputado José Sousa, para já não confirmo os números que dizia relativamente à ilha das Flores, mas tenhamos em consideração duas questões, em primeiro lugar é que a mobilidade não pode ser impedida porque nós estamos a falar

de trabalhadores que também o são no âmbito da administração pública e a mobilidade tem que ser conferida mediante, obviamente, condições de regulamentação e é isso que nós fazemos, aquilo que está a acontecer em muitas situações são os docentes que, no âmbito daquilo que está regulamentado da sua mobilidade a pedem, têm por via concursal, é um processo absolutamente transparente, e, que depois têm que ser substituídos e na ilha das Flores isso sucedeu, os problemas que nós temos com falta de professores neste momento, essencialmente e de uma forma transversal, prende-se com necessidades de substituição que vão aparecendo ao longo do ano letivo e para os quais depois já não temos uma bolsa de recrutamento centralizado. Esse é o nosso principal problema e a atenção que devemos ter e, portanto, temos em resposta também a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, de continuar a prosseguir as nossas políticas de incentivo para que novos jovens possam frequentar mestrados devidamente habilitantes para o ensino quer os da Região com a Universidade dos Açores, quer relativamente a outros que venham de fora que queiram estagiar na Região a par do acompanhamento das condições de dignificação das suas carreiras, como já demos nota disso e que estamos a implementar.

Por último, e para terminar, a questão dos manuais escolares que foi aqui colocada por três Srs. Deputados, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Nuno Barata, dar-lhe nota de que o PRR ao início estava bloqueado apenas às escolas do setor público, com a revisão do PRR, nós abrimo-lo às escolas do setor privado, podem ter acesso a esse financiamento e o que é facto é

que nós já temos colégios privados que estão a ter o financiamento e já têm manuais digitais nas suas escolas, portanto, essa abertura foi feita e nós continuaremos a fazer esse acompanhamento entre o público e naturalmente o privado.

Quanto às questões da dependência tecnológica e relativamente a tendências de outros países que também foi colocada nesse caso, também pela Sra. Deputada Oliveira Santos, dar nota em primeiro lugar, aproveitar para esclarecer aqui um ponto, o exemplo da Suécia foi a própria Ministra da Educação da Suécia, que no início do ano letivo, disse que queria abandonar o regime de manuais digitais no primeiro ciclo e no pré-escolar, não estava a falar relativamente a todo o plano e todas os ciclos e níveis de ensino. Aquilo que aconteceu foi que muitos países começaram a implementar manuais digitais desde o pré-escolar e do primeiro ciclo, o próprio Ministério da Educação também, com esse projeto de querer implementar a partir do terceiro ano de escolaridade, mas nós aqui na Região, desde o início, assumimos que só iríamos implementar a partir do 5.º ano, porque é a partir daí que os alunos têm outras competências e podem desenvolver outras competências digitais e não as do início em que é preciso competências ao nível da motricidade fina,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ...mas nos dois casos, e, respondendo também neste caso ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, e para concluir, nós temos estado a fazer esse acompanhamento dos manuais digitais, é uma questão, sempre o assumimos, é disruptiva, não é fácil de implementar, implica e tem de

implicar alterações de dinâmicas de sala de aula, temo-lo feito, fizemos já várias avaliações da implementação dos manuais digitais, inclusivamente discutimo-la e apresentamo-las no Conselho Coordenador do Sistema Educativo Regional e vamos implementar muito em breve também, já temos preparado um novo sistema de avaliação, que seja aplicado aos alunos e aos próprios pais e encarregados de educação. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sras. Secretária Regional, Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 17h45.

Eram 17 horas e 14 minutos.

Eram 17 horas e 48 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nosso trabalhos. Pergunto à Câmara, na sequência dos esclarecimentos prestados pela Sra. Secretária Regional da Educação, se há mais pedidos de esclarecimento? Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sr.es Membros do Governo Regional:

Sra. Secretária, fiquei com dúvidas quanto aos seus esclarecimentos, aliás, por aquilo que eu percebi, não respondeu à minha pergunta sobre o relatório do Pisa. Portanto, gostaria de saber se foi esquecimento ou se ...

(Aparte inaudível)

A Oradora: Obrigado, agradeço então.

Por outro lado, gostaria de insistir na questão dos manuais digitais, não é só na Suécia que recuaram. Eu realmente não vi - acredito na sua palavra que tenha sido só nos alunos do primeiro ciclo e que no nosso caso, é a partir do 5.º até ao 12º ano - em todo o caso, não é só da Suécia que vem esses alertas, a própria UNESCO também alerta para este problema das dependências digitais. Também na França, também na Holanda, é uma questão que tem preocupado muito os pais, encarregados de educação, alunos, professores, toda a comunidade escolar.

Perguntei à Sra. Secretária, se aqui na Região, já tinha sido feita alguma avaliação ao impacto nesses jovens, nesses pais? Também não percebi se fez, realmente, aqui na Região esse relatório e se fez, onde é que estão as respostas? Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Secretária Regional, pretende responder, como não há mais inscrições? Faça favor, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr.es Membros do Governo:

Sra. Deputada Olivéria Santos, peço desculpa e de facto foi um lapso da minha parte.

Quanto às dependências digitais, nós sabemos que estão a ser tratadas no âmbito das dependências. No caso das escolas, temos até um programa destinado aos alunos e aos pais também. Já fizemos até massive open online courses para pais, relativamente a essa temática, continuaremos a fazê-lo. Agora, a questão das dependências não é necessariamente incompatível, pelo contrário, deve obrigar à necessária formação para uma adequada utilização da tecnologia e é esse o trabalho que nós estamos a fazer.

Quanto ao Pisa, e neste caso, a colocar na questão do Pisa toda a questão da promoção do próprio sucesso escolar.

Como fiz referência, mas não diretamente a este caso, nós temos os nossos projetos educativos que começam com a promoção da literacia no âmbito, logo do primeiro ciclo, da leitura e da matemática. Temos também projetos de revisão curricular que inclusivamente, pretendem criar especialidade em ofícios que depois façam a ponte com o ensino profissional. Isto no âmbito

dos outros projetos, mas queria destacar estes como grandes linhas que nós queremos ver implementadas numa reforma curricular.

Muito obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): E o Pisa?

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro):

Eu comecei pelo Pisa!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Vamos avançar. Está inscrita a Sra. Deputada Marta Matos para uma intervenção. Dou-lhe a palavra Sra. Deputada, faça favor.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Ao abrir o Programa do XIV Governo dos Açores lê-se, de imediato, nas primeiras linhas: *“O XIV Governo dos Açores surge como a consolidação de um rumo para a Região Autónoma dos Açores, comprometido com um caminho de continuidade...”*

Confesso que não deixa de ser preocupante pensar naquilo que representa para o setor cultural da nossa Região a “consolidação do rumo” e a “continuidade do caminho” que o Governo escolheu seguir para a Cultura. A Cultura foi desprezada, o investimento e os apoios foram diminuídos, os compromissos assumidos com o setor não foram cumpridos.

E, portanto, quando os pressupostos, os protagonistas e os objetivos se assumem como sendo os mesmos, não podemos deixar de nos mostrar responsável e conscientemente discordantes.

Eu diria que o problema não está nas palavras nem nos textos. Quando diz e quando escreve, o Governo Regional afirma a importância da Cultura; reconhece a riqueza patrimonial, social e cultural da nossa Região; salienta até a vitalidade das nossas coletividades, associações e instituições de cariz cultural...

O problema está na prática! E na já demonstrada incapacidade do Governo Regional para agir e concretizar.

A Cultura está ao abandono por falta de visão, por falta de estratégia, por falta uma verdadeira política cultural nos Açores!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

A Oradora: A verdade é que, dificilmente, se pode governar bem sobre aquilo que não se entende. E falta entender tanto!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Falta entender, por exemplo, que a valorização do setor cultural não se faz pela mera compilação de medidas programáticas, sendo necessária uma ação efetiva e concertada entre o poder político e a sociedade civil, fazendo dessa valorização um objetivo amplo para toda a região, para todas as ilhas, para todos os concelhos e freguesias.

Falta tratar todos os cidadãos como intervenientes, como participantes, e não como uma mera audiência, sob pena de estarmos a caminhar para um tempo em que teremos indivíduos cada vez menos capazes de participar ativamente numa sociedade livre e democrática.

Falta melhorar a fruição pública do património, que não pode ser tratado como arquivo morto.

Falta apoiar a profissionalização dos artistas e das estruturas criativas, respondendo às exigências do tecido criativo e assegurando a sustentabilidade e coesão do setor nos Açores.

Falta reformar profundamente, em diálogo com os agentes do setor, a legislação em vigor, nomeadamente, a que se refere ao financiamento de atividades e à atribuição de apoios e prémios.

Falta promover a circulação interna de projetos e de artistas regionais; promover a partilha de conteúdos e o trabalho em rede; aumentar e melhorar as dinâmicas de participação e de criação artística, respondendo às assimetrias de um território geograficamente disperso.

Somos a Terra de Natália e de Nemésio. Terra de bandas filarmónicas, grupos folclóricos e etnográficos, danças e bailinhos, Festas do Espírito Santo... E ao lado das manifestações culturais que se confundem com a nossa própria história, coexistem, de mãos dadas, novas formas de expressão artística na dança, teatro, texto, pantomina, circo, performance... Mas faltam respostas adaptadas à pluralidade dos atores que interagem neste palco.

Falta assumir que a Cultura não é supérflua e que quando se entende ser necessário cortar no investimento público, a Cultura não pode ser a primeira área a ser afetada como se representasse apenas um fardo orçamental.

Note-se que embora o programa eleitoral da coligação se propusesse reformular os apoios públicos aos agentes culturais, aumentando a certeza, a previsibilidade e o pagamento atempado dos apoios concedidos, e estabelecendo prazos limite para análise das candidaturas e para a conclusão dos processos de apoio ao projetos, o Programa do Governo é completamente omissos em relação à revisão do Regime Jurídico de Apoio às Atividades Culturais.

Estamos praticamente a atingir o final do primeiro trimestre de 2024, e continuamos diariamente a ouvir e a receber reclamações e votos de protesto de associações culturais que ainda não receberam a totalidade dos apoios relativos ao ano passado, numa demonstração clara de que os valores e os princípios que o Governo apregoa não são aqueles que pratica. É a dura realidade que se vive na Cultura que desmente e que não sustenta o Programa de governação que aqui nos é apresentado.

Este não é, Sras. e Srs. deputados, o caminho que defendemos para os Açores.

Defendemos uma relação das políticas públicas com a Cultura que A assumam em toda a sua plenitude, não como um mero compartimento da ação pública, mas como um vetor transversal às várias áreas da nossa vivência comunitária, articulando-a com a Educação, com a Economia, com o Turismo, com as Políticas Sociais...

Defendemos a Cultura como efetivo instrumento de desenvolvimento e de progresso, de afirmação identitária e de reforço autonómico; como fator de

sustentabilidade e ferramenta crucial para a construção de uma Região coesa.

Defendemos a Cultura como algo que deve ser participado: partir de todos e ser para todos!

Mas no caminho que o Governo Regional insiste e se orgulha de continuar a percorrer, segue tão alheado que nem se dá conta de que deixou para trás a Cultura e, inevitavelmente, os Açores.

Por esse caminho, nós não seguimos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há inscrições para pedidos de esclarecimento a esta intervenção? Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr.es Membros do Governo Regional:

Se há coisa que marca a nossa identidade, além da geografia, é necessariamente a cultura. Sobre isso, não haverá dúvidas, nem dúvidas também haverá sobre a necessidade de preservarmos, com as dinâmicas que são próprias de uma sociedade evoluída, as nossas expressões artísticas que enformam, no fundo, a nossa cultura.

Mas, como aconteceu noutras intervenções da bancada do Partido Socialista, também esta afina em tom menor.

E afina em tom menor numa lamúria permanente de que tudo corre mal, tudo correu mal e de que tudo falta.

Vamos por partes.

Nem tudo correu bem, é evidente. Nunca pode correr tudo bem.

Algumas vezes, porventura, poderá correr tudo mal.

Não se fez tudo?

Seguramente também não.

Mas, Sra. Deputada Marta Matos, se falta tudo aquilo que aqui anunciou, por que razão isso não foi feito?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Bem lembrado!

O Orador: Metade? Eu não direi tudo, metade daquilo que anunciou que não existe, não desapareceu, não deixou de ser feito, não se evaporou nestes três anos de governação do PSD, CDS-PP e PPM.

Deputada Délia Melo (PSD): Exatamente!

O Orador: E, portanto, o que a Sra. acaba de fazer, e essa parte fica-lhe bem, permita-me que o diga, é um ato de contrição ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... por aquilo que o Partido Socialista não fez pela cultura dos Açores em 24 anos de governação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Aliás, fazendo um bocadinho apelo à memória, por instantes, julguei que a Sra. Deputada Marta Matos viesse dizer o que lhe faltou dizer em novembro passado, quando também discutimos esta matéria por altura da discussão do Plano e Orçamento para 2024, que os Sr.es chumbaram, que era pedir desculpa aos agentes culturais, no fundo, aos açorianos, pelos anos de engano do Partido Socialista, que inscreveu mais de meio milhão de euros nos planos e orçamentos para iniciar o museu da construção naval na sua freguesia e que nem uma pedra deixou lá. Perdeu, mais uma vez a oportunidade de o fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Nem tudo, repito, nem tudo correu bem na cultura e o nosso propósito e a confiança que os açorianos maioritariamente nos deram é para que se faça mais e melhor nos anos que aí vem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas a Sra. perde a autoridade moral para exigir e para criticar nos termos em que o fez. Sabe porquê? Porque o, ainda, presidente do seu partido, dois ou três dias depois dos açorianos conferirem, de uma forma clara, o encargo ao PSD, ao CDS e ao PPM de governarem a Região, disse: “Esses Sr.es não governam. Com este programa, não vamos lá!” E, portanto, a Sra. perdeu autoridade moral para exigir o que quer que seja e

não pode dizer: “os Sr.es têm que governar, têm que fazer.” Ao mesmo tempo que dizem: “Com o nosso voto, os Sr.es não fazem.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Têm-se que se decidir, eu sei que estão nessa ambivalência. É um problema grave, dizem os psicólogos e os psiquiatras. Os Sr.es é que têm que resolver o assunto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições? Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação, faça favor.

(*) Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr.es Membros do Governo:

Queria aqui prestar um esclarecimento quanto à questão dos pagamentos do ano passado. Para começar, um esclarecimento que nós já prestamos à comunicação social e que se prende com aquilo que são os pagamentos nas segundas tranches. Não é de agora, já é de há muito tempo que os pagamentos para atividades culturais acima de 5000€ são pagos em duas tranches: a primeira tranche aquando da constituição do protocolo, a segunda tranche depois da atividade se ter realizado, depois da entrega do relatório de realização dessas atividades pelos agentes culturais, acompanhado das devidas faturas e dos devidos recibos. E só depois de nós

termos esse processo concluído só depois de se verificar que o dinheiro é bem empregue é que nós podemos pagar a segunda tranche. Isso foi feito em janeiro. Nalguns agentes culturais, ainda não fizeram, porque, naturalmente, as suas atividades ainda estão a decorrer e quando é feito nós pagamos e, portanto, não há incumprimento.

Em segundo lugar, quanto aos compromissos, também não houve diminuição de compromissos e quanto a entendimentos, o nosso entendimento é que deve haver uma humildade democrática no sentido de nós auscultarmos os agentes do setor e, relativamente ao regime jurídico de apoio às atividades culturais foi precisamente isso que nós fizemos, colocamos em auscultação pública por 30 dias, uma proposta de alteração do regulamento, alterámos o regulamento de acordo com as propostas que nos foram entregues, fizemos reuniões com as entidades que nos apresentaram estas propostas e ele sairá em breve, coisa que o Partido Socialista nunca fez.

Muito obrigado.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Pergunto se há alguma inscrição, ainda nesta área? Sr. Deputado José Sousa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários:

Eu quero ser breve, é só para fazer aqui uma pequena pergunta, que é: pretendem os Sr.es ter um apoio para os alunos que têm que se deslocar das suas ilhas para outra ilha qualquer, para ter acesso a uma área do seu interesse no ensino secundário?

É normal que não possam fornecer todas as áreas que existem em pequenas ilhas, porque não é viável, mas também não existe qualquer apoio para esses alunos que tenham que sair da sua ilha. Estão limitados às escolhas e propostas que existem e muitas vezes os pais não têm capacidade financeira para que eles possam estudar aquilo que realmente gostam e serem profissionais exímios, profissionais vocacionados e com empenho.

Portanto, eu gostaria de saber se existe a possibilidade de haver um apoio destes?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Secretária Regional da Educação, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sendo também muito sucinta, Sr. Deputado, frisando que nós temos feito um reforço muito substancial na ação social escolar com repercussões muito específicas às famílias e aos alunos, temos também apoios quando os alunos se deslocam e quando os alunos entram pela primeira vez na universidade. Relativamente a outras modalidades, podemos sempre discuti-las, a par de outras dinâmicas de acompanhamento dos alunos também no ensino secundário.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições, pedidos de esclarecimento nesta área governativa? Não havendo, vamos avançar para a próxima. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor, Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (*Mónica Seidi*):

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Excelentíssimas Sras. e Srs. Deputados, Excelentíssimo Sr. Presidente do Governo Regional, Excelentíssimo Sr. Vice-Presidente, Excelentíssimas Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Os açorianos reconheceram e manifestaram a sua confiança no trabalho desenvolvido nos últimos três anos de governação, pois o nosso foco esteve sempre nas pessoas e no seu bem-estar, e é assim que queremos continuar a trabalhar diariamente.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: O XIV Governo Regional continuará a assumir os cuidados de saúde como uma prioridade, sendo a capacitação do Serviço Regional de Saúde com meios humanos e materiais um forte complemento deste compromisso.

Queremos continuar a nossa aposta em ter um Sistema de Saúde de proximidade e de resposta célere, assente em cinco prioridades:

- 1 - A humanização do sector para cuidar de quem precisa;
- 2 - A promoção da saúde e a prevenção da doença;
- 3 - A igualdade no acesso à saúde;
- 4 - A complementaridade entre as instituições do Serviço Regional de Saúde;
- 5 - A articulação com o setor privado e social para combater eficazmente as listas de espera;

Prioridades que só se alcançam se os profissionais de saúde, o maior ativo do Serviço Regional de Saúde, se sentirem parte integrante deste processo. Não iremos, por isso, descurar os nossos compromissos de continuar a valorizar de forma justa as carreiras do setor da Saúde. E são eles:

- A aplicação da Lei 34/2021 à carreira dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica da Região Autónoma dos Açores;
- Reposicionar os enfermeiros gestores e os enfermeiros especialistas do escalão intermédio sem que percam pontos e negociar o pagamento dos retroativos das valorizações anteriores;

- Na carreira médica, este será o tempo de proceder à avaliação de desempenho destes profissionais, estava congelada desde 2008;
- E finalmente poderemos integrar os contratos covid-19;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Hoje trago comigo confiança - porque já fizemos tanto em tão pouco tempo, e podemos fazer muito mais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E aquilo a que nos propomos é efetivamente ambicioso.

Para os doentes crónicos, em breve passará a ser possível, e com recurso a uma plataforma informática, o levantamento da medicação habitual diretamente nas farmácias, sem intervenção qualquer do centro de saúde, simplificando assim este processo.

Reconhecendo que a principal queixa dos nossos utentes é o tempo de espera não só para cirurgias, mas também para exames e consultas, iremos trabalhar em soluções para a sua melhor e mais rápida resolução, nomeadamente:

- A Criação da Lista de Espera única e centralizada para consultas e exames, possibilitando ao utente acompanhar a sua posição de forma mais transparente, o que será uma mais-valia para a boa gestão dos Tempos Máximos de Resposta Garantida;

- Para dar resposta aos Cuidados de Saúde Primários no âmbito das consultas de especialidade e exames complementares de diagnóstico, iremos concluir a implementação do cheque saúde;
- A nível hospitalar, o programa DIAGNOSIS será o programa de recuperação de listas de espera para consultas de especialidades não cirúrgicas e exames, sem descuidar a implementação de medidas para o aumento da produtividade dos serviços públicos nos tempos normais de atividade e a sua avaliação permanente.

O nosso maior propósito é o de desenvolver e implementar políticas que melhorem o atendimento aos nossos utentes, assim como a sua qualidade de vida, menorizando, sempre que possível, o efeito da doença.

Assim, iremos priorizar a implementação de projetos que assentam em cuidados de saúde de maior proximidade, como o alargamento do projeto “enfermeiro de família” a todas as ilhas, projeto este em que os Açores são pioneiros.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Apostaremos também na hospitalização domiciliária como alternativa ao internamento convencional, possibilitando que o utente, desde que tenha condições clínicas e sociais, seja tratado em sua casa.

Reconhecendo as dificuldades que o Serviço Regional de Saúde tem de ultrapassar, e que também são fruto da nossa condição arquipelágica, o Hospital Digital será uma verdadeira medida transformista para os nossos utentes e profissionais de saúde.

Desde já por garantir uma melhoria significativa no acesso do utente ao Serviço Regional de Saúde, e também por via da digitalização deste setor, transformando a telemedicina na Região em prática recorrente, sempre que tal seja clinicamente possível.

O projeto MUSA - Modelo Único de Saúde nos Açores -, já adjudicado, está neste momento em fase de análise e planeamento, sendo expectável que até ao final do 3.º trimestre de 2024 tenhamos os primeiros testes da aplicação móvel que servirá os utentes e os profissionais de saúde.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo Regional, Exmo. Sr. Vice-Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Nos últimos três anos de governação, as famílias e as pessoas estiveram sempre em primeiro lugar.

E é nos momentos piores que essas famílias e essas pessoas precisam de mais ajuda, sobretudo as mais vulneráveis. Por isso, garantir a proteção social dos que se encontram em situação fragilizada é uma prioridade que se mantém, promovendo as respostas necessárias de apoio à infância, à juventude, aos idosos e à família, à invalidez, à pessoa com deficiência, às vítimas de violência doméstica, às famílias disfuncionais, aos

toxicodependentes, aos sem-abrigo, aos emigrantes deportados, à pobreza e à exclusão social.

Os excelentes resultados dos últimos três anos não podem ser interrompidos – assim exigiram os açorianos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Em termos demográficos, temos de continuar a lutar pela fixação da população, bem como pelo aumento da natalidade.

Por isso, o programa “Nascer Mais” será alargado a todos os concelhos da Região, apoiando os recém-nascidos com 1.500 euros.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: No que respeita ao envelhecimento ativo, o Programa “Novos Idosos”, que é um exemplo da mudança de paradigma que o XIII Governo implementou nos Açores, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... será também replicado em todos os nossos concelhos em 2024, totalizando 425 idosos abrangidos.

O Compamid, que tem vindo a registar um crescimento exponencial de beneficiários, será alargado à pessoa com deficiência.

Outra medida impactante na vida das famílias, e que terá continuidade com o XIV Governo, diz respeito à gratuitidade de lugares em creche. Pretendemos assim aumentar o número de creches e mini-creches até à satisfação das necessidades e instituir uma lista de espera única e centralizada para acesso a esta resposta social, respeitando a geografia e a

comunidade. Posso acrescentar que a ferramenta informática está concluída e pronta a entrar em teste.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Mas os excelentes resultados alcançados nos últimos três anos não nos devem impedir de inovar, e a Estratégia Regional para a Inclusão da Pessoa com Deficiência é disso um excelente exemplo que queremos implementar o quanto antes. Assente em oito eixos, envolvendo vários departamentos do Governo, este é já um documento de referência a nível nacional.

Há que continuar a reforçar as políticas de combate à pobreza e exclusão social, com a participação e cooperação ativa das IPSS e Misericórdias. Neste sentido, e após ter sido entregue à tutela em fevereiro, pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pretendemos operacionalizar o Plano Regional para a Inclusão Social e a Cidadania (PRISC).

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: Vamos assim continuar a criar condições de desenvolvimento económico e de competências pessoais, e promover a inclusão social e laboral, quebrando o ciclo de pobreza.

Defendemos que este é o verdadeiro caminho para reduzir o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção com capacidade de trabalho, no entendimento de que este é um apoio de carácter transitório. De forma sustentada, este número tem vindo efetivamente a diminuir, descendo em dezembro de 2023 cerca de 9.300 beneficiários, comparando o período homólogo de dezembro de 2019.

Por último, quero deixar uma palavra às instituições que formam o pilar da nossa Segurança Social.

O trabalho que vamos, a partir de agora, realizar juntos é de particular importância porque, como sabemos, o modo como uma sociedade cuida dos mais desfavorecidos, define-a na sua mais profunda humanidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E os mais desfavorecidos são precisamente, os que estão nas franjas da sociedade, lutando contra o desemprego, contra a pobreza ou a doença e merecem todo o nosso apoio.

Disse!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimentos. Está inscrito o Sr. Deputado José Toste, a quem dou a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Toste (PS)**: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. **Membros do Governo**. É com orgulho, sentido de responsabilidade e consciência da importância desta Instituição para o projeto autonómico, que, pela primeira vez, uso da palavra nesta Assembleia para discorrer sobre um dos principais pilares da nossa Autonomia e que tem um impacto direto no dia a dia dos açorianos: **O Serviço Regional de Saúde!**

Bem sei, que a área da Saúde não se limita ao Serviço Regional de Saúde, mas também sei, que o Serviço Regional de Saúde é a única resposta que é abrangente, universal e tendencialmente gratuita para todos os Açorianos e que, até mesmo, quando essa resposta é assegurada através de convenções, com o sector privado ou social, não deixa de ser uma resposta do Serviço Regional de Saúde, porque sujeita àqueles princípios e por este, integralmente, financiada.

Deste modo, só com medidas que permitissem um Serviço Regional de Saúde mais forte, mais robusto e mais bem capacitado para responder aos utentes é que se poderia ambicionar a uma efetiva coesão dos Açores na área da saúde, com reais impactos na demografia e na sustentabilidade intergeracional, que fosse o reflexo de uma Autonomia, que se pretende, pujante e capaz!

Mas, Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, estas medidas estão ausentes do Programa do Governo, um programa que, por isso

mesmo, não serve ao Serviço Regional de Saúde, não serve aos Açores e não serve aos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vamos a exemplos!

Não se pode desassociar o reforço do Serviço Regional de Saúde da existência de um Plano Regional de Saúde, ou seja, de um documento estratégico que oriente as atividades de promoção da saúde.

O anterior Plano deixou de vigorar em 2021 e até à presente data não foi apresentado o novo plano, que apesar de apregoado aos sete ventos, pelos vistos, foi já abandonado.

Sra. Secretária Regional, onde para o Plano Regional de Saúde (2021 - 2030)? Porque no Programa do Governo, nem enunciado está!

E sendo este um instrumento essencial para o reforço do Serviço Regional de Saúde, a sua não menção, indicia, desde logo, a ausência de uma visão estratégica, de uma visão de desenvolvimento futuro, para o setor da saúde na Região.

Por outro lado, para que o Serviço Regional de Saúde seja um garante da coesão regional não se pode ignorar aquelas que são as necessidades, cada vez mais prementes, em matéria de recursos humanos, com especial destaque para os médicos especialistas onde um corpo clínico cada vez mais envelhecido tem sido incapaz de se renovar na sua plenitude.

Mas não ignorar essa realidade, não se basta com o enunciar esta problemática, que é por todos reconhecida, é necessário agir, elaborando de imediato um levantamento das necessidades de recursos humanos, que possibilite uma correta ponderação das prioridades em matéria de formação, captação e fixação de recursos humanos e, simultaneamente, porque é urgente, capacitar hospitais e centros de saúde para a obtenção de idoneidades formativas médicas, ponderando, em diálogo com a Ordem do Médicos, a possibilidade de idoneidades partilhadas pelos diversos serviços da Região de uma mesma especialidade.

Sra. Secretária Regional, não considera urgente a realização de um levantamento das necessidades de recursos humanos?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): O Sr. votou contra no Plano!

O Orador: Não considera fundamental alargar o número de serviços com idoneidade formativa na Região?

Se sim, permita-me que lhe diga que do Programa do Governo não consta uma única medida tendente ao levantamento daquelas necessidades ou ao alargamento das idoneidades formativas.

Por fim, colocando no centro desta intervenção os utentes do Serviço Regional de Saúde, à imagem do que proclama, mas, infelizmente, não concretiza, o Programa de Governo, impõe-se questionar: Sra. Secretária Regional onde estão as propostas em matéria de saúde escolar e literacia em saúde, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): No plano regional de saúde!

O Orador: Onde estão as propostas em matéria de doença mental grave, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Na estrutura regional!

O Orador: ... que permitam a melhoria das, por vezes degradantes, infraestruturas dos institutos hospitalares que são praticamente a única resposta existente na Região? Onde estão as propostas em matéria de saúde oral? Por fim, onde estão as propostas em matéria de deslocação de doentes, que permitam, no imediato, não daqui a três ou quatro anos, garantir que todo o utente deslocado dentro ou fora da Região têm uma resposta de alojamento comportável no valor da diária, independentemente da sua atualização.

A resposta é simples Sra. Secretária: Neste Programa do Governo não estão!

Perante todas estas dúvidas às quais o Programa de Governo é incapaz de oferecer uma qualquer resposta, por mais simples que seja, impõe-se necessariamente a repetição da conclusão de que este é um programa que não serve o Serviço Regional de Saúde, não serve a Saúde nos Açores e não serve a saúde dos açorianos.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, que hoje de verde esperança veio vestida e muito bem vestida, mas como eu sou do Benfica, lembro-me sempre é do vermelho dos carrinhos dos bombeiros que a Sra. muito manda umas fotos, mas eu nunca vejo os *coriscos* dos carrinhos dos bombeiros. Eu estou à espera desses carros dos bombeiros como do *pão para a boca!* Mas, é assim, três anos depois, uma coisa que devia ter demorado meses, não chegou.

Mas não foi disso que eu vim falar, não se alegre, que sobre os carros dos bombeiros eu e as corporações já desistimos de acreditar em vocês.

Eu sei que vocês acreditam em tudo, só falta acreditar no Pai Natal, que também é vermelho.

Agora, falando de assuntos sérios, o cheque pequenino que o Chega muito se orgulha de ter tido o maior aumento que foi histórico e que agora o Governo diz, *fomos nós, fomos, nós fomos nós*. Pois claro, foram eles que deram o dinheiro, mas nós é que tivemos que insistir. No último orçamento tinha um aumento de 5 % e agora diz no Programa do Governo que vai ter um aumento, tendo em conta a inflação, o PIB, etc. Para as pessoas estão em casa, que não sabem o que é nem a inflação, nem o PIB, mas sabem o que é um carro dos bombeiros e sabem o que é o cheque pequenino

é o mesmo que dizer: *isto vai aumentar poucachinho*. E a pergunta que eu coloco, Sra. Secretária, que agora ficou com este *menino ao colo*, do cheque pequenino, é se os nossos idosos não merecem muito mais respeito e, pelo menos, no patamar mais baixo, naquele patamar dos 300 €, não mereciam esses idosos, um aumento de, pelo menos, 30% para nós começarmos a aproximar essas miseráveis pensões, daquilo que é um ordenado mínimo e que as pessoas possam comer, possam viver. É a única coisa que se pede em nome dos idosos e não é bater palminhas e dizer fomos nós, fomos nós e continuamos a querer oferecer uma miséria.

Sra. Secretária aguardo pela sua resposta.

Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A saúde é, de facto, uma das áreas mais importantes da governação e uma das que mais nos preocupa neste Programa do Governo. Para cada problema da saúde este Programa de Governo aponta uma única solução, um cheque.

Agora a novidade deste Programa do Governo é nos cuidados de saúde primários, ou seja, nos centros de saúde, o utente dirige-se ao centro de saúde, à lista de espera e nem sequer, reencaminhando os utentes para os hospitais, já se vai dar um cheque para ir ao privado. Esta é a solução que o Governo nos apresenta neste Programa de Governo, está escrita exatamente desta forma no Programa de Governo, sem passar pelo hospital.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Não leu bem!

O Orador: Ora, essa opção é a desistência do serviço regional de saúde e tem outro problema. ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É a resposta aos utentes!

O Orador: ... o setor privado da saúde, no país e nos Açores em particular, quase todos os profissionais que lá trabalham são profissionais do setor público. Dou-vos o exemplo do maior e único hospital privado que está nos Açores, na ilha de São Miguel, em que 93% dos seus médicos são médicos do setor público, 93%!

Ora, aquilo que o Governo está a dizer é que o mesmo médico que podia tratar e ver esse doente no setor público, vai vê-lo no privado, pago pelo orçamento da Região. Isso é uma mera transferência de dinheiro dos contribuintes para o setor privado, sem qualquer benefício para os utentes, que a prazo será claramente a morte, a destruição do serviço regional de saúde tal qual o conhecemos.

É um erro histórico que o Governo prepara-se para cometer.

A solução é investir no serviço regional de saúde, por exemplo, em nada neste Programa de Governo se fala no regime de dedicação exclusiva dos médicos e que tem que existir nos Açores e tem que ser melhor do que existe a nível nacional, se não nos Açores vamos ficar a ver navios, médicos nem vê-los e a Sra. Secretária está tranquila, nem fala desse assunto na sua intervenção, sabendo que isto, a prazo, com as condições que há a nível nacional, que não são boas, mas são melhores do que as que existem nos Açores, os Açores ficarão numa situação dramática.

Na área social, Sra. Secretária, resumo esta intervenção a duas questões: quantas creches irá construir o Governo nesta legislatura? Fala em aumentar a resposta, quero saber quantas creches?

Quantas estruturas residenciais para idosos vai construir o Governo nesta legislatura? É que o que o programa Novos Idosos, para além de ter vários problemas, tem boas soluções, mas tem problemas e um dia teremos oportunidade de o debater, não é solução para toda a gente, nem para todas as situações e há muita gente que não tem solução e o compromisso que gostaria de ouvir é: quantos? Números? Quantas estruturas residenciais para idosos? Quantas creches?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, Sr.es Membros do Governo:

Foi com agrado que o Chega viu que finalmente o Nascer Mais vai ser alargado para todos os açorianos, portanto, é com agrado, porque é uma proposta do Chega, é preciso não esquecer que foi o Chega que trouxe essa proposta à Assembleia e finalmente essa proposta caminha para a ideia inicial do Chega. Foi uma proposta que foi desvirtuada, porque no início, quando o Chega trouxe essa proposta, era precisamente para ser para todos os açorianos e não só para alguns. Finalmente, agora vemos com agrado que será para todos os açorianos.

A minha pergunta é, como é que esse Nascer Mais vai ser atribuído? Vai ser igual para todos os açorianos ou vai ser por patamares?

A minha outra pergunta é se vai seguir os mesmos moldes, se será para ser utilizada apenas nas farmácias, ou se já há alguma outra solução, alguma outra opção mais alargada na Região?

Tenho ainda uma outra pergunta para a Sra. Secretária, tem a ver com o aumento do número de creches, porque diz no vosso programa *até a satisfação das necessidades*, a minha pergunta é, quais vão ser os critérios para a prioridade nas creches? Quem vai ter prioridade nessas novas creches e nas creches que já existem? É que se forem os mesmos de sempre, não faz muito sentido. Nós entendemos que quem deve ter prioridade nas creches devem ser os pais que trabalham e depois os restantes. Obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Nuno Barata faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Sr.es Deputados, Sr. Presidente e Sr.es Membros do Governo:

Sobre esta área de governação três notas muito rápidas: uma de agrado, um pedido de esclarecimento e uma nota final que vem também ao encontro de alguns pedidos de esclarecimento que já aqui foram feitos esta tarde.

Uma nota de agrado, em primeiro lugar, pela previsão de possibilitar a renovação da medicação crónica nas farmácias, uma medida de simplificação de processos bastante importante para as famílias, bastante importante para aliviar o serviço regional de saúde de alguma burocracia e que vai de facto facilitar a vida, quer de uns, quer de outros. Falo como pai de dois destes utentes que ciclicamente são obrigados a ir uma consulta médica apenas para obter essas receitas.

Um pedido de esclarecimento, relativamente à criação da autoridade regional de saúde. Para quê? Com que competências? E essa minha preocupação reveste-se de relevante importância, porque eu estou escaldado, como o povo costuma dizer: *gato escaldado de água fria tem medo*.

Estou escaldado dos atropelos à Constituição, dos atropelos aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e é bom que esta nova autoridade

regional de saúde não sirva, como serviram no passado, circulares normativas, despachos do Conselho de Governo, para violar direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, em sede de coisas que ninguém sabia bem o que era. Aconteceu e eu temo que volte a acontecer e que isto que aqui está escrito numa única linha e sem ser clara, possa ser um caminho, uma porta aberta para estas questões e é por isso que peço esse esclarecimento.

Relativamente às creches gratuitas, uma questão que aqui já foi colocada, apenas um reparo, é que relativamente às creches gratuitas, todos nós estamos de acordo, acho que ninguém aqui é contra. Aliás, não faz sentido apelos à natalidade, ao combate do deserto demográfico e depois não termos essas respostas, mas é preciso concretizar com oferta. Do lado da oferta é que se resolve esse problema, porque não serve de nada pagar as creches e nem pagando se conseguir uma vaga. E, neste sentido, é importante perceber uma coisa, porque é que há mercado e porque é que não há oferta? Se a Sra. Secretária Regional tentar abrir uma creche privada, vai perceber porque é que isto acontece e, portanto, tanto aqui também, como na nota que fiz de apreço, na medida anterior, é importante rever o processo que permite aos empreendedores, aos privados investirem nesse setor, porque é de facto muito complicado um cidadão, um empreendedor, uma pequena empresa, constituir uma creche, seja ela para ser paga pelo erário público, seja ela para ser paga pelo cidadão que tem posses para pagar.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sr.es Membros do Governo.

A pergunta que eu tenho a fazer aqui à Sra. Secretária da Saúde é aqui uma questão muito simples: no vosso Programa do Governo vejo que dizem que vão alargar o Compamid aos cidadãos com deficiência. No entanto, consultando o decreto legislativo regional que remonta a 2008, eu vejo que isso já existe. Existe para os cidadãos com deficiência acima de 80%.

Isto quer dizer que no novo programa vai reduzir o grau de deficiência, ou vai ajustar algum tipo de deficiência? E, nesse sentido, eu gostava que me respondesse. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Naquela que é também a minha primeira intervenção nesta Assembleia, quero em primeiro lugar felicitar também o Sr. Presidente da Assembleia, colega e amigo Luís Garcia e na pessoa dele, obviamente, a restante Mesa, desejar a todos os colegas, aos que continuam e aos que iniciam funções,

votos dos maiores sucessos no desenvolvimento dos trabalhos parlamentares.

Ao Sr. Presidente do Governo e restante executivo, naturalmente, também uma palavra de felicitação pela avaliação que os açorianos fizeram do trabalho desenvolvido e, portanto, o meu cumprimento e felicitação dirigida a todos.

Permitam-me um cumprimento especial de acolhimento ao Sr. Secretário do Mar e Pescas, caro amigo, que também inicia agora uma missão numa área que também domina.

No âmbito da apresentação deste Programa de Governo, falamos de saúde. É, de facto, uma das grandes preocupações que o ser humano tem e, por isso mesmo, foi uma prioridade deste XIV Governo dos Açores. Colocamos no passado e continuamos a colocar em primeiro lugar a promoção da saúde, a prevenção da doença, em qualquer uma das fases do ciclo de vida e, como não podia deixar de ser, o utente, como a Sra. Secretária aqui já bem disse, foi nesta legislatura que recentemente terminou, de facto o nosso foco, sob pena de efetivamente se terem adiado outras áreas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sr. Deputado José Toste, prometeu responsabilidade no início da sua intervenção, mas julgo que não foi também o que assistimos. Restringir-se a falar do plano regional de saúde, ignorando as mais de 40 medidas que este programa inclui, todas elas resultantes de um profundo conhecimento daquilo que é a realidade açoriana, ...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... de uma identificação de necessidades, de estabelecimento de prioridades, de seleção de estratégias, não foi, a meu ver, sinal de responsabilidade.

Deputados Délia Melo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Até porque, Sr. Deputado, o plano regional de saúde, o último da autoria do Partido Socialista, já várias vezes foi frisado as 43 medidas que tinha, não atingiu um quarto dessas metas durante o período da sua vigência.

Surpreende-me, mas registo com agrado a preocupação, até porque o último plano vigorava até ao final de 2020 e, para grande surpresa, em novembro de 2020, quando o PS não é indigitado Governo, não havia nem um rascunho desse documento e, portanto, a dois meses do início do novo ano.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Mas registo com agrado ainda assim.

De qualquer forma e porque o que interessa é de facto falar do futuro, é isso que os açorianos esperam de nós e a realidade é que de facto, concordamos, há um gritante défice de recursos humanos, um estado degradante das instalações e equipamentos que à saúde dizem respeito, mas ainda assim, este programa, bem como os que antecederam, elegeram a igualdade no acesso à saúde e a procura de respostas céleres como prioridade e connosco estão garantidamente de acordo, os mais de 40 % da população que, neste caso, discordam de quem entende que este não é um bom Programa de Governo e essas mais 43 % de pessoas, que elegeram este Governo estão certamente concordantes com aquelas que são as medidas que aqui se apresentam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para nós, continuidade é palavra que nos orgulha e motiva, já que estamos convencidos que foi, não só o garante da qualidade, como também a expectativa da superação que permitiram que os açorianos reforçassem a confiança que tinham neste Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O Programa de Governo contempla, como eu já disse mais de quatro dezenas de medidas. Muitas delas curiosamente identificadas e que estão nos programas eleitorais dos partidos de esquerda ...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: ...e, portanto, estamos concordantes de que é preciso fazer uma articulação com o setor privado, de que a intervenção e a redução das listas de espera são fundamentais, que é importante nesta articulação com

o setor privado, também atualizar aquelas que são as tabelas de convenções que existem e adequá-las ao tempo atual.

A criação de novos programas que nos permitirão recuperar listas de espera de especialidades cirúrgicas, seja nos cuidados hospitalares, sejam os cuidados de saúde primários, têm um forte destaque neste programa.

A par disso, comprometemo-nos a implementar medidas também que permitam aumentar a produtividade dos serviços públicos, dentro daquilo que são os tempos normais de atividade e, portanto, nesta ordem de ideias, não deixamos para trás aquilo que é a necessidade de intervir numa maior cobertura dos médicos de família, elevando e aumentando a percentagem nas três ilhas que, infelizmente, têm uma cobertura inferior aos 85% e na qual até a ilha do Faial está, infelizmente, incluída por não ter antecipadamente atuado e substituído aqueles que eram os profissionais que, por via de atingirem o limite de idade, se sabia que iriam abandonar a prestação de cuidados. Ainda assim, a saúde nunca deixou ninguém para trás. Ainda assim, nesta ilha, como noutras que não têm uma cobertura que era a que nós pretendemos, ainda assim, foram criadas medidas de exceção, garantindo o alargamento do horário de atendimento de consultas, disponibilizando consultas de acessibilidade para quem não tem médico de família, nomeadamente para grupos de risco, para grávidas, idosos, crianças.

Não nos ficamos por aqui, a Sra. Secretária enumerou e eu não vou repetir, o enfermeiro de família, que aguardou alguns anos regulamentação.

Dizer aos açorianos, reforçar que a preocupação é também com preocupações que vão desde o diagnóstico, na medida em que sabemos que este interfere numa cura maior, até ao tratamento.

Sra. Secretária falou, hospitalização domiciliária é uma medida que, curiosamente, faz parte do programa eleitoral, das estratégias, também do Partido Socialista, porque é efetivamente um projeto fundamental e uma alternativa àquilo que são os internamentos convencionais, tal como os conhecemos.

Falámos nas carreiras e, de facto, o mandato que este Governo fez e que se propõe a dar continuidade será sempre recordado como aquele que mais fez na recuperação da paz social dos profissionais, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... reconhecendo o trabalho destes profissionais e apelando à sua motivação e adesão.

Portanto, da minha parte, terminaria dizendo que os objetivos a que este Governo se propõe correspondem inteiramente às necessidades que estão identificadas da população e, portanto, o compromisso que o Governo Regional assume e que nós, enquanto eleitos pelo povo açoriano deveremos fazer, é efetivamente convergência e todos trabalharmos em função do cumprimento destes objetivos.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social tem a palavra para responder aos pedidos de esclarecimento.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados (peço desculpa, por não me ter referido a vocês anteriormente):

Gostaria de começar esta minha intervenção saudando o Sr. Deputado José Toste, que iniciou hoje aqui nesta casa funções, apesar de ser um estreante enquanto funções de deputado, não é, contudo, na ação governativa.

Contudo, e apesar das diferenças que naturalmente existem entre nós os dois, espero que a sua postura contribua para a elevação do debate, porque uma melhor oposição também faz um melhor Serviço Regional de Saúde.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

A Oradora: Contudo e dando respostas àquelas que foram as suas preocupações denoto alguma - e não me leve a mal, não quero, contudo, ser arrogante – falta de conhecimento, porque algumas das palavras ou das preocupações que daí falou, estão efetivamente a ser feitas.

Desde já, ouvir que o Serviço Regional de Saúde não serve aos Açores, não serve aos açorianos, não posso permitir que seja dito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Não posso permitir porque mete em causa todo o trabalho feito pelos profissionais de saúde, quando, em 2023, temos o Serviço Regional de Saúde que alcançou a taxa de cobertura de médicos em medicina geral e familiar mais elevada de sempre.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não posso permitir quando, a nível da atividade assistencial, a produção dos hospitais em 2023 ultrapassou os recentes anos de pré-pandemia, que será o ano mais fidedigno de comparação. Não posso aceitar quando, por exemplo, a deslocação às ilhas de médicos especialistas, só na ilha Graciosa, em 2023, cresceu 174% comparativamente a 2019.

Deputado Jose Ávila (PS): Compare mais para trás!

A Oradora: Quando na ilha de São Jorge cresceu quase 70% e quando na ilha do Pico cresceu mais de 50%. Portanto, temos um crescimento, comparando o ano pré pandemia ao ano de 2023, no global de 42% e isto é feito à custa do trabalho e do esforço dos profissionais de saúde e, portanto, denegrir e querer esconder estes números não podem contar comigo para isso, porque não estou cá para tal.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

(Paulo Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Falando do plano regional de saúde, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Ninguém conhece! Porque é que não é público?

A Oradora: ... o plano regional de saúde e já tive oportunidade de dizer em sessões passadas, até a última na sessão de esclarecimentos, no âmbito do plano para 2024, mais do que uma vez, assumi que sim, que houve um atraso no documento estratégico, mas também disse que o documento estava concluído a aguardar Conselho de Governo para ser apresentado ao Conselho de Governo. O plano regional de saúde foi apresentado ao Conselho de Governo no dia 18 de dezembro de 2023. Não pode vir para consulta pública porque o Governo está em gestão e, portanto, não vamos submeter um documento quando o Governo está limitado nas suas ações. É um plano que assenta em 10 programas dirigidos aos principais problemas da Região, onde se insere um plano para combate à alimentação saudável, um plano para combate aos comportamentos aditivos nas suas várias géneses, onde existe também uma assunção da necessidade de renovar efetivamente a saúde escolar. Portanto, tudo aquilo que o Sr.

deputado me perguntou está contido no plano regional de saúde, que está concluído e na primeira oportunidade será tornado público.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Falar também do comentário que faz em relação à saúde mental. A saúde mental é efetivamente uma grande preocupação deste Governo. Aliás, foi este Governo que implementou um plano regional para a saúde mental. Plano esse, que conseguiu, ao longo deste ano em que esteve implementado, algumas medidas que efetivamente fazem diferença na vida dos açorianos.

Pela estrutura de saúde mental, foi possível a elaboração de critérios de referenciação entre os serviços de psiquiatria da Região Autónoma dos Açores. Foi possível elaborar até um documento de auxílio para os cuidados de saúde primários, de forma que tentassem ajudar os utentes que aguardam lista de espera para consulta de psiquiatria.

Foi criado no serviço de psiquiatria do HSEIT um pátio que permite aos utentes que estão em regime de internamento terem acesso a quase a *liberdade*, passando a expressão. Foi inclusive, criado no Hospital da Horta um quarto de contenção (ou um quarto de isolamento) para que, enquanto não houvesse transferência destes utentes psiquiátricos, pudesse haver alguma reserva e alguma contenção na forma como este utente é tratado.

Foi feita a contratação a contratação a tempo parcial, é certo, de uma pedopsiquiatra.

Portanto, vir aqui dizer que não há estratégia para saúde mental, não é de todo correto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Além de que, foi este Governo que também reativou as equipas de saúde mental comunitárias que trabalham nas ilhas sem hospital, onde obviamente precisam de todo o nosso apoio, pois a distância de um psiquiatra, por vezes, pode comprometer o tratamento que é dado a estes utentes.

Portanto, este Governo tem feito um caminho. Não fez tudo bem, mas continuará a fazer também neste domínio e a responsabilidade que tem é de dar uma resposta aos utentes do serviço regional de saúde e é assim que vai continuar a ser.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Relativamente às vagas, efetivamente é uma grande preocupação nossa e é com algum alguma surpresa que o Sr. deputado fala na ausência de uma planificação. Eu recordo ao Sr. deputado que, a nível dos recursos humanos, há aqui várias coisas a ter em conta. Primeiro, um médico especialista demora, no mínimo, cinco a seis anos a ter o processo de formação específica concluído. Portanto, os médicos, apesar de saírem da universidade e neste momento podem trabalhar, são especialistas, mas

requerem um processo de formação específica. Além de que, esse planeamento que o Sr. deputado acusa de não estar vertido no Programa de Governo, constava na proposta de plano de investimentos para 2024, que o seu partido chumbou e, portanto, este Governo fez o seu trabalho. Infelizmente, houve gente que não quis aproveitar as nossas boas medidas e dar continuidade ao trabalho que estava a ser feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Falando ainda das vagas médicas, como o Sr. Deputado sabe, e eu tenho a certeza que sabe, essa não é uma competência exclusiva da tutela e requer aqui uma articulação a vários níveis. Desde já, pelos colégios de especialidade, pela Comissão Regional do Internato Médico e também, obviamente, com todo o apoio da tutela. Recordo, por exemplo, as vagas preferenciais. Desde 2012, que não há acesso a uma vaga preferencial no Hospital do Divino Espírito Santo. Porque será, Sr. deputado, porque será?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isso é que é explicar!

A Oradora: Neste domínio, posso-lhe dizer que na próxima segunda-feira irá ocorrer uma reunião com a ACSS, no sentido de desbloquearmos esse impasse, porque imagine só, o interno que seja proposto pelo Hospital do

Divino Espírito Santo para fazer uma formação específica numa área carenciada, quem é que lhe paga o ordenado? Não é a Região, é um hospital no continente. Acha que algum hospital vai querer sustentar um interno, para depois ter que voltar para a Região? Claro que não, mas isso foi a política que o Partido Socialista adotou, desde 2012, e impediu com que houvesse formação específica de internos na Região.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Dizer-lhe também que, em relação a outras vagas, a comissão regional do internato médico está a desenvolver um trabalho meritório com o apoio da tutela, mas sobretudo por iniciativa da comissão regional do internato médico numa perspetiva de criar vagas regionais. É algo que não depende só de nós, carece da avaliação dos colégios de especialidade e, como o Sr. deputado bem sabe, é um processo difícil, mas que a tutela estará sempre cá, já desenvolveu, inclusive, esforços junto do Ministério da Saúde para que este projeto ande para a frente.

Ainda muito recentemente, em relação a duas vagas que tinham sido retiradas por engano ao Hospital do Divino Espírito Santo, após contato imediato com o gabinete do Sr. Ministro da Saúde na República, conseguimos reverter este processo. Portanto, a tutela está atenta e comunga dessas mesmas preocupações.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, a Autoridade Regional de Saúde, é algo que nós gostaríamos de ter implementado na última legislatura. Não foi possível, mas assumimos novamente esse compromisso.

O que se propõe é uma autoridade independente, com competência técnica e que, obviamente, faça primeiro uma planificação daquilo que se quer para a Região, no âmbito da saúde pública. Planificação essa que, além das medidas dirigidas aos utentes, tenha também em conta uma planificação de recursos humanos que, como sabe, na Região é escassa. E, portanto, os médicos de saúde pública não abundam na Região. De momento, há ilhas em que não temos especialistas nesta área. Temos sim, outros colegas, de outras especialidades que assumem essas funções. Ora, nós queremos ser uma Região de excelência também nesta área e, portanto, precisamos de alguém que nos ajude a fazer essa planificação, repito, de forma isenta e tecnicamente correta para que possamos ter aqui também um organismo que auxilie também o Governo a tomar decisões políticas, mas que tenham sustentabilidade técnica e isso é essencial para a saúde pública na Região. Em relação às perguntas que os Sr.es deputados do Chega me puseram, vou tentar responder em bloco, se me esquecer de alguma, não é por mal, portanto, peço que depois me relembrem.

A nível de creches, o que nós temos previsto é a construção de várias creches ao abrigo do PRR e do Açores 2030, destinadas às ilhas das Flores, Pico, São Miguel, Terceira e São Jorge.

A nível das ERPIS, também no âmbito do PRR, está prevista a construção de quatro ERPIS: duas na Graciosa, uma no Pico e uma em São Miguel.

Relativamente aos critérios para atribuição das vagas, à partida nesta fase o que eu lhe posso dizer é que vamos manter os que estão em vigor: primeiro famílias numerosas, famílias monoparentais, famílias que não tenham um suporte adequado e famílias que estejam, obviamente, em risco de exclusão social, porque são essas as mais vulneráveis e que merecem, obviamente, todo o nosso apoio.

Deputado José Pacheco (CH): E as que trabalham ficam com os filhos em casa? Que injustiça!

A Oradora: Relativamente ao cheque pequenino eu recordo, Sr. Deputado José Pacheco, que estamos a falar no âmbito do Programa do Governo, portanto, são orientações e, portanto, se até agora está vertido nesse mesmo programa que há disponibilidade do Governo para fazer um aumento deste valor, obviamente, que depois, em sede de orçamento, poderá ser possível de ser negociado, mas neste momento, o que eu lhe posso dizer é que há garantia do Governo para proceder a esse aumento e dar, obviamente, resposta aos nossos públicos mais vulneráveis.

Para terminar e respondendo ao Sr. Deputado António Lima, eu lamento imenso que mais uma vez tenha que lhe dizer isto e o Sr. não vai gostar daquilo que eu lhe vou dizer, mas eu não consigo: as suas questões

ideológicas às vezes podem comprometer as necessidades dos utentes do serviço regional de saúde e, ...

Deputado António Lima (BE): É o contrário!

A Oradora: ..., portanto, a questão do cheque saúde é uma não questão. Se há efetivamente listas de espera, se há, inclusive, e no caso do Hospital de Ponta Delgada, há inclusive para os exames dentro do hospital, um regime de produção acrescida que permitiu nos últimos seis meses a produção adicional de 2000 exames complementares de diagnóstico.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Se mesmo assim temos listas de espera, nós temos de dar uma resposta efetiva aos nossos utentes e, portanto, o cheque saúde consta no Programa do Governo, será aplicado porque, inclusive, já disse, no âmbito do Plano e Orçamento que já tinha sido criado um grupo de trabalho para desenvolver o seu estudo e será implementado para melhorar a resposta aos nossos utentes.

Termino com a questão da dedicação exclusiva. Sr. Deputado, certamente terá sido mal informado, eu não sei se quer um regime de dedicação plena ou se quer um regime dedicação exclusiva e, portanto, vai ter de se definir.

(Aparte inaudível)

A Oradora: Pois, claro, Sr. Deputado, sabe porquê? É por isso que a tutela iniciou a negociação junto dos sindicatos, porque não há consenso. Não há consenso em relação a isso.

Deputado António Lima (BE): Não há consenso?

A Oradora: Não Sr., por exemplo, se até ao momento tem havido várias questões...

(Aparte inaudível)

A Oradora: Tenha calma, deixa-me explicar.

A nível nacional tem havido um grande pedido de adesão, relativamente ao regime de dedicação plena. Recordo que no mês de dezembro foi entregue ao Tribunal Constitucional uma questão levantada relativamente à legalidade desse regime. Portanto, se calhar, enquanto não for decidido, ou se não for obviamente aclarado este regime, não sei se iremos implementar na Região, mas sei, porque estive nas negociações e a disponibilidade do Governo é para encontrar soluções para o melhor regime que se adapte à Região, seja ele a dedicação exclusiva, seja ele a dedicação plena, porque como o Sr. não sabe, são regimes diferentes.

Muito obrigada.

Deputado Carlos Silva (PS): A Sra. Secretária está tão humilde!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente, Sr.es Membros do Governo, em particular a Sra. Secretária da Saúde:

Vi que no vosso programa tem lá a atualização dos preços das tabelas de convenções. Efetivamente, é uma tabela que já não é atualizada há alguns anos, por isso faz todo o sentido a atualização, se quisermos qualidade na prestação dos cuidados de saúde, temos que pagar o preço justo.

Por falar em convenções, o que eu não percebo é porque é que em São Miguel há convenção de fisioterapia e nas outras ilhas não há.

Não estou com isto a defender que haja convenção. O que eu estou a defender é que os açorianos sejam tratados de forma igual e que tenham o mesmo tipo de acessibilidade.

Em relação ao cheque saúde, pelo que eu vi no vosso programa, os cuidados primários, vulgo centros de saúde, é que vão emitir o cheque quando o hospital não cumpre no acesso à primeira consulta. Depois vai explicar melhor. Aquilo que eu peço é que seja o hospital a receber todas as referenciações das USI's e depois faz a gestão do cheque de saúde, em complemento com o Diagnosis e encontre a melhor solução para o utente ter os cuidados de saúde em tempo útil e não fiquem os cuidados primários encarregues de mandar para a privada e depois aquele utente fica num limbo, nem é do hospital, nem é dos cuidados primários.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Não, Não!

A Oradora: Está-me a dizer que não, por isso estou curiosa para perceber como é que vai funcionar a articulação destas duas áreas.

Em relação à renovação da medicação crónica de farmácia e se calhar vou aqui discordar do Sr. Deputado Nuno Barata, mas assusta-me um pouco um utente ficar um ano sem ser acompanhado. Medicação é uma boa solução, mas tem que ser acompanhada porque pode ter impactos nos órgãos internos. Deixar uma pessoa a receber medicação, que só vai à farmácia e sem ser acompanhado, assusta-me um pouco. Há vários tipos de doentes crónicos. Há uns que isso se calhar não traz grandes problemas, não são medicações muito agressivas, mas há outros que têm medicação agressiva e eu acho que devem ser sempre acompanhados pelo seu médico, o médico aqui não é um mero prescritor, é o gestor da saúde do utente e deve acompanhar o seu utente, não o deve abandonar durante um ano.

Vamos falar de cobertura de médico de família. Os médicos, em termos académicos, levam tempo a ser formados. Eu sou testemunha que, quer o PS, quer o PSD lançam concursos e os concursos ficam desertos. Não é uma falta de dinheiro, não é uma falta de vontade, é uma falta de médicos e de recursos. Aqui a Região, se calhar, têm que arranjar uma forma de ir buscar os poucos que existem à saída da universidade, aumentando prémios, prémios de fixação, se calhar, o prémio que existe agora não é suficientemente atrativo, se calhar temos que o subir, para os puxar e ver se fixamos alguns. Para já e a médio prazo é a única solução que eu vejo.

Por último, o modelo de financiamento dos hospitais. Também gostei de ver isto no vosso programa. Já está na altura de deixarmos de financiar as unidades de saúde com base no histórico e de ser, deduzo, com base no desempenho e na produção. Este é um modelo gradual e vai permitir distribuir ou afetar os recursos de uma forma mais correta, mas não vai resolver o subfinanciamento. O subfinanciamento só se resolve injetando ou reduzindo a despesa e vai ser preciso as duas coisas.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Pedro Neves, faça o favor, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr.es Membros do Governo:

Sra. Secretária, vou fazer duas questões, uma das quais não sei se é para si, mas agradeço resposta, para que eu saiba, eu e talvez mais deputados, sabermos nestes dois dias o que é que pode acontecer, relativamente à proteção civil.

Mas, eu vou primeiro ao tempo máximo de resposta garantido, se o Governo já pensou em fazer uma atualização da própria portaria?

Ótimo e depois gostaria que pelo menos elaborasse um pouco mais relativamente a essa atualização, que não é atualizado há bastante tempo,

mas pelo menos vejo uma ótima notícia. Já tenho uma resposta com o aceno de cabeça e isso é ótimo.

Proteção civil, estou a ver que aqui há uma coisa entre secretarias, depois eu gostava que fosse mais bem definido, nós não temos uma orgânica, não sabemos, por isso, precisamos do vosso apport, mas eu pergunto uma coisa já: essa divisão da proteção civil entre o SIV, evacuações, bombeiros, a coisa vai correr bem? É porque eu estou a ver que os próprios bombeiros estão um bocado divididos, relativamente a isso. Já agora, gostaria de que elaborasse um pouco mais.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça o favor, tem a palavra.

(*) Deputada Isabel Teixeira (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sendo esta a minha primeira intervenção nesta legislatura, começo por felicitar todos os eleitos, tal como ao Sr. Presidente do Governo, ao Sr. Vice-Presidente e restantes Secretários Regionais, desejando a todos um bom trabalho em prol dos Açores e dos açorianos.

As políticas públicas devem ser garante do fomento da coesão social, da coesão económica e da coesão territorial.

É necessário criar políticas fundo que, de forma transversal, integrada e sistémica, apresentem linhas estratégicas inovadoras, pensadas e

orientadas para contrariar os ciclos de pobreza e o risco de exclusão social com que tantas e tantos açorianos se deparam.

É necessário agir quer ao nível da prevenção, quer ao nível da criação de medidas de apoio sócio económicas que sejam verdadeiramente adequadas às reais dificuldades e às necessidades mais emergentes dos açorianos.

Um dos graves problemas que as nossas ilhas enfrentam, e não é de hoje, é nomeadamente as de baixa densidade populacional como São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo, é o envelhecimento da população e o despovoamento.

O desafio da demografia é um dos grandes combates que de Santa Maria ao Corvo as nossas comunidades travam na atualidade.

Um desafio que para ser vencido obriga à implementação de medidas estruturantes e integrantes, tal como garantir vagas em creches, jardins de infância e CATL.

Não basta implementar a gratuitidade das creches esta medida deve ser estendida aos jardins de infância e aos CATL.

Mas as famílias necessitam também que, além da gratuitidade, lhes seja garantida vaga para as suas crianças e o alargamento do horário de funcionamento das creches, dos jardins de infância e dos CATL, de forma a poderem conciliar as suas atividades profissionais com as suas vidas familiares.

Os serviços prestados pelas IPSS nas creches e na educação na primeira infância têm um papel fundamental no desenvolvimento e crescimento das crianças são uma ajuda preciosa às famílias.

A Sra. Secretária referiu novas creches, uma em S. Jorge, questiono, Sra. Secretária, vai contruir mesmo uma nova creche em São Jorge ou vai requalificar o edifício da Santa Casa da Misericórdia das Velas?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Requalificar? Aquilo é uma vergonha! Alguém devia estar preso!

A Oradora: Estas necessitam de infraestruturas com capacidade e equipamentos adequados, precisam de profissionais motivados, sendo que estes profissionais do setor social se sentem desmotivados e desconsiderados em relação aos seus colegas do público.

É obrigação do Governo Regional tratar estes parceiros de forma digna, para que os clientes dos mesmos tenham a possibilidade de alcançar esses serviços e de terem garantias à sua acessibilidade e qualidade.

Uma das bandeiras que este Governo de Coligação mantém é a diminuição do número de beneficiários do rendimento social de inserção (RSI). É preciso assegurar que este não é um compromisso político às cegas, que corta e deixa sem apoio os mais vulneráveis que precisam e têm direito a esta medida como crianças, idosos e famílias monoparentais.

Esta bandeira política de direita, não pode apontar e discriminar aqueles que por razões várias se encontram em risco de pobreza e necessitam de recorrer ao rendimento social de inserção ou a outros apoios sociais.

Temos todos de deixar de considerar o rendimento social de inserção como o grande problema das políticas sociais.

Este programa não responde às necessidades das famílias e das crianças, não corresponde aos desafios sociais que enfrentamos.

Não reflete uma verdadeira interligação de políticas em setores como a Solidariedade Social, a Saúde e a Educação, sendo omissos em questões essenciais como a intervenção precoce, a saúde escolar ou mesmo o abuso sexual.

Este é um programa que não responde aos desafios demográficos e de coesão social e territorial, porque não contempla uma verdadeira política social dirigida à infância e, portanto, não promove o desenvolvimento integral e inclusivo das crianças da nossa Região.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Francisco Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Excelentíssimo Sr. Presidente, Excelentíssimos Sras. e Srs. Deputados, Excelentíssimo Sr. Presidente do Governo, Excelentíssimo Sr. Vice-Presidente, Excelentíssimos Sr.es Membros do Governo:

Eu volto à questão, não creio que seja de propósito, mas esqueceu-se de responder à minha pergunta sobre o Compamid e o que está no Programa de Governo que diz que vai estender a deficientes, quando isso já existe.

Eu quero saber e volto a repetir, se trata-se de baixar a taxa de deficiência ou o que é que se trata? Porque, efetivamente, os deficientes quer a nível

dos acessos, quer a nível da educação especial, quer a nível dos encargos com medicamentos são extremamente maltratados e eu gostaria que me respondesse a esta questão.

Muito obrigado.

Deputado Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Toste tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado José Toste (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social:

Eu compreendo o expediente argumentativo de fazer uma confusão entre um ataque ao Programa de Governo e um ataque ao serviço regional de saúde, nada mais contrário ao sentido da minha intervenção. A minha intervenção foi precisamente no sentido de reforçar este serviço regional de saúde e dar aqui um contributo em áreas que eu achei que o Programa do Governo era omissos. A questão do programa regional de saúde, compreendo a explicação que aqui deu, mas a verdade é que era omissos no Programa de Governo que foi aqui apresentado e nós estamos a discutir este documento e é este documento que está sob discussão e, portanto, continua omissos neste documento, no entanto, fico feliz por, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Finalmente vejo um socialista feliz!

O Orador: ... o mais brevemente possível, todos os açorianos e também aqui os deputados desta casa terem acesso a este documento que é tão relevante para o serviço regional de saúde.

Um segundo aspeto, em relação, já não ao programa, mas em relação à questão do levantamento das necessidades de recursos humanos. No fundo, esta é uma questão que não é abordada no Programa de Governo e eu gostaria de saber se é algo relevante para a Sra. Secretária Regional da Saúde, porque é essencial no âmbito da gestão dos recursos humanos, saber, por exemplo, num prazo de 5 ou 10 anos, quais são os enfermeiros que se vão reformar, quais são os médicos que se vão reformar e, portanto, só assim será possível uma melhor gestão.

Um outro aspeto que também gostaria no fundo de voltar a colocar, tem que ver com a doença mental grave na Região. A minha questão não é no sentido se haveria algum plano, a minha questão é se haveria algumas medidas que possam permitir a melhoria das muitas vezes degradantes infraestruturas dos institutos hospitalares. Isto é uma situação muito concreta ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Não foi isso que o Sr. disse! O Sr. nem falou em instalações!

O Orador: ... e a minha pergunta é, de forma muito direta, se existe algum tipo de resposta no programa que está em debate para esta questão?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sra. Secretária, objetivamente, duas perguntas. Primeira, creches, os pais que trabalham vão ter prioridade ou não? Preciso dessa resposta.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): É claro que sim.

O Orador: Segunda questão, cheque pequenino, sobe ou não sobe no patamar mais baixo? Uma percentagem grande? Sim ou não? Se a Sra. não souber responder, está aqui o Sr. Presidente do Governo. Se se refugiar novamente no orçamento, uma coisa lhe garanto: este Governo não chega ao orçamento.

(Aplausos dos Deputados da Bancada do Chega)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Eugénia Leal, faça favor.

(*) **Deputada Eugénia Leal (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente, Caros Membros do Governo: Nesta primeira intervenção a todos saúdo e desejo bom trabalho.

A solidariedade social é com certeza e acho que isso é partilhado por todos, uma área fundamental, numa sociedade que se quer solidária, que se quer inclusiva e que se quer integrativa.

Este Programa do Governo, no meu entendimento e pela leitura que fiz, não é só um programa que apresenta um conjunto de medidas, essencialmente traça um rumo e um rumo com sentido nesta área da solidariedade social.

Um rumo que tem dois objetivos claros: o primeiro é a capacitação das pessoas e o segundo é, claramente, a criação de respostas no âmbito das políticas de combate à pobreza e de promoção social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Algumas das medidas já foram aqui faladas, não me quero repetir, no entanto, há realmente algumas que fazem a diferença e a palavra continuidade não é um castigo, é uma promoção, porque os açorianos votaram nessa continuidade.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Não só na continuidade, como no alargamento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

De forma que essas medidas possam, de acordo com aqueles que foram os seus bons resultados, chegar a todos os açorianos e a todas as açorianas, especialmente a todas as ilhas.

Claro que há medidas com diferentes objetivos e com diferentes abrangências, umas com mais impacto em determinados grupos, mais desfavorecidos, outras em grupos com uma faixa etária mais definida, como aqui já foram referenciados e outras medidas ainda que se pautam por uma estratégia clara do rumo que esse programa define e quer definir para esta área. Nomeio só algumas, não me vou alongar muito, mas só para lembrar que é importante: o programa Novos Idosos, que permite o envelhecimento no conforto do lar, o alargamento do Nacer Mais que também já foi referenciado aqui, o aumento das creches, o aumento das respostas e de equipamentos sociais para a infância, juventude e para as pessoas com deficiência, o complemento açoriano do abono de família, o Compamid, o complemento regional de pensão, mas existem ainda outras medidas que, por vezes, deixamos passar de uma forma mais ligeira, mas que devem ser aqui lembradas e referenciadas como essenciais nessa estratégia e neste rumo que define o Programa do Governo. Uma delas é realmente a redução do número de beneficiários do rendimento social de inserção e aqui, caros e caras companheiras, não é para a pôr ninguém à parte, porque eu acho que não leram a descrição da medida do princípio até ao fim e, por isso, eu vou lê-la só para lembrar: “Redução do número de beneficiários do rendimento social de inserção, em idade ativa, com capacidade de trabalho e através da inserção social e laboral.”

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Outra medida, que eu até pessoalmente acho que é mais do que uma medida, é o desenho de uma intervenção, é o plano regional para inclusão social e cidadania, que também não nos deve passar despercebido. Estes são alguns dos exemplos de algumas das medidas que no programa agora apresentado focam-se essencialmente no apoio àqueles que mais necessitam, mas com o objetivo claro de quebrar um longo ciclo de pobreza e discriminação social, que foi durante muito tempo alimentado pela subsidiopendência e para os sistemas de dependência de Estado e é isso que precisamos acabar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

E termino, sublinhando neste Programa de Governo, aquela que é uma visão integrada e participada da solidariedade social.

Isso está plasmado, claramente, para esta legislatura e neste Programa quando nos apresenta com especial relevo a seguinte intenção, uma intenção clara: continuar o aprofundamento das relações com as IPSSs e com as Misericórdias e isso, todos nós sabemos, são parceiros sociais privilegiados e de proximidade às populações em duas áreas que é preciso aprofundar esta relação e é importante estejam claras as duas ordens de aprofundamento dessa relação. Uma, tem a ver com os acordos de cooperação. Quem já passou por estas instituições ou quem vive o dia a

dia, as situações que têm que resolver de falta de financiamento ou de um financiamento que não cobre aqueles que são os custos reais, nós vemos aqui nesse Programa de Governo um compromisso de aproximar essa cooperação, no sentido de aproximar o financiamento daqueles que são os custos reais e isso é muito positivo.

Outra medida, passa também pela aproximação das carreiras remuneratórias no caminho da paridade entre essas instituições e os serviços públicos. Acho que isso é claramente uma boa notícia.

Obrigada.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS/PP: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Nídia Inácio tem a palavra, faça favor. (*)

Deputada Nídia Inácio (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. e Sras. Membros do Governo.

Hoje, realmente, dia 13 e no início desta XIII Legislatura, permitam-me saudar, Vossa Excelência, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, desejando-lhe as maiores felicidades no exercício das suas funções.

Exalto também o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo, as Sras. e os Srs. Membros do Governo, confiando no vosso contributo, em prol de todas as açorianas e os açorianos.

Sras. e Srs. Deputados, quero deixar as minhas felicitações, com votos de bom trabalho pelos Açores e pelos açorianos. A solidariedade social é uma área fundamental numa sociedade que se quer solidária, inclusiva e integrativa.

Implica que o nosso olhar sobre a pobreza seja disruptivo. Não repetindo os ciclos que nos trouxeram até aqui.

Continuaremos ao serviço dos açorianos, trilhando um caminho de continuidade e progresso, com um percurso de respeito e consideração por todos.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Especialmente pelos que mais necessitam, os mais vulneráveis, os desprotegidos, gerando políticas sociais, quer no apoio à infância, à juventude, aos idosos, à família, às pessoas com deficiência, às vítimas de violência doméstica, aos jovens NEET, aos sem abrigo, aos

repatriados, à pobreza e à exclusão social, sempre assente numa política de diálogo, responsável, de valorização e de respeito para com todos.

É bom relembrar a esta Câmara que este Governo da coligação PSD, CDS, PPM implementou políticas sociais com uma visão integradora, garantindo a proteção social dos açorianos que se encontravam numa situação de fragilidade, principalmente os nossos idosos.

Foi com este Governo que se fez história no quadro da nossa democracia autonómica dos Açores. O acordo de Parceria Estratégica 2023-2028, rendimento, sustentabilidade e crescimento representa uma sessão de entendimento que o PS não foi capaz de realizar na governação. Este acordo com os parceiros sociais compromete-se com concretizações ativas de política do apoio social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Programa de Coligação PSD, CDS, PPM mantém o compromisso com todos os açorianos, a estabilidade política com base no diálogo, na humildade, na decisão democrática, com transparência e clareza nos procedimentos e rigor na decisão.

As medidas do Programa de Governo focar-se-ão no apoio aos que mais necessitam, o objetivo de os retirar do ciclo da pobreza, assumindo a sua cidadania e participação na sociedade, permitindo lhes viver com dignidade, pois com este Governo ninguém será esquecido, são todos protegidos.

A preocupação social plasmada no documento destaca a preocupação de continuar a responder com eficácia à pobreza e à exclusão social, como também ao desafio demográfico, o envelhecimento progressivo.

(Apartes impercetíveis)

A Oradora: Sr. Deputado João Vasco da Costa, quando quiser, pode-se inscrever.

Assim, avançarão medidas como o aumento do número de creches, de tudo o que já foi dito aqui, o Compamid alargado às pessoas com deficiência e muito bem e muito justo.

Os Novos Idosos foi um programa de sucesso.

O cheque pequenino, sim, vai ser aumentado.

As creches gratuitas para todos, para todos.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

A Oradora: Todas estas medidas visam estimular o desenvolvimento social da Região Autónoma dos Açores.

Este Governo de coligação reconhece, com a apresentação deste programa, que será possível construir uma sociedade mais justa e minimizar os níveis de pobreza e exclusão social existentes nos Açores. Minhas Sras. e meus Srs., só para terminar, este Programa de Governo responde a muitas necessidades na área da solidariedade social. É ambicioso, mas é exequível, assenta nos princípios, sempre do diálogo, da humildade, da inovação, da exigência e do rigor sempre.

Voices de alguns deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: O Governo de coligação está sempre aberto ao diálogo, ao debate de ideias para, modestamente, marcarmos as melhores decisões, em prol dos açorianos e das açorianas.

É esta a atitude que os açorianos que nos estão a ver em casa esperam de todos nós aqui: responsabilidade!

Muito obrigada.

Disse!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Secretária Regional, faz favor.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):

Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia.

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, Excelentíssimas Sras. e Srs. Deputados, Excelentíssimo Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo Regional, Excelentíssimas Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Não tenho, obviamente, tempo para responder a todas as perguntas que gostaria, mas atendendo à forma como o Sr. Deputado José Pacheco, de forma eloquente, pôs a questão, vejo-me na obrigação de dizer que a nossa intenção ...

(Aparte inaudível)

A Oradora: ...não, não dou cambalhotas e o Sr. sabe, daquilo que tem lidado comigo, que sou transparente e digo a verdade, não ando com meias palavras. Aqui o que está plasmado no Programa do Governo é que estamos disponíveis para aumentar e para atualizar até ao valor acima da inflação. O que lhe posso dizer é que a nossa intenção é, obviamente, apoiar mais quem precisa. Portanto, aqueles que têm um rendimento ou um cheque mais...

Deputado José Pacheco (CH): Isto não é nada! Não é uma resposta!

A Oradora: Mas não é nada porquê, Sr. Deputado? Estou-lhe a dizer que a nossa disponibilidade vai nesse sentido e também já lhe disse que estamos a debater o Programa do Governo.

Se, efetivamente, a sua questão ou a sua vontade é de aumentar para outros valores, estou disponível para que possamos chegar a um entendimento, porque obviamente, a postura do Governo tem sido apoiar quem mais precisa.

Em relação ao alargamento do Compamid à pessoa com deficiência, também é nosso entendimento que, neste momento, esse apoio é atribuído a quem tenham grau de deficiência de 80%. Queremos reduzir esse valor para também abranger mais beneficiários deste mesmo apoio e, portanto, a intenção do Governo, como tem sido até então, é de apoiar quem mais precisa, sobretudo as pessoas mais vulneráveis.

Muito obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Isso foi um discurso redondo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Russel Sousa.

(*) Deputado Russel Sousa (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção enquanto Deputado, gostaria de saudar todos os Deputados e Deputadas aqui presentes, dando especial atenção aos jovens que foram eleitos para que este seja um espaço de luta constante, em prol do melhor para a juventude. A problemática das toxicodependências é verdadeiramente preocupante, não só pela complexidade do problema associado ao consumo, mas sobretudo porque não se tem conseguido inverter o crescimento do consumo.

A nossa Região sofre desse flagelo de uma forma dramática. É inegável, há todo um trabalho que é imperativo ser feito, principalmente junto dos jovens consumidores.

Muitas vezes colocados de parte pela sociedade, não nos podemos esquecer que a juventude também é um dos principais prejudicados por este fenómeno, onde a média das idades do início do consumo é de 14/15 anos.

Curiosamente, esta problemática é resumida a um verso de uma folha A4 no Programa do Governo, demonstrativo da importância que este tema tem para o Governo Regional.

Pior do que isto, o mesmo Governo que anteriormente acabou com a comunidade terapêutica nos Açores, fazendo com que os jovens tivessem de se deslocar ao continente para fazer tratamento, são os mesmos que agora vêm propor a criação de uma nova comunidade terapêutica. Sra. Secretária, o que mudou? Terá a ver com o aumento das listas de espera?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não há lista de espera!

O Orador: Mais do que continuar com as mesmas estratégias que já demonstraram serem insuficientes, é urgente alterar esse rumo.

O Partido Socialista, como sempre, defendeu que todos os cidadãos merecem um tratamento e merecem respostas para combater esta problemática.

(Aparte inaudível)

A Oradora: Não, a JS é a principal defensora desse tratamento.

É imperativo proteger os jovens, atualizar estratégias, inovar métodos de ação, apostar na intervenção e na prevenção e no tratamento, combater as desigualdades e promover a inclusão. No fundo, promover a coesão económica e social, porque tudo isto é combater as dependências.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça o favor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para uma interpelação, Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 25 minutos. Muito obrigado.

Presidente: 25 minutos, regressamos às 19 horas e 59 minutos.

Atendendo ao nosso horário, vamos encerrar os nossos trabalhos, por hoje. Retomamos amanhã, às 10 horas.

Eram 19 horas e 35 minutos.

CORRESPONDÊNCIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 13-03-2024

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 981/XV (PAN) - Reduz o número de círculos eleitorais no âmbito das eleições para a Assembleia da República por forma a assegurar uma maior conversão dos votos em mandatos e evitar a existência de “votos desperdiçados”, alterando a Lei Eleitoral para a Assembleia da República- Audição n.º 226/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 - 12 - 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2023 – 12 – 26;

Assunto: N.º 994/XV (PS) - Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República - Audição n.º 227/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 - 12 - 29

Comissão: Permanente

Data Limite de Parecer:

Assunto: N.º 995/XV (PSD) - Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República - Audição n.º 228/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 - 01 - 03

Comissão: Permanente

Data Limite de Parecer:

Assunto: N.º 996/XV (IL) - Regulamenta a atividade de lobbying em Portugal e procede à criação do Sistema de Transparência dos Poderes Públicos - Audição n.º 229/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 - 01 - 03

Comissão: Permanente

Data Limite de Parecer:

2- **Projetos de Decreto-Lei:**

Assunto: Que regula os concursos de seleção e recrutamento do pessoal docente das Escolas Portuguesas no Estrangeiro da rede pública do

Ministério da Educação – MEDU – (Reg. DL 349/XXIII/2023) - Audição n.º 158/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 11 – 24

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2023 – 11 – 28;

Assunto: Que aprova medidas de valorização de trabalhadores da Administração Pública - Reg. DL 544/XXIII/2023 - Audição n.º 159/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 11 – 29

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2023 – 12 – 18;

Assunto: Que altera o regime de acesso e exercício de atividades espaciais - REG DL 311/XXIII/2023 - Audição n.º 160/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 12 – 04

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2023 – 12 – 05;

Assunto: Que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2024 - Audição n.º 161/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 12 – 29

Comissão: Permanente

Data Limite de Parecer:

Assunto: Que transpõe a Diretiva (UE) 2022/431, relativa à proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho - Reg. DL 505/XXIII/2023 - Audição n.º 162/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2024 – 02 – 05

Comissão: Permanente

Data Limite de Parecer: 2024 – 02 – 23.

3- **Projeto de Resolução:**

N.º 1/XIII

Assunto: Comissões Especializadas Permanentes

Proveniência: Presidente da Assembleia

Data de Entrada: 2024 – 03 – 11

Comissão:

Limite de parecer:

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIIEPjR001.pdf>

4- **Requerimentos:**

Assunto: Queima de Nafta

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2023 – 12 – 07

Referência: 54.08.00 – N.º 776/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque776.pdf

Assunto: Recursos terapêuticos para crianças e jovens com Perturbação do Espectro do Autismo (PEA)

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2023 – 12 – 11

Referência: 54.08.07 – N.º 777/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque777.pdf

Assunto: Dados Rendimento Social de Inserção nos Açores

Autores: José Pacheco, Francisco Lima, Olivéria Santos, Hélia Cardoso e João Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 02 – 27

Referência: 54.09.00 – N.º 1/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque1.pdf

Assunto: Falta de escoamento de pescado das Flores

Autores: José Pacheco e João Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 02 – 29

Referência: 54.09.08 – N.º 2/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque2.pdf

Assunto: Listagem do património imóvel (rústico e urbano) da Região Autónoma dos Açores

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 06

Referência: 54.10.00 – N.º 3/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque3.pdf

Assunto: Que diligências fez o Governo Regional junto da Empresa VINCI, tendo em vista a ampliação da pista do aeroporto da Horta?

Autores: João Castro e Lúcio Rodrigues (PS)

Data de Entrada: 2024 – 03 – 07

Referência: 54.02.07 – N.º 4/XIII. -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque4.pdf

5- Informações:

Assunto: Comunicação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores do exercício de outras atividades

Proveniência: Ricardo Vieira, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2023 – 11 – 23;

Assunto: Ofício ref.^a 56205143, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido

de autorização para que o Senhor Deputado Vasco Ilídio Alves Cordeiro, possa ser ouvido em audição como testemunha, nos autos de Ação de Processo Comum n.º 1960/22.6T8PDL, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo Central Cívico e Criminal de Ponta Delgada

Proveniência: Dr. José Emanuel Guimarães Freitas, Meritíssimo Juiz de Direito

Data de Entrada: 2023 – 11 – 23;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de substituição do seu mandato de Deputado pelo motivo de ter o seu processo de aposentação concluído e deferido, com efeitos a partir de 1 de dezembro de 2023

Proveniência: José António Vieira da Silva Contente, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 11 – 23;

Assunto: Ofício n.º 1994-ST a remeter, para ulterior conhecimento de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 05/2023-FS/SRATC – Auditoria à prevenção de riscos sísmicos nas obras públicas realizadas na Região Autónoma dos Açores, aprovado em sessão de 24 de novembro de 2023 e que será divulgado na *Internet*, no sítio do Tribunal de Contas, em www.tcontas.pt, na ligação *Atos do Tribunal/Relatórios/Relatórios de Auditoria/2023/SRATC*

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2023 – 11 – 29;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 30 de novembro de 2023, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou admitir a Petição n.º 61/XII – Proteção do mar dos Açores, através de Áreas Marinhas Protegidas (AMP)

exigindo mais tempo para análise e avaliação do impacto socioeconómico da proposta na 2.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, à Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA)

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 11 – 30;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 30 de novembro de 2023, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou admitir a Petição n.º 62/XII – Áreas Marinhas Protegidas dos Açores - Implementação Urgente

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 11 – 30;

Assunto: Comunicação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de renúncia do seu mandato nos termos do n.º 3 do artigo 33.º do EPARAA e do n.º 1 do artigo 7.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir de 1 de dezembro de 2023, inclusive

Proveniência: José António Vieira da Silva Contente, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 12 – 04;

Assunto: Ofício S/159/2023/XII, a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da comunicação de renúncia do mandato do Deputado José António Vieira da Silva Contente, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados, a vaga será preenchida pela candidata Edite Souto Freitas

Preto, que já tem os poderes verificados, com efeitos a partir de 1 de dezembro de 2023, inclusive

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 12 – 04;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, até 9 de janeiro de 2024, dos Projetos de Resolução n.ºs 173/XII (PPM/PSD/CDS-PP) – Realização de uma campanha de sensibilização da população para os riscos associados a elevadas concentrações de gás radão e promoção de boas-práticas nesse âmbito e 180/XII (BE) - Revogação do Despacho n.º 1556/2023 de 8 de setembro de 2023 e criação de apoios aos produtores para implementação de medidas de proteção das culturas

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 12 – 04;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, até 29 de janeiro de 2024, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 97/XII (BE) – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2006/A, de 8 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Apoios a Atividades Culturais e do Projeto de Resolução n.º 178/XII (PPM/PSD/CDS-PP) – Promoção e valorização da cidade património mundial – Angra do Heroísmo

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 12 – 04;

Assunto: Ofício ref.^a 317/2023 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do PSD e aprovado por unanimidade, em sessão ordinária no dia 22 de setembro de 2023, pelos 25 Anos do Programa Escola Segura nos Açores

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2023 – 12 – 05;

Assunto: Ofício n.º 2004-ST (23/D283) a remeter, para ulterior conhecimento de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 04/2023-FS/SRATC – Auditoria ao sector empresarial local – Município da Madalena do Pico, aprovado em sessão de 24 de novembro de 2023 e que será divulgado na *Internet*, no sítio do Tribunal de Contas, em www.tcontas.pt, na ligação *Atos do Tribunal/Relatórios/Relatórios de Auditoria/2023/SRATC*

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2023 – 12 – 05;

Assunto: Ofício ref.^a 56256731 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com cópia do despacho da Sra. Procuradora da República, Dra. Maria Helena Paiva, com pedido de insistência e autorização do levantamento de imunidade parlamentar para que o Senhor Deputado Manuel José da Silva Ramos, possa ser constituído e interrogado na qualidade de arguido, no âmbito do Processo de Inquérito n.º 72/20.1T9SCG, que corre termos na Procuradoria da República, Departamento de Investigação e Ação Penal de Santa Cruz da Graciosa

Proveniência: Manuel Reis Bettencourt dos Anjos, Técnico de Justiça-Adjunto

Data de Entrada: 2023 – 12 – 05;

Assunto: Ofício ref.^a ECFP-3371/2023 – PA n.º 37/OMISSÃO/21/2022, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a comunicar que o Partido Aliança não apresentou as contas referentes ao ano de 2021, juntando cópia da deliberação proferida por esta Entidade das Contas e Financiamentos Políticos em 13 de julho de 2023, a qual se tornou definitiva em 29 de setembro de 2023

Proveniência: Lígia Ferro da Costa, Vogal da ECFP

Data de Entrada: 2023 – 12 – 05;

Assunto: Correspondência enviada por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a Recomendação do CNADS para o Plano Nacional Energia e Clima 20231-2030, aprovada por consulta eletrónica, com a maioria de 27 votos a favor, realizada entre os dias 23 e 28 de novembro de 2023

Proveniência: Sofia CastelBranco da Silveira, Secretária Executiva do CNADS

Data de Entrada: 2023 – 12 – 05;

Assunto: Ofício n.º 2030-ST a remeter, para ulterior conhecimento de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 06/2023-FS/SRATC (Ação n.º 23/D102) – Auditoria ao cálculo do CIF nos gases de petróleo liquefeito, aprovado em sessão de 30 de novembro de 2023 e que será divulgado na *Internet*, no sítio do Tribunal de Contas, em www.tcontas.pt, na ligação *Atos do Tribunal/Relatórios/Relatórios de Auditoria/2023/SRATC*

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2023 – 12 – 06;

Assunto: Ofício n.º 2030-ST a remeter, para ulterior conhecimento de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 07/2023-FS/SRATC (Ação n.º 23/D114-ARF4) – Auditoria à contratação de empréstimo de curto prazo pelo Município da Praia da Vitória (Apuramento de responsabilidade financeira), aprovado em sessão de 30 de novembro de 2023 e que será divulgado na *Internet*, no sítio do Tribunal de Contas, em www.tcontas.pt, na ligação *Atos do Tribunal/Relatórios/Relatórios de Auditoria/2023/SRATC*

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2023 – 12 – 06;

Assunto: AT/2160/2023 a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que nos termos do Regimento da ALRAA, a Senhora Deputada Sandra Costa Dias passa a substituir o Senhor Deputado José António Vieira da Silva Contente na Comissão Permanente, com efeitos a partir de 1 de dezembro de 2023, mês e ano inclusive

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 12 – 07;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para apreciação e emissão de parecer até 31 de janeiro de 2024, do Projeto de Resolução n.º 183/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Participação financeira das obras do Furacão Lorenzo e da Petição n.º 60/XII – O desenvolvimento turístico desequilibrado e a especulação imobiliária insustentável nos Açores e na ilha do Pico

Proveniência: José Manuel Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 12 – 07;

Assunto: Ofício ref.^a 56284376 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com cópia do artigo para cabal esclarecimento, com pedido de autorização de levantamento de imunidade parlamentar para que o Senhor Deputado Paulo Jorge Abraços Estêvão, possa ser constituído e interrogado na qualidade de arguido, no âmbito do Processo de Inquérito (Atos jurisdicionais) n.º 472/23.5T9AGH, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo Local Criminal de Angra do Heroísmo

Proveniência: Nuno Manuel Ferreira de Madureira, Meritíssimo Juiz de Direito

Data de Entrada: 2023 – 12 – 07;

Assunto: Ofício ref.^a 56290240 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores com pedido de informação e de autorização para que a Senhora Deputada Alexandra Patrícia Soares Manes, possa ser ouvida como testemunha, no âmbito do

Processo de Inquérito (Atos jurisdicionais) n.º 398/23.2T9AGH, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo Local Criminal de Angra do Heroísmo

Proveniência: Nuno Manuel Ferreira de Madureira, Meritíssimo Juiz de Direito

Data de Entrada: 2023 – 12 – 12;

Assunto: Correspondência enviada por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a Reflexão do CNADS sobre o Nexó da Agricultura com o Solo, a Água e a Biodiversidade

Proveniência: Sofia CastelBranco da Silveira, Secretária Executiva do CNADS

Data de Entrada: 2023 – 12 – 19;

Assunto: Ofício n.º 2152-ST a remeter, para ulterior conhecimento de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 12/2023-FS/SRATC – Auditoria à execução financeira da concessão rodoviária em regime de SCUT na ilha de São Miguel, aprovado em sessão de 15 de dezembro de 2023 e que será divulgado na *Internet*, no sítio do Tribunal de Contas, em www.tcontas.pt, na ligação *Atos do Tribunal/Relatórios/Relatórios de Auditoria/2023/SRATC*

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2023 – 12 – 19;

Assunto: Ofício ref.^a 56413335 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para levantamento de imunidade parlamentar, para que o Senhor Deputado Paulo Gomes, possa ser constituído e interrogado na qualidade de arguido, no âmbito do Inquérito 665/21.0PBAGH, que corre termos no Departamento de Investigação e Ação Penal – Secção de Angra do Heroísmo

Proveniência: Carla Marisa Teixeira Miguel, Técnica de Justiça Auxiliar, por ordem da digna Procuradora da República

Data de Entrada: 2023 – 12 – 21;

Assunto: Correspondência enviada por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o caderno de apoio relativo à Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o qual contém orientações da CNE sobre diversos temas relacionados com o ato eleitoral

Proveniência: Ilda Rodrigues, Coordenadora dos Serviços da Comissão Nacional de Eleições

Data de Entrada: 2023 – 12 – 22;

Assunto: Ofício n.º 2316-ST a remeter, para ulterior conhecimento de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 7/2023-VIC/SRATC (Ação n.º 22/D146-20VIC₃), cuja homologação foi objeto de recusa do Tribunal de Contas – Associação de Municípios da Ilha do Pico

Proveniência: António Afonso Arruda, Auditor-Chefe, em suplência do Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2023 – 12 – 28;

Assunto: Ofício n.º 2316-ST a remeter, para ulterior conhecimento de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 8/2023-VIC/SRATC (Ação n.º SAA-DAT-VIC-1238/2022), cuja homologação foi objeto de recusa do Tribunal de Contas – ADFMA – Associação para o Desenvolvimento e Formação do Mar dos Açores

Proveniência: António Afonso Arruda, Auditor-Chefe, em suplência do Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2023 – 12 – 28;

Assunto: Ofício n.º 2316-ST a remeter, para ulterior conhecimento de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 9/2023-VIC/SRATC (Ação n.º SAA-DAT₃-

VIC-230/2022), cuja homologação foi objeto de recusa do Tribunal de Contas – Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico

Proveniência: António Afonso Arruda, Auditor-Chefe, em suplência do Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2023 – 12 – 28;

Assunto: Ofício SAI-SRFPAP/2023/215 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2011/A, de 28 de outubro, as demonstrações financeiras do 3.º trimestre de 2023 das Empresas que integram o Setor Público Empresarial Regional (SPER) se encontram disponibilizados para consulta na página da DROT, agrupados entidade a entidade, através do seguinte link: <https://portal.azores.gov.pt/web/drot/sper-listagem-das-entidades>

Proveniência: Vassili Plesov, Adjunto do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Data de Entrada: 2024 – 01 – 03;

Assunto: Ofício SAI-GAPS/2023/1190 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, em cumprimento do disposto na alínea d) do artigo 4.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2021/A, de 3 de setembro, bem como do n.º 2 da Resolução do Conselho do Governo n.º 231/2023, de 14 de dezembro de 2023, publicada no Jornal Oficial, I Série, n.º 161, de 14 de dezembro de 2023, envia o relatório anual de progresso 2022 dos investimentos identificados no Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal

Proveniência: Ricardo Madruga da Costa, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2024 – 01 – 03;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os seguintes documentos, aprovados em reunião ordinária do Plenário do CESA, a saber: Parecer “Drogas sintéticas nos Açores, Parecer sobre o Relatório Periódico de Monitorização Trimestral do PRR-Açores – 3.º T 2023; Pronúncia sobre a Aplicação Regional dos Fundos Comunitários (3.º T 2023)

Proveniência: Renato Medeiros, Secretário-Geral do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2024 – 01 – 16;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores comunicando a renúncia do seu mandato de Deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com efeitos a partir de 15 de janeiro de 2024

Proveniência: Carlos Augusto Furtado, Deputado Independente

Data de Entrada: 2024 – 01 – 16;

Assunto: Ofício n.º 239-ST a remeter, para ulterior conhecimento de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a lista das verificações internas de contas realizadas pelo Tribunal de Contas em 2023 – 2.º semestre, objeto de homologação

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 01 – 24;

Assunto: Ofício SAI-IARTCC/2024/40 a remeter, a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Relatório Semestral de atividade do Gabinete de Prevenção da Corrupção e Transparência, referente ao 2.º semestre de 2023

Proveniência: Francisco Roberto Cota Lima, Inspetor Regional da IARTCC

Data de Entrada: 2024 – 02 – 01;

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 13 de março de 2024

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Relatório de Atividades do CESA, relativo ao ano de 2023

Proveniência: Renato Medeiros, Secretário-Geral do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2024 – 02 – 01;

Assunto: Ofício n.º 320-ST a remeter, para ulterior conhecimento de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 02/2024 - VIC/SRATC sobre a verificação interna da conta de 2022 do Instituto da Segurança Social dos Açores, I.P.R.A., objeto de recusa de homologação, em sessão de 26 de janeiro de 2024

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 02 – 05;

Assunto: Ofício com a ref.ª OF/11/GVPFA/CML/24 remetido por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a agradecer o Voto de Congratulação – Pelo sucesso da Jornada Mundial da Juventude, aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 14 de setembro de 2023

Proveniência: Francisco Pinto Machado, Adjunto do Vice-Presidente Filipe Anacoreta Correia

Data de Entrada: 2024 – 02 – 07;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que o Senhor Deputado Rui Martins, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, irá integrar a Comissão de Verificação de Poderes

Proveniência: Mariana Mendes, Secretária Auxiliar do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2024 – 02 – 08;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que irá integrar a Comissão de Verificação de Poderes

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do Grupo Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2024 – 02 – 08;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que os Srs. Deputados que irão integrar a Comissão de Verificação de Poderes, são os seguintes: José Gabriel Eduardo, Joana Pombo Tavares e Sandra Costa Dias e a informar que os candidatos a Presidente e Relator da Mesa da Comissão são os Deputados José Gabriel Eduardo e Joana Pombo Tavares, respetivamente

Proveniência: Guilherme Marinho, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 02 – 09;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que os Srs. Deputados que irão integrar a Comissão de Verificação de Poderes, são os seguintes: Délia Melo e Flávio Soares e a informar que o candidato a Secretário da Mesa da Comissão é o Deputado Flávio Soares

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 09;

Assunto: Ofício ref.^a 315, remetido por correio eletrónico, solicitando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um parecer jurídico urgente sobre se um médico do SRS pode exercer, em acumulação, as funções públicas de Deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores com as funções públicas que exerce

Proveniência: Paulo Estêvão, Presidente do Grupo Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2024 – 02 – 09;

Assunto: Ofício n.º 426-ST a remeter, para ulterior conhecimento de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia integral do Relatório n.º 06/2023 - FS/SRATC (Ação n.º 23/D102) – Auditoria ao cálculo do CIF nos gases de petróleo liquefeito, em cumprimento do despacho da Juíza Conselheira da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, proferido em sessão ordinária de 26/01/2024

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos A. do TC

Data de Entrada: 2024 – 02 – 09;

Assunto: Ofício ref.ª 56593345 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para levantamento de imunidade parlamentar, para que o Senhor Deputado Manuel José da Silva Ramos, possa ser constituído e interrogado na qualidade de arguido no âmbito do Inquérito 72/20.1T9SCG, que corre termos no Departamento de Investigação e Ação Penal – Secção de Santa Cruz da Graciosa

Proveniência: Dra. Maria Helena Paiva, Procuradora da República

Data de Entrada: 2024 – 02 – 12;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que o Senhor Deputado António Lima irá integrar a Comissão de Verificação de Poderes

Proveniência: João Cordeiro, Assessor do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2024 – 02 – 12;

Assunto: Ofício n.º 413-ST a remeter, para ulterior conhecimento de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório de verificação interna de contas n.º 03/2024 -

VIC/SRATC – Município do Nordeste (conta de 2022), aprovado em sessão de 08/02/2024

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 02 – 14;

Assunto: Ofício n.º 413-ST a remeter, para ulterior conhecimento de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório de verificação interna de contas n.º 04/2024 - VIC/SRATC – Município da Povoação (conta de 2022), aprovado em sessão de 08/02/2024

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 02 – 14;

Assunto: Ofício a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a Ata do Apuramento Geral da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de 4 de fevereiro de 2024.

Proveniência: António Manuel da Silva Almeida, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Data de Entrada: 2024 – 02 – 14;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, por motivos de falecimento de um familiar direto, a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares não poderá estar presente na data e no local indicados para a reunião da Comissão de Verificação de Poderes e a informar que, em sua substituição, a candidata a Relator da Mesa da Comissão é a Deputada Marta Matos

Proveniência: Guilherme Marinho, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 02 – 14;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aceita a sua candidatura a Secretário da Comissão de Verificação de Poderes

Proveniência: Flávio Soares, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 15;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores com dados informativos referentes ao candidato eleito bem como de alguns suplentes do Partido Popular Monárquico

Proveniência: João Pedras, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2024 – 02 – 15;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com dados informativos referentes ao candidato eleito bem como de alguns suplentes do Partido da Iniciativa Liberal

Proveniência: Alexandra Carvalho e Cunha, Adjunta da Representação Parlamentar da IL

Data de Entrada: 2024 – 02 – 15;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com dados informativos referentes ao candidato eleito bem como à candidata suplente do Partido Pessoas-Animais-Natureza

Proveniência: Maria Chaves Martins, Chefe de Gabinete da Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2024 – 02 – 15;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com dados informativos referentes ao candidato eleito bem como às candidatas suplentes do Bloco de Esquerda

Proveniência: Jéssica Pacheco, Representação Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2024 – 02 – 15;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores com dados informativos referentes aos candidatos eleitos bem como de alguns suplentes do Centro Democrático Social-Partido Popular

Proveniência: Tiago Rodrigues, Adjunto do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2024 – 02 – 15;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores com dados informativos referentes aos candidatos eleitos bem como de alguns suplentes do Partido Socialista

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 02 – 15;

Assunto: Correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a suspensão temporária do mandato de Deputado, pelo círculo eleitoral da ilha de São Miguel, com efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2024, inclusive, até 2 de março de 2024

Proveniência: José Manuel Resendes Leal, Candidato a Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 15;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, em virtude de se encontrar em gozo de licença parental obrigatória do pai até ao dia 18/02/2024, conforme já havia informado, não poderá estar presente na reunião da Comissão de Verificação de Poderes, pelo que solicita a justificação da sua falta

Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2024 – 02 – 15;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a renúncia ao mandato de Presidente da Câmara Municipal da Madalena do Pico, do candidato José António Soares, com efeitos a 22 de fevereiro de 2024

Proveniência: Rui Lucas, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 15;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a cessação de funções do candidato Adolfo Vasconcelos como Vice-Presidente e Vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, com efeitos a 22 de fevereiro de 2024

Proveniência: Rui Lucas, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 15;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, por incompatibilidade do mandato de Deputada com as funções que exerce como Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, solicita a suspensão do seu mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Cristina de Fátima Silva Calisto, candidata eleita

Data de Entrada: 2024 – 02 – 15;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com dados informativos referentes aos candidatos eleitos bem como de alguns suplentes do Partido Chega

Proveniência: Olivéria Santos, Chefe de Gabinete da Representação Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 02 – 15;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com dados informativos referentes aos candidatos eleitos bem como de alguns suplentes do Partido Social Democrata

Proveniência: Rui Lucas, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 15;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com aditamento de dados informativos referentes aos candidatos eleitos

Proveniência: Rui Lucas, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 15;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, por incompatibilidade do mandato de Deputado com as funções que exerce como Presidente da Câmara Municipal da Povoação, solicita a suspensão do seu mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Pedro Nuno Sousa Melo, candidato eleito

Data de Entrada: 2024 – 02 – 15;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, por incompatibilidade do mandato de Deputada com as funções que exerce como médica da especialidade de cirurgia geral no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R., solicita a suspensão

do seu mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, candidata eleita

Data de Entrada: 2024 – 02 – 15;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com aditamento de dados informativos referentes aos candidatos suplentes do Partido da Iniciativa Liberal

Proveniência: Alexandra Carvalho e Cunha, Adjunta da Representação Parlamentar da IL

Data de Entrada: 2024 – 02 – 16;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de aditamento à informação prestada em relação à verificação de poderes dos candidatos eleitos pelo PS, anexando documento de renúncia de mandato à Assembleia da República do Sr. Deputado eleito pelo círculo eleitoral do Faial, João Fernando de Azevedo e Castro

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 02 – 16;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aceita a sua candidatura a Presidente da Comissão de Verificação de Poderes

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 02 – 16;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aceita a sua candidatura a Relatora da Comissão de Verificação de Poderes

Proveniência: Marta Matos, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 02 – 16;

Assunto: Of. 521_15.02.2024_DOC_4841 remetido por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a cessação do exercício de funções do candidato Adolfo Vasconcelos como Vice-Presidente e Vereador a tempo inteiro e de manutenção no cargo de Vereador, em regime de não permanência, da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, com efeitos a 22 de fevereiro de 2024

Proveniência: Tiago Santos, Técnico Superior/Jurista da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa

Data de Entrada: 2024 – 02 – 16;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que a Mesa da Comissão de Verificação de Poderes, na sua reunião de 16 de fevereiro de 2024, elegeu os seguintes Srs. Deputados: Presidente, José Gabriel Freitas Eduardo (PS); Relatora, Marta Ávila de Matos (PS); Secretário, Flávio Soares (PSD)

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão de Verificação de Poderes

Data de Entrada: 2024 – 02 – 16;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, por incompatibilidade do mandato de Deputado com as funções que exerce, na qualidade de Vice-Presidente do XIII Governo Regional dos Açores, solicita a suspensão do seu mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Artur Manuel Leal de Lima, candidato eleito

Data de Entrada: 2024 – 02 – 16;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, por incompatibilidade do mandato de Deputado com as funções que exerce, na qualidade de Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, no XIII Governo Regional dos Açores, solicita a suspensão do seu mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Alonso Teixeira Miguel, candidato eleito

Data de Entrada: 2024 – 02 – 16;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, por incompatibilidade do mandato de Deputada com as funções que exerce, na qualidade de Diretora Regional da Solidariedade Social, no XIII Governo Regional dos Açores, solicita a suspensão do seu mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Andreia Tatiana Mendes Vasconcelos, candidata eleita

Data de Entrada: 2024 – 02 – 16;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com aditamento de dados informativos referentes a um candidato eleito

Proveniência: Marco Silva, Secretário do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 16;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, por se encontrar na situação prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do EPARAA, solicita a suspensão do mandato de Deputado, pelo círculo eleitoral da ilha das Flores, com efeitos a partir de 22 de fevereiro, inclusive, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do Estatuto Político-

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 13 de março de 2024

Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Bruno Belo, candidato eleito

Data de Entrada: 2024 – 02 – 19;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, por se encontrar na situação prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do EPARAA, solicita a suspensão do mandato de Deputado, pelo círculo eleitoral da ilha Terceira, com efeitos a partir de 22 de fevereiro, inclusive, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Rui Miguel Mendes Espínola, candidato eleito

Data de Entrada: 2024 – 02 – 19;

Assunto: Ofício ref.ª 56730976 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para que o Senhor Deputado Paulo Jorge Abraços Estêvão, deponha, na qualidade de testemunha no âmbito do Inquérito 57/22.3PBSCF, que corre termos no Juízo de Competência Genérica de Santa Cruz das Flores

Proveniência: Dra. Bárbara Ornelas Rosado, Meritíssima Juiz de Direito

Data de Entrada: 2024 – 02 – 19;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, por incompatibilidade do mandato de Deputado com as funções que exerce como Presidente da Câmara Municipal das Velas, solicita a suspensão do seu mandato, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Luís Virgílio de Sousa da Silveira, candidato eleito

Data de Entrada: 2024 – 02 – 19;

Assunto: Ofício ref.^a 01/2024, a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, em resultado da eleição realizada a 19 de fevereiro de 2024, a Mesa do Conselho de Ilha do Corvo tem a seguinte composição: Presidente – Maria João Valentim de Fraga Domingos; Vice-Presidente – Bruno José dos Santos Ribeiro; Secretários – João António Mendes de Mendonça e Paula Cristina Nunes Emílio Dias

Proveniência: Maria João Valentim de Fraga Domingos, Presidente da Mesa do Conselho de Ilha

Data de Entrada: 2024 – 02 – 20;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que o Pessoas-Animais-Natureza (PAN) se constitui como Representação Parlamentar

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2024 – 02 – 22;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o quadro de pessoal que integrará o Gabinete da Representação Parlamentar do PAN

Proveniência: Maria Chaves Martins, Chefe de Gabinete da Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2024 – 02 – 22;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os seguintes despachos de nomeação: Maria de Fátima Chaves Martins, Chefe de Gabinete; Sara da Ponte Vieira e Beatriz Filipa da Rosa Botelho, Assessoras e Emese Bandi, Assistente do Gabinete da Representação Parlamentar do PAN

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2024 – 02 – 22;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que o Partido Popular Monárquico (PPM) se constitui como Representação Parlamentar

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2024 – 02 – 22;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o quadro de pessoal que integrará o Gabinete da Representação Parlamentar do PPM

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2024 – 02 – 22;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os seguintes despachos de nomeação: João Manuel Dias Alferes das Pedras, Chefe de Gabinete; Délcio António Garcia Martins, Adjunto; Edmundo António Pimentel, Secretário e Kristina Nunes Patrício Dutra, Assistente do Gabinete da Representação Parlamentar do PPM

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2024 – 02 – 22;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a candidatura a Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, subscrita pelos seguintes Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA: José Pacheco, Francisco Lima, Olivéria Santos, José Paulo Sousa e Hélia Cardoso

Proveniência: José Pacheco, Presidente do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 02 – 22;

Assunto: Ofício ref.^a 56724561 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de

levantamento de imunidade parlamentar para que o Senhor Deputado Paulo Gomes, possa ser constituído arguido no âmbito do Inquérito 665/21.OPBAGH, que corre termos no Departamento de Investigação e Ação Penal – Secção de Angra do Heroísmo

Proveniência: Carla Marisa Teixeira Miguel, Técnica de Justiça Auxiliar, por ordem da digna Procuradora da República

Data de Entrada: 2024 – 02 – 22;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a candidatura do Sr. Deputado João Vasco Costa a Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, subscrita pelos seguintes Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PS: João Castro, Andreia Cardoso, André Rodrigues, Joana Pombo Tavares e Vasco Cordeiro, bem como a aceitação da respetiva candidatura

Proveniência: João Castro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 02 – 22;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a candidatura do Sr. Deputado Lubélio Mendonça a Secretário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, subscrita pelos seguintes Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PS: João Castro, Andreia Cardoso, André Rodrigues, Joana Pombo Tavares e Vasco Cordeiro, bem como a aceitação da respetiva candidatura

Proveniência: João Castro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 02 – 22;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a candidatura do Sr. Deputado Luís Garcia a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, subscrita pelos seguintes Srs. Deputados da coligação PSD/CDS-PP/PPM: João Bruto da Costa, Paulo Gomes, Salomé Matos, Délia Melo, Cecília Estácio, José

António Soares, Catarina Cabeceiras, Paulo Estêvão e Nídia Inácio, bem como a aceitação da respetiva candidatura

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 22;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a candidatura do Sr. Deputado Joaquim Machado a Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, subscrita pelos seguintes Srs. Deputados da coligação PSD/CDS-PP/PPM: João Bruto da Costa, Jaime Vieira, Délia Melo, Paulo Silveira, Paulo Gomes, Salomé Matos, José António Soares, Catarina Cabeceiras e Paulo Estêvão, bem como a aceitação da respetiva candidatura

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 22;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a candidatura da Sra. Deputada Nídia Inácio a Secretária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, subscrita pelos seguintes Srs. Deputados da coligação PSD/CDS-PP/PPM: João Bruto da Costa, Jaime Vieira, Délia Melo, Ana Jorge, Paulo Silveira, Paulo Gomes, Salomé Matos, José António Soares, Catarina Cabeceiras e Paulo Estêvão, bem como a aceitação da respetiva candidatura

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 22;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que os seguintes Srs. Deputados do Partido Socialista (PS) se constituem como Grupo Parlamentar: André Rodrigues, Andreia Costa, Berto Messias, Carlos Silva, Dora Valadão, Gualberto Rita, Joana Pombo

Tavares, João Fernando Castro, João Vasco Costa, José Gabriel Eduardo, José Manuel Ávila, José Miguel Toste, Lubélio Mendonça, Lúcio Rodrigues, Luís Leal, Maria Isabel Teixeira, Mário Tomé, Marlene Medeiros Marta Matos, Patrícia Miranda, Russel Sousa, Sandra Costa Dias e Vasco Cordeiro

Proveniência: João Fernando Castro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 02 – 22;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência das eleições ocorridas a 22 de fevereiro de 2024, foram eleitos os seguintes Srs. Deputados para a Direção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS): Presidente - João Fernando Castro; Vice-Presidentes: Andreia Costa, André Rodrigues e Joana Pombo Tavares

Proveniência: João Fernando Castro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 02 – 22;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o quadro de pessoal bem como os seguintes despachos de nomeação: João Cordeiro, Adjunto; Verónica Lopes, Joana Prenda Bettencourt e Jessica Pacheco, Assessoras do Gabinete da Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE)

Proveniência: António Lima, Representação Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2024 – 02 – 23;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que os seguintes Srs. Deputados do Partido Social Democrata (PSD) se constituem como Grupo Parlamentar: Adolfo Vasconcelos, Ana Jorge, Carlos Rodrigues, Cecília Estácio, Délia Melo, Flávio Soares, Francisco Gaspar, Jaime Vieira, João Bruto da Costa, José António Soares, Luís Carlos Garcia, Luís Carlos Soares, Luís Miguel Raposo, Maria

Eugénia Leal, Salomé Matos, Nídia Inácio, Paulo Silveira, Paulo Simões, Paulo Chaves, Paulo Gomes, Ruben Cabral e Sabrina Furtado

Proveniência: Rui Lucas, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 02 – 26;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o quadro de pessoal bem como os seguintes despachos de nomeação: Alexandra Cunha, Chefe de Gabinete, Ana Amaral, Secretária e Pedro Ferreira Assessor de Imprensa do Gabinete da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal (IL)

Proveniência: Nuno Barata, Representação Parlamentar da IL

Data de Entrada: 2024 – 02 – 26;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que o Bloco de Esquerda (BE) se constitui como Representação Parlamentar

Proveniência: António Lima, Representação Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2024 – 02 – 26;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os seguintes despachos de nomeação: Carla Sofia Dias, Chefe de Gabinete, Hélder Marques, Assessor de Comunicação e Pedro Rodrigues, Auxiliar de Secretário do Gabinete do Grupo Parlamentar do CHEGA (CH)

Proveniência: José Pacheco, Presidente do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 02 – 26;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a nomeação do Eng.º Frederico de Melo Alves Soares para Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PS

Proveniência: João Fernando Castro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 02 – 27;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma Declaração de Voto ao Relatório de Verificação de Poderes dos Deputados eleitos para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nas eleições de 4 de fevereiro de 2024

Proveniência: Maria Chaves Martins, Chefe de Gabinete da Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2024 – 02 – 27;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os seguintes despachos de nomeação: Álvaro Borges, Adjunto e Luís Franco, Secretário do Gabinete do Grupo Parlamentar do CHEGA (CH)

Proveniência: José Pacheco, Presidente do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 02 – 28;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores com um Voto de Protesto e Repúdio aprovado em Assembleia Geral ordinária realizada em 6 de fevereiro de 2024

Proveniência: Hugo Tiago, Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Cine-Clube da Ilha Terceira

Data de Entrada: 2024 – 02 – 28;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que o CHEGA (CH) se constitui como Grupo Parlamentar, assumindo a Presidência o Deputado José Pacheco e a Vice-Presidência o Deputado Francisco Lima

Proveniência: José Pacheco, Presidente do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 02 – 28;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, o Deputado Paulo Estêvão passa a ser membro do Governo Regional dos Açores, com efeitos a partir do dia 4 de março de 2024, sendo substituído pelo Deputado João António Mendes de Mendonça, com efeitos a partir da mesma data

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2024 – 03 – 01;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o quadro de pessoal do Grupo Parlamentar do CHEGA

Proveniência: Olivéria Santos, Deputada do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 03 – 01;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, tendo em conta que integrará o XIV Governo Regional dos Açores e que essas funções são incompatíveis com o mandato de Deputado, solicita a suspensão do seu mandato, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 101.º e do n.º 1 do artigo 33.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado eleito

Data de Entrada: 2024 – 03 – 01;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Paulo Chaves, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 03;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, nos termos previstos nos n.ºs 1, 5 e 8 do art.º 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2022/A, de 2 de junho, que aprova a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nomeia, com efeitos a partir do dia 22 de fevereiro de 2024, Rui Pedro Borges Soares para o cargo de Assistente do Grupo Parlamentar do PS

Proveniência: João Fernando Castro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 03 – 04;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, nos termos previstos nos n.ºs 1, 5 e 8 do art.º 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2022/A, de 2 de junho, que aprova a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nomeia, com efeitos a partir do dia 22 de fevereiro de 2024, o Dr. Manuel António Pacheco Faria para o cargo de Assistente do Grupo Parlamentar do PS

Proveniência: João Fernando Castro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 03 – 04;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, nos termos previstos nos n.ºs 1, 5 e 8 do art.º 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2022/A, de 2 de junho, que aprova a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nomeia, com efeitos a partir do dia 22 de fevereiro de 2024, Ricardina Conceição P. Araújo e Cláudia

Alexandre Brasil Silveira bem como Mónica Alexandra Luz da Silva para o cargo de Auxiliar de secretário do Grupo Parlamentar do PS

Proveniência: João Fernando Castro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 03 – 04;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Luís Raposo, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 04;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a nomeação de Rui Manuel Pinheiro Lucas para o exercício das funções de Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 04;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a alteração ao quadro de pessoal da Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico (PPM)

Proveniência: João Mendonça, Grupo Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2024 – 03 – 05;

Assunto: Ofício ref.^a SAI-CIFLORES/2024/04, a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, em resultado da eleição realizada a 15 de janeiro de 2024, a Mesa do Conselho de Ilha das Flores passou a ter a seguinte composição: Presidente – José António Corvelo Freitas; Vice-Presidente – Valter Duarte Pimentel Câmara; Secretários – Luciano Sousa Botelho e Maria Conceição Vieira Gomes

Proveniência: José António Corvelo Freitas, Presidente do Conselho de Ilha das Flores

Data de Entrada: 2024 – 03 – 05;

Assunto: Ofício ref.^a SAI-CIFLORES/2024/03, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para conhecimento, a preocupação dos pescadores da ilha das Flores em escoar o seu pescado, que tende a agravar-se se não forem tomadas de imediato, medidas para minimizar o problema

Proveniência: José António Corvelo Freitas, Presidente do Conselho de Ilha das Flores

Data de Entrada: 2024 – 03 – 05;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência das eleições ocorridas a 22 de fevereiro de 2024, foram eleitos os seguintes Srs. Deputados para a Direção do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD): Presidente - João Bruto da Costa; Vice-Presidentes - Délia Melo, Paulo Gomes e Sabrina Furtado; Secretários – Salomé Matos e Luís Raposo

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 05;

Assunto: Correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a suspensão temporária do mandato de Deputado, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir de 11 de março, até 22 de março de 2024

Proveniência: José Leal, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 03 – 06;

Assunto: Ofício n.º 614-ST a remeter, para ulterior conhecimento de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 01/2024 - FS/SRATC – Auditoria ao pagamento, pelo Município de São Roque do Pico, de despesas com o consumo de energia elétrica de empresas instaladas na respetiva zona

industrial (Apuramento de responsabilidade financeira), aprovado em sessão de 29-02-2024

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 03 – 06;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia do documento – No início de um nova Legislatura-Contributo para a melhoria da gestão pública e a sustentabilidade das Finanças Públicas da Região Autónoma dos Açores, elaborado com base nos Pareceres, Relatórios e decisões da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas à luz da ordem jurídica em vigor

Proveniência: José F.F. Tavares, Meritíssimo Juiz Presidente do Tribunal de Contas e Cristina Flora, Meritíssima Juíza Conselheira da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 03 – 08;

Assunto: Ofício ref.^a 56787920 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com solicitação de envio da autorização do levantamento de imunidade parlamentar do Senhor Deputado Manuel José da Silva Ramos, para que possa ser constituído e interrogado na qualidade de arguido no âmbito do Inquérito 72/20.1T9SCG, que corre termos no Departamento de Investigação e Ação Penal – Secção de Santa Cruz da Graciosa

Proveniência: Dra. Maria Helena Paiva, Procuradora da República

Data de Entrada: 2024 – 03 – 08;

Assunto: Ofício 07/024/MS a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da comunicação de suspensão do mandato do Deputado José Manuel Resendes Leal, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA, e do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados da Assembleia Legislativa, a vaga será preenchida, com efeitos a partir de 11 de março de 2024, inclusive, pelo candidato Ruben Filipe Rebelo Cabral

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2042 – 03 – 11;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que o Senhor Deputado Nuno Barata irá integrar, com direito a voto, a Comissão Especializada Permanente de Política Geral e sem direito a voto, a Comissão Especializada Permanente de Economia

Proveniência: Alexandra Cunha, Chefe de Gabinete da Representação Parlamentar da IL

Data de Entrada: 2024 – 03 – 11;

Assunto: Correio eletrónico da Representação Parlamentar do PAN, a informar que integrará, com direito a voto, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e sem direito a voto, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Proveniência: Maria Chaves Martins, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2024 – 03 – 11;

Assunto: Correio eletrónico do Grupo Parlamentar do CHEGA a informar a distribuição dos seus Deputados pelas Comissões Especializadas Permanentes: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o Deputado José Paulo Sousa, Comissão Especializada Permanente de Política Geral a Deputada Olivéria Santos, Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais a Deputada Hélia Cardoso, Comissão Especializada Permanente de Economia o Deputado Francisco Lima e Comissão Permanente os Deputados José Pacheco, Francisco Lima e Olivéria Santos

Proveniência: Carla Dias, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 03 – 12;

Assunto: Programa do XIV Governo da Região Autónoma dos Açores, entregue a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, Paulo Jorge Abraços Estêvão

Data de Entrada: 2024 – 03 – 08.

6- Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 12– 13 -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19057.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Altera o Regime Geral da Gestão de Resíduos e o Regime de Deposição de Resíduos em Aterro – MAAC – (Reg. DL 199/XXIII/2023) - Audição n.º 153/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 11 – 27;

Assunto: Sobre audição do Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, por solicitação do Partido Socialista/Açores, com caráter de urgência

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 12 – 04; -

http://base.alra.pt:82/4DACTION/w_pesquisa_registro/8/19027

Assunto: Sobre a Proposta de Resolução n.º 12XII (MESA) – Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2022

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 12 – 04; -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpR012.pdf>

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado José Manuel Gregório de Ávila, possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Inquérito (Atos Jurisdicionais) 53/21.8T9SCG

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 12 – 04; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19011.pdf

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Manuel José da Silva Ramos, possa prestar depoimento, na qualidade de arguido, no âmbito do Inquérito (Atos Jurisdicionais) 72/20.1T9SCG

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 12 – 04; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19012.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Ricardo Beato Gomes Vieira

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 12 – 04. -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19021.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 12 – 12. -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19054.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 12 – 13; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19056.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Altera o estatuto das orquestras regionais e estabelecer as condições para a atribuição de incentivos pelo Estado ao desenvolvimento da sua atividade – MC – (Reg. DL 470/XXIII/2023) - Audição n.º 157/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 11 – 27;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Regula os concursos de seleção e recrutamento do pessoal docente das Escolas Portuguesas no Estrangeiro da rede pública do Ministério da Educação – MEDU – (Reg. DL 349/XXIII/2023) - Audição n.º 158/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 11 – 28;

Assunto: Sobre a Petição n.º 59/XII – Criação do programa Açores Jovem Explorer

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 12 – 11; -

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpare2309.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 93/XII (PS) – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2019/A, de 5 de novembro, que - Aprova o Regime Jurídico de Apoio ao Cuidador Informal na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 12 – 11.

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 12 – 12; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19053.pdf

Assunto: Sobre audição do Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, com caráter de urgência

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 11 – 23; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19001.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 95/XII (IL) – Aprova o regime jurídico da atividade de inspeções técnicas de veículos a motor e seus reboques e estabelece os requisitos legais para o exercício da atividade e funcionamento dos centros de inspeção

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 11 – 24; -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjDLR095.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 96/XII (PS/PAN) – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores os Decretos-Lei n.ºs 550/99, de 15 de dezembro e 554/99, de 16 de dezembro, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 11 – 27; -

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjDLR096.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Altera o regime de acesso e exercício de atividades espaciais - REG DL 311/XXIII/2023 - Audição n.º 160/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 12 – 05;

Assunto: Sobre a Resolução n.º 38/2022 – Criação de mecanismo compensatório para o setor dos laticínios

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 12 – 12. -

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2024 - Audição n.º 161/XII - GR

Proveniência: Comissão Permanente

Data de Entrada: 2024 – 01 – 03;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 994/XV (PS) que – Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República - Audição n.º 227/XII - AR

Proveniência: Comissão Permanente

Data de Entrada: 2024 – 01 – 16;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 995/XV (PSD) que – Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República - Audição n.º 228/XII - AR

Proveniência: Comissão Permanente

Data de Entrada: 2024 – 01 – 16;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 996/XV (IL) que – Regulamenta a atividade de lobbying em Portugal e procede à criação do Sistema de Transparência dos Poderes Públicos - Audição n.º 229/XII - AR

Proveniência: Comissão Permanente

Data de Entrada: 2024 – 01 – 16;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Transpõe a Diretiva (UE) 2022/431, relativa à proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho - Audição n.º 162/XII - GR

Proveniência: Comissão Permanente

Data de Entrada: 2024 – 02 – 22.

Assunto: Sobre a Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nas eleições de 4 de fevereiro de 2024

Proveniência: Comissão de Verificação de Poderes

Data de Entrada: 2024 – 02 – 16. -

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19081.pdf

7- Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 124, 125, 128, 129, 130, 131/XII e o Diário n.º 1/XIII.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

As redatoras, *Sónia Furtado e Sara Azevedo*